Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP
Mestrado em Ciência Política

O APOIO À DEMOCRACIA NA ARGENTINA E NO BRASIL: O TIPO DE GOVERNO IMPORTA?

Mozara de Souza Rodrigues

Rio de Janeiro
2024

MOZARA DE SOUZA RODRIGUES

O APOIO À DEMOCRACIA NA ARGENTINA E NO BRASIL: O TIPO DE GOVERNO IMPORTA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza

Rio de Janeiro
2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Preparada pelo Sistema da Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

de Souza Rodrigues, Mozara
d691 O apoio à democracia na Argentina e no Brasil: o tipo de governo importa? / Mozara de Souza Rodrigues. -- Rio de Janeiro, 2024.
103

Orientador: André Luiz Coelho Farias de Souza.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2024.

1. Apoio à democracia. 2. Argentina. 3. Brasil. I. Coelho Farias de Souza, André Luiz, orient. II. Título.

Dedico este trabalho para minhas irmãs, Carol e Luna, que deixam todos os dias de minha vida mais felizes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, sem eles eu não poderia ter chegado até este momento da minha vida. O apoio deles sempre foi incondicional, mesmo quando lá em 2017 eu contei que desejaria cursar Ciência Política - e eles nunca acharam que eu estava doida. Pelo contrário, sempre acreditaram no meu potencial e sou muito grata por isso. À minha mãe, Carla, que nunca deixa de me incentivar a estudar e que me surpreendeu várias vezes com um almoço delicioso ou um doce para animar os dias difíceis de estudo. À meu pai, André, que me buscava no metrô tarde da noite após a aula para eu não pegar ônibus (saber desse conforto e segurança na volta longa para casa fazia toda a diferença).

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO, onde pude me desenvolver muito nesses últimos dois anos. Ao meu orientador, André Coelho, pelos conselhos e ajuda ao longo desta pesquisa. Sou igualmente grata aos professores da banca de qualificação, João Botelho e Vinicius Israel, que fizeram comentários essenciais para a evolução deste trabalho. E ao professor Vinicius novamente, pela grande ajuda no R. À minha amiga e irmã acadêmica, Nathália Julia, que sempre estava disposta a ouvir meus desabafos, inseguranças e medos durante esse período - não foi nada fácil, mas ter você do meu lado fez toda a diferença. Obrigada por acreditar em mim, você me inspira na vida! E essa caminhada fica muito mais divertida ao seu lado.

Ao meu namorado, Gustavo, obrigada por ser esse apoio constante na minha vida, não importa o que eu faço. Poder contar com você é um presente! Obrigada por sempre me escutar nos meus momentos de crise - e foram muitos - e sonhar comigo. À minha irmã, Carol, palavras não conseguem expressar a minha gratidão por você. Ela é a pessoa que lê tudo que eu escrevo desde sempre, e que sabe tanto sobre apoio à democracia quanto eu. Obrigada por ser brilhantemente incrível no R e por fazer eu gostar dessa coisa doida (mas acredito que com você eu poderia gostar de fazer qualquer coisa), a sua ajuda foi essencial para a finalização deste trabalho, você será a melhor programadora do mundo, é um fato. À luninha, que é só uma vira-lata maluca e nem sabe da existência deste trabalho, mas é o amor da minha vida.

À minha família e amigos mencionados aqui, eu amo muito vocês, e novamente, obrigada por nunca duvidarem do meu potencial. A torcida de vocês é muito especial para mim.

“Viver a experiência de fruir a vida de verdade deveria ser a maravilha da existência.” — Ailton Krenak

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é identificar os fatores que influenciam o apoio à democracia na Argentina e no Brasil a partir dos governos que estiveram em vigor no período de 2005 a 2020. Com isso, procura-se mostrar a importância do tipo de governo para um maior apoio ao regime. O período é relevante, pois permite uma comparação eficaz e com maior abrangência de diferentes fatores que podem explicar o apoio democrático. Dessa forma, o trabalho busca responder às seguintes perguntas: governos progressistas e/ou que priorizam a centralidade do estado contribuem para um maior apoio democrático? E governos neoliberais e/ou conservadores não contribuem para um maior apoio à democracia? A partir da literatura da área de apoio à democracia, foram definidas as variáveis a serem analisadas - coletadas da base de dados do Latinobarómetro - através da criação de modelos de regressão logística no programa estatístico R. A pesquisa sugere que governos progressistas e/ou que priorizam a centralidade do estado contribuem para um maior apoio à democracia por parte dos cidadãos, pois elaboram políticas públicas que englobam as necessidades da população.

Palavras-Chave: Argentina; Brasil; Apoio à Democracia.

ABSTRACT

The objective of this research is to identify the factors that influence democracy support in Argentina and Brazil based on the governments that were in power from 2005 to 2020. Therefore, it seeks to demonstrate the importance of the type of government for greater regime support. The period is relevant because it allows for an effective comparison and a broader range of different factors that can explain democratic support. Thus, the work aims to answer the following questions: do progressive governments and/or those that prioritize the centrality of the state contribute to greater democratic support? And do neoliberal and/or conservative governments not contribute to greater democracy support? Based on the literature, the variables - collected from the Latinobarómetro database - were defined to be analyzed through the creation of logistic regression models in the statistical program R. The research suggests that progressive governments and/or those that prioritize the centrality of the state contribute to greater support for democracy by citizens, as they develop public policies that encompass the needs of the population.

Keywords: Argentina; Brazil; Democracy Support.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Frequência das respostas sobre o apoio à democracia por governo……..76
Gráfico 2 - Frequência das respostas sobre o apoio à democracia - Brasil (2005-2020).....77
Gráfico 3 - Frequência das respostas sobre o apoio à democracia - Argentina (2005-2020)..77
Gráfico 4 - Aprovação do presidente X Apoio à democracia por tipo de governo……..79
Gráfico 5 - Satisfação com a democracia X Apoio à democracia por tipo de governo……...80
Gráfico 6 - Satisfação com a vida X Apoio à democracia por tipo de governo……...81
Gráfico 7 - Satisfação com a situação econômica X Apoio à democracia por governo……..82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Glossário das variáveis……..…17
Tabela 2 - Glossário das variáveis……..…75
Tabela 3 - Valores do modelo simples - variáveis explicativas……..83
Tabela 4 - Valores do modelo simples - variável resposta……..83
Tabela 5 - Valores do modelo completo - variáveis explicativas……85
Tabela 6 - Valores do modelo completo - variável resposta……85
Tabela 7 - ANOVA……..86
Tabela 8 - Razões de chance dos coeficientes……86

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO……...10

2. A DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O APOIO À DEMOCRACIA……..18

2.1 Os conceitos de democracia……..18

2.2 O apoio à democracia na América Latina……...21

2.3 Fatores explicativos para o apoio à democracia……..26

2.4 Contextualização: Argentina e Brasil……..30

2.5 Considerações finais sobre o capítulo……..34

3. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DA ARGENTINA E DO BRASIL……38

3.1 Lula 1……..38

3.2 Néstor Kirchner…….40

3.3 Lula 2……...44

3.4 Cristina Kirchner 1…….46

3.5 Dilma Rousseff 1……..48

3.6 Cristina Kirchner 2…….51

3.7 Dilma Rousseff 2…….53

3.8 Mauricio Macri……...57

3.9 Michel Temer……...60

3.10 Alberto Fernández……....62

3.11 Jair Bolsonaro……...…64

3.12 Considerações finais sobre o capítulo……..…....70

4. ANÁLISE DOS DADOS……..…....73

4.1 Regressão Logística Ordinal……...……73

4.2 Apresentação dos dados……..……75

4.3 Análise dos modelos de regressão logística ordinal……..……83

4.4 Considerações finais sobre o capítulo……..……..87

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS…….…….….89

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS……..…….….95

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o apoio à democracia na Argentina e no Brasil, entre os anos de 2005 e 2020, com um foco no tipo de governo. Neste período, os presidentes analisados são: Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2023), do Brasil; Néstor Kirchner (2003-2007), Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), Mauricio Macri (2015-2019) e Alberto Fernández (2019-2023), da Argentina. A partir disso, a pesquisa procura demonstrar que o tipo de governo importa ao responder às seguintes perguntas: 1) governos progressistas e/ou que priorizam a centralidade do estado contribuem para um maior apoio democrático? E 2) governos neoliberais e/ou conservadores não contribuem para um maior apoio à democracia?

O neoliberalismo é entendido aqui como o conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem o Estado social e desregulam o capital. A racionalidade neoliberal, de acordo com Brown (2019), é modeladora de um discurso que associa a justiça social à ideia do "politicamente correto". Dessa forma, entende-se que o neoliberalismo ataca o social, o que gera uma cultura antidemocrática desde baixo, e que ao mesmo tempo, legitima formas antidemocráticas de poder estatal. Uma cidadania cada vez mais não democrática estará mais disposta a autorizar um Estado antidemocrático, e por esse motivo, a pesquisa procura analisar o quanto um governo neoliberal pode impactar negativamente o apoio à democracia.

Dessa forma, a pesquisa classifica como governos progressistas aqueles que buscaram aumentar o gasto social para promover maior inclusão na sociedade, diminuir a pobreza e a miséria, entre outras políticas públicas que melhoraram a qualidade de vida da população. São eles: os governos de Néstor Kirchner, Lula, Cristina Fernández de Kirchner, Dilma Rousseff e Alberto Fernández. Os governos neoliberais, então, são entendidos como aqueles que procuram diminuir o gasto social, com a defesa de uma política econômica que seja pró-mercado, com a diminuição de direitos e garantias sociais para os cidadãos. São eles: os governos de Mauricio Macri, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Apesar do governo Bolsonaro possuir interpretações mais diversas sobre suas políticas e como enquadrá-lo nesta posição, esta pesquisa defende o entendimento de que a escolha do economista Paulo Guedes teve o objetivo de atrair apoio do mercado financeiro com a garantia de que continuaria com as estratégias econômicas do governo Temer, e assim, pode entrar nesta categoria - esse contexto será discutido no segundo capítulo.

A ascensão de governos progressistas na América Latina, no fim da década de 1990, constituiu um momento inédito na história política da região. Após um período de transição para a democracia - iniciado ainda no final dos anos 1970 - com muitas promessas não cumpridas e adoção de políticas neoliberais - que a longo prazo não trouxeram melhorias na condição de vida dos cidadãos -, os governos recém-eleitos orientaram suas políticas para uma direção de maior apoio estatal com o intuito de promover bens públicos: redistribuições econômicas, bem como saúde e educação de qualidade são alguns exemplos. Porém, após a primeira década do século XXI - que foi de muitos avanços sociais e conquistas de direitos - em muitos países latino-americanos parecia que chegava a vez da direita retornar ao poder.

O período de 2000 a 2010 representou um cenário de construção democrática na América Latina, enquanto a década seguinte se caracterizou como um período de desconstrução. Nesse primeiro momento, muitos países da região vivenciaram um crescimento de suas economias, e aqueles que passaram pelo chamado "giro à esquerda" ou "onda progressista" tiveram reformas - algumas mais ambiciosas que outras - que contaram com um grande apoio popular. No caso do Brasil, os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - PT - representaram o melhor momento do apoio à democracia no país, segundo os índices do Latinobarómetro. Em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso - PSDB - o índice de apoio era de 30%, enquanto que no fim do segundo mandato de Lula o percentual era de 55%. O Brasil, historicamente, possui índices muito baixos de apoio à democracia, sendo o único país da região que nunca alcançou 60%. Na Argentina, o cenário é bem diferente - de 2003 a 2017, o apoio à democracia não ficou abaixo de 60%. Em 2020 o índice diminuiu para 55% - o menor percentual do país segundo os dados do Latinobarómetro. Mesmo assim, o país possui o terceiro menor índice de indiferença em relação a viver em um regime democrático ou autoritário - 14% -, enquanto que no Brasil a indiferença é de 36% (Latinobarómetro, 2021).

Segundo dados do Latinobarómetro, a insatisfação com a democracia na América Latina alcançou 73,4%, em 2020. No mesmo ano, o maior problema para a população era a situação econômica - 35,4% -, seguida por criminalidade e corrupção. O índice de apoio à democracia como forma de governo preferível a qualquer outra chegou a seu nível máximo em 2010 - 61%. E é nesse mesmo período em que a onda rosa começa a perder força na região. Em 2017, o apoio à democracia tinha caído para 53% - ao mesmo tempo teria crescido a aprovação a regimes autoritários. Por essas questões, as crises do Estado e do sistema político estão no centro dos problemas enfrentados pela região (Calderón e Castells, 2021). Ao mesmo tempo, é importante mencionar que, segundo os relatórios do Latinobarômetro, o

apoio à democracia aumentou consideravelmente desde 1995 até 2015 - tendo o seu maior salto nos países que vivenciaram o chamado “giro à esquerda” ou “onda rosa” (Moreira, 2017).

As discussões referentes à democracia - seu sentido, possibilidades e limites - são diversas e ocorrem, muitas vezes, em conjunto com as diferentes dimensões de uma ordem justa, na tentativa de serem adaptadas às complexas formações sociais existentes. O conceito de democracia sofreu muitas transformações, especialmente a partir dos últimos 70 anos, em que ocorreu uma redução da aposta na soberania popular, mas que ao mesmo tempo, não elimina a associação com o imaginário herdado da Antiguidade (Miguel, 2016). Esse debate será discutido no primeiro capítulo da dissertação, com o intuito de apresentar as diferentes perspectivas sobre o conceito de democracia.

O trabalho segue a linha de parte da literatura que argumenta sobre a importância de reconhecer a “demodiversidade” de conceitos e instituições em torno do que é democracia, pois sem esse reconhecimento, as consequências para os regimes democráticos realmente existentes podem ser graves (Silva; Baltar; Lourenço, 2018). Ainda mais, sendo os dois países analisados localizados no Sul Global, onde as democracias são muito mais vulneráveis a variações econômicas na era do capitalismo financeirizado, o que contribui para uma desilusão popular diante da democracia, que só aumenta a partir dos casos de corrupção e dos crescentes níveis de desigualdade e insegurança (Biroli, 2019). Ou seja, existe uma necessidade social e política para que as demandas dos cidadãos e a resposta dos governos tenham o melhor equilíbrio possível para garantir a sobrevivência das democracias.

Dessa forma, é importante pensar na necessidade de começar a analisar a democracia, também, através de uma ótica das grandes massas, para evitar cair sempre na análise que coloca como foco os profissionais da alta política (Vitullo, 2001). E por esse motivo, o presente trabalho procura contribuir para o debate sobre a experiência real dos cidadãos dentro de um regime democrático, se inserindo no debate que procura entender como consolidar um apoio à democracia que consiga proteger o regime a alternativas autoritárias. Em especial, na região latino-americana, através do foco na percepção dos cidadãos, procurando entender quais fatores contribuem para a longevidade e fortalecimento desse apoio. As teorias e estudos referentes à democracia, sua qualidade, consolidação, apoio e satisfação, são muitas e o debate além de extenso, existe há muitos anos. Dentro da área de política comparada existem diversos tipos de discussões e pesquisas acerca das diferentes formas de governo, dos sistemas eleitorais e partidários, da relação dos legislativos com o poder Executivo, só para citar algumas. Sabe-se que não existe uma resposta definitiva para

essas questões e muitos estudos inclusive apresentam grandes discordâncias, porém, como discute Coutinho (2006), a visão que predominou nos estudos é a reformista. Essa visão compreende que a adoção de modelos institucionais que funcionaram em democracias desenvolvidas seria a melhor escolha para serem aplicadas nos países da América do Sul, por exemplo (Linz & Stepan, 1996).

Para alguns autores, como Mounk (2018), os cidadãos só demonstram lealdade pela democracia enquanto os seus bolsos permanecem cheios, e não porque existiria um comprometimento profundo com os princípios democráticos fundamentais. Nesta perspectiva, a ideia de democracia só é dominante porque trouxe ótimos resultados, porém, conforme a dificuldade de atender às necessidades dos cidadãos aumenta, a "crise de desempenho" se instaura.

O debate hegemônico na área de estudos relacionados à democracia é o institucionalista. O problema desse tipo de concepção é que acaba por negligenciar a influência de outros fatores que impactam a democracia e seus níveis de apoio e satisfação, como as desigualdades econômicas, de gênero e raça. As vertentes deliberacionista e participativa, ao contrário, defendem uma análise de elementos mais ampla do que apenas os procedimentais (Medeiros, 2015).

No primeiro capítulo, será abordada essa análise que associa o desempenho econômico como um ponto fundamental para o apoio democrático, mas não como a única explicação possível, pois o desempenho de um sistema político não é limitado aos seus resultados econômicos. Na verdade, depende de diversos elementos. Por esse motivo, a pesquisa também incorpora uma variável de percepção econômica no modelo a ser criado.

Outras visões se mostram muito promissoras ao procurar demonstrar quais fatores podem contribuir para que os cidadãos passem a apoiar a democracia. Serão discutidos autores como: Pippa Norris (2011) - que argumenta sobre a importância da prestação de contas e do sentimento de representação por parte dos cidadãos -; Monsivais-Carrillo (2020) - com um importante debate sobre a satisfação dos cidadãos e a aprovação do governo vigente -; Linde e Peters (2018) - os autores apontam a relevância da *responsiveness* por parte dos governos -; Garetto (2018) - que indica o quanto o teor das políticas públicas pode impactar na percepção dos cidadãos -; Laisner (2008) - a autora argumenta sobre a importância dos governos buscarem uma maior equidade socioeconômica -; O'Donnell (1987) - seus trabalhos referentes a construção de uma cidadania integral se mostram de extrema relevância para a discussão. Esse contraponto entre os autores apresentados guiará a apresentação das diferentes

teorias e perspectivas, ao longo do primeiro capítulo, para um melhor entendimento da contextualização, no segundo, e da análise dos dados, no terceiro.

A pesquisa utiliza o método comparado por servir como uma estratégia analítica não somente descritiva, mas também explicativa para colocar as hipóteses à prova, juntamente com uma técnica estatística (Pérez-Liñán, 2010). O contexto a ser comparado entre Argentina e Brasil é a partir da trajetória política dos países, em que após passarem pelos seus períodos de transição e adoção de políticas neoliberais, vivenciam a onda progressista, e nos últimos anos, vivenciam uma regressão conservadora. Aqui, tanto as diferenças como as semelhanças são importantes para a comparação. Em especial, os seus diferentes níveis de apoio à democracia ao longo dos anos analisados neste trabalho.

No caso brasileiro, a transição para a democracia não ocorreu com eleições diretas, e o novo governo precisou encarar a crise da dívida externa com alta inflação. Durante a década de 1990, o neoliberalismo prevaleceu entre os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Já a Argentina sofreu dois golpes militares em uma década e teve uma das ditaduras mais ferrenhas de todo o continente latino-americano. O peronismo volta ao poder, em sua forma neoliberal, com a eleição de Menem em 1989 (Hoffmann, 2021).

O século XXI, para a Argentina, começou com uma grave crise econômica, que teve consequências significativas para a própria institucionalidade democrática. O fim do governo De la Rúa gerou uma grande instabilidade no país, e a crise que iniciou em 2001 só foi mitigada com a eleição de Néstor Kirchner em 2003 - aqui, com o peronismo em sua versão mais nacionalista -, que inicia um período de governabilidade institucional e estabilização econômica. O início do novo século, para o Brasil, é marcado pela chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, com o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva assumindo a presidência. O projeto político defendido por Lula aliava o crescimento econômico com a inclusão social. E de forma semelhante, Brasil e Argentina possuíram um papel fundamental ao inaugurar o neodesenvolvimentismo no Cone Sul e fortalecer os laços bilaterais a partir de novas estratégias solidárias entre países da região (Hoffmann, 2021).

Dessa forma, procura-se analisar o período de 2005 a 2020, que abarca o contexto político mencionado e suas principais mudanças, como também, é o período em que os dados coletados permitem uma comparação mais eficaz e com maior abrangência levando em consideração diferentes fatores que podem explicar o apoio democrático. Diante da ascensão de forças e governos conservadores na América do Sul, este período é analisado por muitos especialistas (Hoffmann, 2021; Pinto et al., 2019; Biroli, Machado e Vaggione, 2020) no

sentido de identificar para além do movimento pendular de direita e esquerda, conservadorismo e progressismo, mas momentos de instabilidade democrática. O relatório de 2021 do Latinobarómetro aponta para o fato da maior parte da população latino-americana estar insatisfeita com o funcionamento da democracia em seus países, porém, isso não necessariamente seria um problema. A crítica dos cidadãos à democracia pode representar uma demanda por democracia - ou mais democracia. Essa dimensão também será discutida ao longo dos capítulos. A partir das perguntas apresentadas, a pesquisa possui duas hipóteses centrais, são elas: 1) Países com governos progressistas, que procuram combater as desigualdades sociais, contribuiriam para um apoio democrático por parte dos cidadãos; 2) Em um contexto de governos neoliberais e/ou conservadores, existiria maior rejeição à democracia.

Para testar as hipóteses, foram definidas as variáveis explicativas - selecionadas a partir da literatura apresentada - que serão coletadas da base de dados proveniente dos relatórios anuais do Latinobarómetro (2005-2020) – que é um *survey* anual de opinião pública que envolve 20.000 entrevistas em 18 países latino-americanos. A corporação Latinobarómetro foi escolhida por ser um centro de pesquisa de excelência internacional, que pesquisa o desenvolvimento da democracia e da economia, mas também com foco nas sociedades, usando indicadores de opinião, atitudes e valores - o que dialoga completamente com o objetivo do trabalho. Além disso, seus resultados são utilizados por atores sociais e políticos, organizações internacionais, governos e mídia - com relatórios e banco de dados de livre acesso ao público[1].

As variáveis selecionadas são: satisfação com a democracia, satisfação com a atual situação econômica do país, aprovação do presidente/governo vigente, satisfação com a vida e tipo de governo. Ao fim da seção, será apresentada uma tabela para melhor visualização das variáveis a serem analisadas. Uma observação importante a ser feita é que, no período analisado, a pesquisa não foi realizada em três anos - 2012, 2014 e 2019. A partir do segundo capítulo, essas variáveis serão apresentadas em conjunto com o contexto político de cada governo do período observado.

A análise dos dados será realizada através do programa estatístico R 4.3.0, com a criação de modelos de regressão logística ordinal. O trabalho utilizará a regressão logística ordinal, pois como as perguntas utilizadas em pesquisas de opinião seguem a escala Likert - utilizada para medir opiniões, atitudes e comportamentos -, em que as respostas são definidas a partir de diferentes classificações com valores definidos, ela se mostra a mais indicada para

[1] Disponível através do link: https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp

analisar as hipóteses da pesquisa. Serão criados dois modelos que podem explicar as chances de um indivíduo apoiar a democracia: no primeiro serão incluídas as variáveis de "satisfação com a atual situação econômica", "satisfação com a democracia", "aprovação do presidente" e "satisfação com a vida"; e no segundo será adicionado a essas o "tipo de governo". Como a variável "tipo de governo" é a principal para testar as hipóteses deste trabalho, cria-se um modelo sem ela para entender o quanto ela agrega na análise. Para comparar os dois modelos será utilizado a função anova[2], também no R. A função anova consiste em uma técnica estatística para comparar dados, também chamada de análise de variância, muito utilizada para comparação de modelos de regressão, pois permite a análise de dados complexos. Essa análise será apresentada no terceiro capítulo deste trabalho.

É importante mencionar que, muitas pesquisas que focam na percepção e satisfação dos cidadãos frente à democracia e suas dimensões mensuram a qualidade sob uma ótica economicista que explicaria por si só o bem estar dos cidadãos em um regime democrático. Schwartzman (*apud* Viscarra, 2010), ressalta a necessidade de reconhecer o sistema econômico como algo que precisa ser desenvolvido, porém, voltado para a questão social, em que a qualidade de vida implique em uma política de desenvolvimento social. Da mesma forma, Baquero (2011) argumenta que a qualidade de vida se constitui a partir de fatores políticos, econômicos, institucionais e de desenvolvimento humano.

Diante disso, índices e variáveis que procuram medir valores subjetivos de bem estar apresentam-se como muito relevantes quando pensamos sobre o apoio à democracia. Pois, como argumenta Viscarra (2010), sentimentos que dizem respeito à satisfação e à felicidade das pessoas com suas vidas englobam o julgamento dos cidadãos sobre as esferas econômica, social, cultural e política, ao mesmo tempo que revela suas expectativas em relação à própria democracia. Baquero (2011) explica que, dados subjetivos de avaliação, como os que serão avaliados ao longo do presente artigo, permitem compreender o bem estar orientado para a promoção da qualidade de vida, fator fundamental para analisar o apoio à democracia por parte dos cidadãos.

A partir dos autores mencionados, entende-se que as avaliações que as pessoas fazem de sua vida dentro de um regime democrático são muito úteis para analisar os diferentes fatores que explicam o apoio à democracia, com o cidadão no foco do estudo. Para a definição das variáveis a serem analisadas na pesquisa, a literatura sobre o apoio à democracia - Lagos, 2001; Baquero e Santos, 2007; Norris, 2011; Linde e Peters, 2018; Monsivais-Carrillo, 2020 - foi essencial para a criação de um panorama com os possíveis fatores mais explicativos. No

[2] Chambers, J. M. e Hastie, T. J. Statistical Models in S, Wadsworth & Broaks/Cole, 1992.

primeiro capítulo deste trabalho será realizada uma discussão sobre essa literatura. Segue-se abaixo, o glossário das variáveis.

Tabela 1: Glossário das variáveis

Variável	Categorias	Classificação
Apoio à democracia	1) não apoio 2) indiferente 3) apoio	Variável dependente
Tipo de governo	neoliberal ou progressista	Variável independente
Satisfação com a democracia	1) nada satisfeito ou um pouco insatisfeito 2) um pouco satisfeito ou muito satisfeito	Variável independente
Satisfação com a vida	1) nada satisfeito ou um pouco insatisfeito 2) um pouco satisfeito ou muito satisfeito	Variável independente
Satisfação com a atual situação econômica	1) nada satisfeito ou um pouco insatisfeito 2) um pouco satisfeito ou muito satisfeito	Variável independente
Aprovação do presidente	1) não aprovo 2) aprovo	Variável independente

Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis do Latinobarómetro, 2024.

O trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro será feito uma discussão teórica sobre a literatura de apoio à democracia na América Latina com uma contextualização dos países analisados, Argentina e Brasil. No capítulo seguinte serão analisadas as trajetórias políticas dos países comparados, com um foco nas questões sociais e econômicas do período que a pesquisa se propõe a analisar, com o intuito de ampliar o que foi discutido na parte teórica e contextualizar as variáveis que serão utilizadas na análise dos dados. Por fim, o último capítulo irá discutir sobre os modelos de regressão criados para uma melhor apresentação das variáveis explicativas encontradas. Ao final será realizada uma breve recapitulação do que foi discutido ao longo do trabalho para apontar caminhos possíveis em relação ao apoio à democracia na Argentina e no Brasil.

2. A DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O APOIO À DEMOCRACIA

Este primeiro capítulo irá abordar as diferentes perspectivas sobre o conceito de democracia, em um primeiro momento, para conseguirmos aprofundar na literatura sobre o apoio à democracia, especialmente na região da América Latina. Os autores apresentados nesta seção procuram entender "o que faz com que os cidadãos apoiem ou rejeitem um regime?" e ainda, "porque a satisfação com a forma em que a democracia funciona efetivamente não coincide com as aspirações democráticas da cidadania?". Após isso, será apresentado algumas das principais contribuições acerca de quais fatores melhor explicariam o apoio à democracia. Por último, procura-se contextualizar o que foi apresentado com a realidade da Argentina e do Brasil.

2.1. Os conceitos de democracia

Democracia é um conceito muito amplo e essencialmente contestado, pois está aberto a múltiplos significados. Não existe um consenso sobre quais valores devem ser analisados como os "mais importantes" (Norris, 1999). Como na citação apresentada no artigo de Guilherme Galuppo Borba: "a democracia não é um absoluto que pode ser determinado a priori em todos os seus detalhes, nem pode ser formulada fora de todas as sociedades nas quais ela é aplicada, por isso estaremos sempre debatendo sobre os graus de democracia" (Tezanos *apud* Borba, 2019, p.478).

Porém, a essência da democracia - de acordo com as teorias clássicas da democracia - é a participação cidadã no domínio de uma comunidade política (Dahl, 1956; Pateman, 1970). Para alguns acadêmicos e Institutos, pode existir mais de um tipo de democracia, um exemplo são os tipos de classificação feito pelo Instituto V-DEM - *Varieties of Democracy* -, que consiste em uma abordagem única para conceitualizar e medir a democracia, com uma base de dados multidimensional que reflete a complexidade do conceito de democracia como um sistema de regras que vai além da simples presença de eleições. Com isso, consideram cinco concepções de democracia: eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária.

Em uma versão mais minimalista, a definição de Poliarquia criada por Dahl (1997) se apresenta útil por exibir critérios claros que os regimes e governos precisam atingir para o país poder ser definido como uma democracia: "as poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente - mas incompletamente - democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é,

fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública" (Dahl, 1997, p.31). Para o autor, uma das principais características da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, o que é muito relevante para o escopo deste trabalho. Autores como Skinner (1978, *apud* Przeworski, 2019), acreditam que um sistema no qual apenas uma pequena parcela da população governa não pode ser chamado de democracia. Rosanvallon (2009, *apud* Przeworski, 2019) sustenta que o poder só será considerado plenamente democrático se for submetido a testes de controle e validação. Podemos considerar também, a tríade dos princípios básicos da democracia, elaborada por Ginsburg e Huq (2018, *apud* Przeworski, 2019), que são: eleições competitivas, direitos de expressão e associação assegurados por lei e Estado de direito. Esta definição procedimental da democracia remete, especialmente, às instituições, às regras estabelecidas para acessar e exercer o poder, ao sistema eleitoral e aos mecanismos de tomada de decisões (Sotillos, 2015). E como um mínimo, um país deve constituir um sistema competitivo de eleições periódicas e regulares, com acessibilidade ao poder público e ao exercício da autoridade estatal, em um regime de liberdades e direitos efetivos (Mounk, 2018).

Przeworski (2019), defende - a partir de autores como Schumpeter, Popper e Bobbio - a utilização da ideia minimalista e eleitoral de democracia, que representa um arranjo político onde as pessoas escolhem os governos através de eleições e possuem a possibilidade de remover aqueles que desaprovam. Para o autor, acrescentar adjetivos à definição de democracia pode ser um problema, pois o *checklist* será maior, e consequentemente, mais problemas irão surgir.

Em contrapartida, muitos autores discordam desse tipo de abordagem minimalista. Segundo Silva (2017), uma democracia de qualidade não deve ser definida apenas por eleições e *accountability*. Existem alguns elementos que devem ser levados em conta quando pensamos em qualidade das democracias, como: *Rule of law* - que remete à igualdade dos cidadãos perante a lei que deve ser aplicada por um Judiciário independente -, a participação - sendo não apenas a participação política cidadã, mas sua efetividade -, a competição - ou seja, o pluralismo -, *accountability* horizontal - que constitui na responsabilização das autoridades por outros atores institucionais, onde o desenho institucional irá determinar o equilíbrio entre os poderes, assim como as limitações institucionais ao exercício de cada um - e por fim, *responsiveness* - que representa em que medida cada governo cumpre os pontos essenciais de seu programa (Silva, 2017). A *accountability* vertical também é um fator de grande relevância ao pensarmos na qualidade das democracias, que consiste nas condições disponíveis para o controle das ações dos políticos por parte dos cidadãos (Sotillos, 2015).

Aqui também é entendido a transparência como um fator fundamental ao se pensar sobre a qualidade das democracias, sendo entendida a partir dos processos de participação e os diferentes graus que os cidadãos podem exercer influência frente aos assuntos de interesse público. Ou seja, que exista uma participação eleitoral informada com prestação de contas, responsabilidade, acesso à documentos, entre outros (Aguiar, 2019).

A cientista política Carolina Ovares-Sánchez define o conceito da seguinte forma:

> "No desenho institucional, o enfoque ideal normativo sobre a democracia se visualiza em um conjunto de normas, disposições, mecanismos e oportunidades que tem a comunidade política para a identificação de interesses comuns, expressar opiniões, associar-se livremente, intervir em assuntos públicos, eleger e ser eleita e mecanismos para adotar decisões políticas legítimas, em contextos de diferença e desacordo (Ovares-Sánchez, 2021, p. 97)."

A democracia faz com que seja necessário considerar fenômenos e categorias políticas que podem assumir sentidos e significados diversos, que variam no tempo e de acordo com os sujeitos políticos que estão em análise. Conceitos como democracia, liberdade e igualdade implicam tensões que são inerentes aos processos históricos (Hoffmann, 2021). Alguns autores defendem que a democracia passa por uma fase de transição diante da realidade social que consiste em desafios complexos, não imaginados quando ela foi pensada - Markoff, 2013 -, outros argumentam sobre crises democráticas - Levitsky e Ziblatt, 2019 -, e alguns entendem que estamos passando pelo início de uma onda de autocratização - Bermeo, 2016; Diamond, 2017 - (Hoffmann, 2021).

Autores como Norris e Inglehart têm focado nas atitudes individuais em relação à democracia, e em seus estudos, entendem que viver em um regime democrático faz com que os cidadãos sejam mais críticos, que fomentem valores que favoreçam a tolerância e a democracia, e também possuem os meios para melhorarem as suas condições de vida. Segundo Linz e Stepan (1996, p. 23): "Em termos de atitudes, a democracia torna-se o único jogo disponível na sociedade quando, mesmo em meio a graves crises políticas e econômicas, a maioria esmagadora da população continua acreditando que qualquer mudança política adicional deva emergir do bojo dos parâmetros das fórmulas democráticas". Diante disso, percebe-se que o papel do cidadão é essencial para a manutenção da democracia. Porém, uma corrente crítica a essa visão entende que existem vários cenários de crises do regime que surgem por conta de paradoxos e problemas no seu próprio funcionamento, o que tira o foco do indivíduo em si, como pode ser observado em trabalhos como os de Mouffe (2000) e Alvarado-Espina (2018) (Botelho, et al. 2020).

Nas últimas décadas, vários países que possuíam regimes autoritários passaram a ter governos eleitos através de processos eleitorais, o que de acordo com a perspectiva minimalista significaria uma transição para a democracia. Porém, o que se viu foi uma grande diferença de funcionamento entre estes regimes de democracia eleitoral - diferentes níveis de desigualdade, de pluralidade nos processos eleitorais e de liberdades civis -, tornando necessária a criação de um critério de distinção. A partir disso, os principais índices de avaliação da qualidade da democracia concentram-se nos aspectos institucionais, o que é criticado por diversos autores, que argumentam a necessidade de considerar a cultura política de cada país (González, 2014). Acaba-se não explorando outros determinantes possíveis do apoio à democracia, como indicadores de sofisticação política, eficácia política, de atitudes em relação a corrupção, de prestação de contas, sentimento de representação, entre outros (Monsivais-Carrillo, 2020).

Para autores como Olivares-Lavados e Martin (*apud* Castro e Castro, 2019), um governo democrático precisa apresentar os aspectos próprios do sistema político e os procedimentais. As variáveis procedimentais são o respeito à lei e a prestação de contas à sociedade - *accountability* - e as variáveis inerentes ao sistema são: a capacidade de dar respostas que satisfaçam os cidadãos, o respeito aos direitos e uma ampliação progressiva da igualdade social, política e econômica.

É a partir dessa breve discussão sobre o conceito de democracia e a literatura com foco na América Latina, que vamos procurar entender a questão do apoio à democracia na região. Procura-se estabelecer alguns dos principais estudos sobre o tema, como também as melhores maneiras para analisar esse apoio. Pois, como argumenta Monsivais-Carrillo (2020, p.155): "estudar o apoio e a rejeição à democracia tem importância para podermos conhecer de que maneira tem se transformado os juízos e as expectativas dos cidadãos com relação aos sistemas políticos".

2.2. O apoio à democracia na América Latina

Os estudos em relação ao apoio à democracia não se restringem apenas a região da América Latina. Cada vez mais, a preocupação sobre a longevidade das democracias existentes cresce e existem muitos Institutos e organizações que estudam os diferentes fatores em torno do conceito de democracia. Segundo os mais recente relatórios da revista *The*

Economist[3] sobre o estado da democracia apontam que a situação é de "recessão democrática" a nível global[4], com uma deterioração contínua a partir de 2010 na maior parte dos países democráticos. O informe de 2018 da organização *Freedom House* apontou a deterioração dos direitos políticos e liberdades civis no mundo todo - alcançando uma tendência de 12 anos consecutivos -, o que constitui, segundo o relatório, uma crise da democracia (Chinchilla, 2019). Estudos comparados (Meneguello, 2006; Lopes, 2004) que analisam o apoio à democracia apontam para a natureza multidimensional deste fenômeno, em que a legitimidade do regime democrático está associada a diferentes atitudes e opiniões dos cidadãos, a confiança nas instituições e na satisfação com o desempenho do regime (Moisés e Carneiro, 2008).

Segundo a cientista política, Pippa Norris (2011), a demanda pública por democracia representa as expectativas e as aspirações dos cidadãos em respeito à democracia como um sistema político, ou seja, a adesão da população aos valores democráticos e a negação de alternativas autoritárias. Já a oferta percebida de democracia consiste no nível de satisfação em relação às expectativas e aspirações, ou seja, a satisfação - ou insatisfação - com o desempenho democrático dos governos. É por isso que, segundo Norris (2011), é possível distinguir entre o descontentamento da população com a democracia como tal e as expectativas da cidadania em respeito à democracia.

Nessa mesma linha, Easton (1965) identificou duas dimensões de apoio político, o difuso - atitudes em relação à comunidade política e ao regime - e o específico - em relação à performance das autoridades políticas. Para o autor, o apoio específico se desenvolve a partir das percepções dos cidadãos das respostas das autoridades às suas demandas ao longo do tempo, enquanto que o apoio difuso poderia se desenvolver a partir de três fontes - educação e socialização, experiência pessoal ao longo do tempo e ideologia. Diante disso, a pergunta utilizada em diversos questionários sobre "a democracia ser a única forma de governo preferível" é útil para analisarmos esse apoio difuso, pois serve para medir o nível de preferência que a democracia tem frente a outras alternativas - com independência do sentido que cada indivíduo pode associar com esse conceito. E para o apoio específico poderiam ser utilizadas as variáveis de satisfação com a democracia ou a aprovação do governo vigente, já que o desempenho do sistema político é um determinante importante, que proporciona uma experiência tangível do funcionamento da democracia (Monsivais-Carrillo, 2020).

---

[3] Os relatórios estão disponíveis através dos links: https://www.economist.com/graphic-detail e https://www.economist.com/the-americas.

[4] O estudo parte da análise de 5 variáveis - processo eleitoral, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis.

Dessa forma, a literatura que segue a obra de Easton (1965), avalia analiticamente temas da legitimidade e da legitimação sob o conceito de apoio político. Com isso, entende-se que para a contínua reprodução de um regime é necessário existir um vínculo entre cidadãos eleitores e o sistema político. Dessa forma, "mesmo que os governos latino-americanos tenham feito avanços poliárquicos, produzindo uma legitimidade jurídica maior sobre as instituições, os mesmos não conseguiram produzir, na população, uma legitimidade social" (Baquero, 2011, p. 19).

O que muitos procuram analisar, e esse trabalho é um esforço nesse sentido, é como se estabelece e se mantém o compromisso com a aceitação das regras do jogo democrático[5]? E como ele é quebrado? (Borba e Cardoso, 2021). Westle (2007) explica que o apoio específico se constitui como uma avaliação da política cotidiana, e que por isso pode mudar rapidamente, e o apoio difuso é definido de modo mais abstrato - pode possuir diferentes dimensões dependendo do objeto de análise. Diante dessa diferença, o apoio difuso e específico variam de modo independente, pois possuem determinantes distintos. Norris (2011) defende essa divisão por trazer uma interpretação de um continuum - ao contrário de uma dicotomia - que parte dos níveis mais difusos até os mais específicos, e assim, cada componente corresponde a uma série de medidas empíricas. Seguindo essa linha, Dalton (apud Borba e Cardoso, 2011) defende que as avaliações dizem respeito aos julgamentos sobre os fenômenos políticos e as orientações afetivas de cada indivíduo representam a aderência aos valores democráticos. O autor, diferentemente de Norris, entende que cada objeto político está sujeito a dois tipos de apoio ao mesmo tempo - difuso e específico.

Dessa forma, legitimidade democrática - ou apoio difuso - constitui-se nas crenças dos cidadãos de que a democracia é a forma mais apropriada de governo - a única aceitável para assegurar a sua liberdade. Ou seja, a legitimidade corresponde a um ideal permanente de democracia, que é aceito pela maioria das pessoas, mas que pode variar de indivíduo para indivíduo. Já a satisfação com o desempenho do regime tem como base a experiência prática dos cidadãos, e envolve a capacidade dos governos de enfrentar os dilemas coletivos - partindo sempre da percepção dos cidadãos (Gamson; López Pintor apud Moisés e Carneiro, 2008).

As variáveis de apoio à democracia e satisfação com a democracia não guardam uma relação direta, porém vários autores concluíram que um desempenho favorável e constante durante um longo período, com uma abordagem bem sucedida frente aos problemas econômicos e sociais contribuem para o desenvolvimento de uma crença ampla na

[5] Expressão de Przeworski (1994).

legitimidade da democracia (Lipset, 1993; Linz e Lipset, 1989). Diante disso, podemos entender que a satisfação com o desempenho do sistema democrático é um fator de grande importância para o apoio do regime democrático.

Outro ponto muito importante é o quanto as minorias - como mulheres, pessoas indígenas ou de minorias raciais - conseguem exercer seus direitos políticos básicos e terem os seus direitos como cidadãos respeitados, pois o desenvolvimento democrático depende disso. Diante dessas questões, muitos teóricos defendem que a satisfação que os indivíduos têm diante de suas vidas pode ser associada com a própria longevidade da democracia em um país (Inglehart, 1998).

Porém, para uma grande parte dos latino-americanos a democracia não significa algo de grande valor. A democracia na América Latina enfrenta um grande problema, pois é a única região do mundo onde existe uma combinação de regimes democráticos em que grande parte de sua população vive abaixo da linha da pobreza - em 2017 o percentual se aproximava dos 30%, segundo a CEPAL -, com a distribuição de renda mais desigual do mundo, além de possuir as maiores taxas de homicídios e altos níveis de corrupção. Tudo isso acaba por produzir um aumento da insatisfação dos cidadãos com o funcionamento da democracia, o que dificulta a construção de um sentimento de coletividade e pertencimento, características vitais para regimes democráticos representativos. Os cidadãos precisam confiar no sistema político, e nos seus representantes, mas para isso, eles esperam que o Estado crie políticas sobre as suas preocupações - como emprego, renda, moradia, segurança e educação - e que fortaleça os seus direitos (Garetto, 2018). Aqui, é importante considerarmos que não é apenas o conteúdo das políticas sociais que importa, como aponta O'Donnell (1987), e sim a necessidade de transformar o beneficiário dessas políticas em um sujeito. Isso quer dizer que, o processo das políticas sociais precisa envolver a constituição de cidadania, onde os benefícios e impactos possam ser concebidos a partir disso.

O'Donnell (*apud* Mejía, 2022) argumenta que apenas uma cidadania integral, com acesso a direitos civis, políticos e sociais plenos, é que pode garantir a existência de uma verdadeira democracia. E é por isso que a satisfação das pessoas com a sua própria vida tem uma grande importância, já que se ela for muito baixa, pode acabar prejudicando o apoio a um regime democrático. E em sociedades com altos níveis de desigualdades sociais e econômicas o problema se agrava, pois a minoria que está contente com o seu lugar na ordem sociopolítica, pode não desejar a participação dos outros cidadãos.

Na literatura existe uma divisão frente a esse debate, para alguns autores é a confiança no sistema que irá aumentar o apoio à democracia, e assim, fortalecer o regime democrático

(Inglehart, 1990). Para outros, é o contexto político que está em primeiro lugar, com as regras e as instituições moldando a cultura da sociedade (Jackman e Miller apud Booth; Seligson, 2009). Para autores como Booth e Seligson (2009), as pessoas desejam a democracia, e quanto mais elas perceberem a performance de seus governos como boas, mais democracia elas vão acreditar que possuem. Ou seja, podemos entender que a preferência pelo autoritarismo não está tão vinculada à insatisfação com o sistema político em si, e sim, com uma inconformidade diante das circunstâncias que afetam a vida dessas pessoas. Por esse motivo, uma democracia que possui um desempenho deficiente - alta corrupção, falta de segurança, índices elevados de desigualdade, violações constantes dos direitos humanos - pode representar, em alguma medida, a mesma coisa que um "autoritarismo" (Monsivais-Carrillo, 2020).

Rita Lima de Castro e Paulo Sérgio de Castro (2019) levantam a hipótese de que a vulnerabilidade da democracia na América Latina existe por conta da relação contraditória entre a democracia e os fatores de cidadania, soberania, poder e desigualdade. A cidadania como um exercício de direitos e deveres possui uma forte relação com a consolidação democrática, em que quanto mais forte for a prática e percepção da cidadania, maior será a probabilidade de uma consolidação de fato. Para os autores, a legitimação desse discurso ocorre no próprio exercício do governo, sendo os governos mais bem sucedidos em relação à realização democrática aqueles que conseguiram ampliar a comunicação do que efetivamente estavam fazendo - incluídos aí os limites que poderiam vir a impedir a realização de alguma promessa de campanha.

Aqui, é importante mencionar o conceito de "*democratic governance"* - para o português podemos falar em governança democrática - discutido por Mainwaring e Scully (2008). Segundo os autores, *democratic governance* é a capacidade dos governos democráticos de implementarem políticas públicas que aumentem o bem-estar político, social e econômico do país, ou seja, fornecer segurança, enfrentar problemas sociais - como pobreza, desigualdade de renda, serviços públicos de baixa qualidade, entre outros - e promover o crescimento econômico do país. Os autores também argumentam que esse conceito é diferente de "qualidade da democracia" e de "qualidade do governo", pois refere-se ao funcionamento do governo em um regime democrático - enquanto que a qualidade da democracia se refere ao grau de democracia do regime político. Mas ao mesmo tempo, uma boa governança nem sempre gera automaticamente um apoio popular duradouro. Por isso que, para os autores, é necessário o reconhecimento que o sucesso de um governo democrático depende do contexto

em que ele está inserido, mas também existem certas políticas e instituições que são mais propensas a produzir sucesso do que outras - os dois fatores não devem ser excludentes.

Em um sentido diferente e mais amplo, Laura Chinchilla (2019) utiliza o conceito de governança elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1997), onde entende-se que governança representa os mecanismos, processos, relações e instituições por meio das quais os cidadãos articulam seus interesses, exercem seus direitos, obrigações e mediam suas diferenças. Ao contrário do conceito elaborado por Mainwaring e Scully (2008), aqui a governança transcende o Estado e inclui o setor privado e a sociedade civil. Ao tirar do centro o poder público, consegue-se analisar o Estado na sua interação com os setores sociais na promoção de objetivos de interesse público, argumenta Chinchilla (2019).

Dessa forma, a próxima questão é como entender as variações em relação ao apoio à democracia. Nesse quesito, a literatura é extensa. Porém, o presente trabalho irá dar ênfase na questão da satisfação dos indivíduos com as suas vidas, sendo não apenas uma satisfação econômica, e sim referente aos diversos aspectos que compõem a avaliação do sistema político por parte dos cidadãos - ou seja, avaliações ao nível pessoal e também ao nível geral do país. Na próxima seção, será abordado quais variáveis mostram-se relevantes para explicar os níveis de apoio ao regime.

2.3. Fatores explicativos para o apoio à democracia

A região da América Latina é marcada por problemas que desafiam os governos vigentes, como: elevados níveis de pobreza e desigualdade, baixos níveis de investimento produtivo, uma grande parcela da população no setor informal, dificuldades fiscais e financeiras, entre outros. E apesar dos seus avanços, as democracias de seus países têm demonstrado sinais de cansaço, que podem ser observados no aumento da insatisfação dos cidadãos com a política em si, o crescente número de protestos de rua, reações autoritárias dos governos, e uma crescente polarização política. Além disso, a pandemia da Covid-19 contribuiu para aumentar ainda mais a clivagem político-ideológica (Barragán, Borsani e Villarreal, 2021).

Dessa forma, quando os governos democráticos apresentam falhas constantes para prover as necessidades básicas da população, os cidadãos respondem através de suas insatisfações frente às instituições da democracia representativa. Porém, em algumas situações, os cidadãos acreditam que as instituições são incapazes de resolver os problemas que os afligem, o que torna alternativas autoritárias mais atraentes as vistas da população. Por

esse motivo, é essencial a construção de um Estado que seja capaz de satisfazer as demandas da sociedade - pelo menos em um nível mínimo -, pois a democracia tem como base um sistema de atitudes e crenças cidadãs que são responsáveis por garantir uma maior vitalidade e legitimidade ao próprio regime.

A qualidade de vida é um fator essencial para a construção da visão de mundo do cidadão, e consequentemente, para a construção da sua cultura política. E como medir isso? Alguns autores tendem a focar na performance macroeconômica medida pelo PIB per capita, mas será que os cidadãos refletem sobre o seu sistema econômico em termos dos níveis de riqueza nacional? Como o cidadão comum consegue perceber a performance econômica de seu país?

De acordo com Baquero e Santos (2007), a variável econômica influencia diretamente na maneira em que os cidadãos percebem o regime democrático, fazendo associações entre a sua qualidade de vida, situação econômica e poder de compra com a eficiência do regime democrático. Ou seja, os cidadãos conseguem avaliar a performance econômica, mas eles fazem por meio de indicadores como oportunidades de emprego, salários, crescimento de seus negócios, entre outros. Por esse motivo, a variável de "satisfação com a atual situação econômica" é selecionada, pois a percepção do indivíduo frente a esses fatores pode causar um impacto no seu apoio ao regime.

Booth e Seligson (2009) argumentam que a avaliação da performance econômica do regime é a dimensão mais importante da legitimidade. Não é a única, porém é a mais fácil de ser associada pelos cidadãos ao regime em que vivem. O presente trabalho não está de acordo com essa argumentação, pois um crescimento econômico pode causar o aumento da população que já se encontra excluída, mais importante do que isso seria como ocorre a distribuição dessa renda que aumenta (Cerruti, 2018).

Além disso, quando falamos sobre América Latina especialmente, existem outros fatores que impactam as vidas dos cidadãos que vão além das questões econômicas - ou que até causam impacto nessa dimensão. A experiência democrática na região é construída pelo racismo estrutural, a violência de gênero e a desigualdade econômica. Isso gera impacto no condicionamento da realidade democrática, como aponta Santos *et al*. (2022).

Em um trabalho de Linz (1978), ele observou que o colapso de uma democracia geralmente era resultado da incapacidade do governo de resolver os problemas para os quais a oposição desleal aparece como uma solução possível - mas não é o único motivo, pois a própria história da América Latina nos mostra os golpes de Estado que tinham como um dos principais objetivos barrar as reformas sociais realizadas por governos eleitos

democraticamente. Por isso, diante de uma crise de governo, quanto mais rápido a mesma for resolvida, melhor, pois assim evita-se que ela possa se transformar em uma crise do regime. Quando esta última se instaura, é mais comum que surjam soluções não-democráticas, e são nesses cenários que um apoio democrático forte e amplamente defendido pela população apresenta-se tão necessário. Para isso, uma das principais tarefas da democracia é a construção de uma maioria de democratas convictos, pois a preferência pela alternativa autoritária será sempre maior e mais fácil de acontecer entre os que não acreditam na eficácia da democracia. E mais uma vez aqui, é imprescindível que todos os cidadãos consigam usufruir dos benefícios democráticos em suas vidas, e não apenas as parcelas mais ricas.

É importante evidenciar que o presente trabalho não procura seguir essa visão predominantemente economicista, que atribui a satisfação pessoal apenas com a economia, pois o desempenho do sistema político não se reduz aos resultados econômicos, e sim, abarca diversos elementos. Estudos como o de Norris (2011), mostram que os cidadãos levam em conta a qualidade do governo, a confiança que os procedimentos democráticos serão seguidos, a representação e a prestação de contas dos políticos ao julgar o desempenho do sistema.

Outros autores, como Linde e Peters (2018), ressaltam a importância da representação política e da percepção da capacidade de resposta dos governantes diante das demandas da população - *responsiveness* - como fatores que influenciam no apoio ao sistema político. Uma variável que se mostra útil para medir esta dimensão é a "aprovação do presidente" em vigor, pois, apesar de não ser perfeito, evidencia uma informação importante já que os presidentes desempenham um papel central na política da América Latina - porque constituem-se como os atores diretamente responsáveis diante do eleitorado. Ou seja, um presidente possuir um alto nível de aprovação indica que existe uma resposta - pelo menos em uma medida aceitável - positiva diante das expectativas dos eleitores (Monsivais-Carrillo, 2020).

A cientista política Laura Chinchilla (2019) argumenta que, para além da deterioração institucional que impacta negativamente na percepção que os cidadãos têm da própria democracia, existem outros fatores associados ao sentimento comum de mal-estar vivenciado na região, como: a rigidez institucional frente às crescentes expectativas da população, a violência e a corrupção. Ou seja, não basta uma democracia representativa para satisfazer as múltiplas e legítimas necessidades das sociedades contemporâneas.

Dessa forma, quando uma grande porcentagem da população está triplamente insatisfeita - denominação elaborada por Booth e Seligson (2009), em que existem três dimensões de satisfação ou insatisfação por parte de um indivíduo, que consiste em: não apoiar os princípios democráticos, ser crítico das instituições políticas e descontente diante da

performance do regime -, alternativas autoritárias à democracia podem se tornar atrativas para essa parcela de insatisfeitos.

É válido mencionar que, um alto nível de insatisfação não significa que os cidadãos não apoiam o regime, e sim que as pessoas gostariam que a democracia fosse melhor em seu país. Para tentar medir essa sutil diferença, a variável "Você está satisfeito com a sua vida?", que foi selecionada nesta pesquisa, permite controlar a influência que o descontentamento individual pode exercer contra a democracia (Monsivais-Carrillo, 2020). Mais uma vez, entende-se que o núcleo do conflito é a diferença da demanda por democracia e a oferta apresentada pelos governos.

Em um trabalho realizado por Lagos (2001), foi analisado que a variação da satisfação no decorrer do tempo é maior do que a variação do apoio ao modelo democrático em si, ou seja, não se pode afirmar que os cidadãos da América Latina são mais autoritários. Isso ocorre porque os cidadãos estão muitos mais insatisfeitos com o funcionamento efetivo da democracia, a falta de impactos positivos na vida das pessoas, do que uma rejeição total ao modelo democrático em si.

Focando na questão da divisão do apoio em específico e difuso - como já foi citado anteriormente -, podemos argumentar que apesar do apoio específico estar baixo, o difuso se mantém em uma constante. Isso quer dizer que a cidadania está apresentando uma demanda para o sistema, e não necessariamente pedindo uma mudança de regime político (Booth e Seligson, 2009). Esse descontentamento é gerado pela tensão entre os ideais da população e o funcionamento real da democracia, que produz indivíduos críticos, e não antidemocráticos (Norris, 2011).

Na América Latina, as instituições representativas acabam perdendo a credibilidade após poucos anos do retorno à democracia, exatamente pela incapacidade de solucionar os problemas relacionados à desigualdade social, aponta Baquero (2011). Então, uma estratégia para conseguir diminuir essa insatisfação seria a de aumentar o gasto social com serviços básicos prestados à sociedade, o que aumentaria a aprovação do governo vigente, e posteriormente, o apoio à democracia. Além disso, como nem todas as pessoas são atingidas da mesma forma pelos benefícios da democracia - ou às vezes não conseguem perceber como uma vantagem específica deste tipo de regime, como a liberdade de expressão -, os níveis de satisfação com a democracia irão variar.

Um contraponto à visão apresentada acima, pode ser encontrada no trabalho de Howe (*apud* Botelho *et al.* 2020). Segundo o autor, a insatisfação com a democracia é insuficiente para explicar a tendência de declínio do apoio ao regime, pois os sentimentos

anti-democráticos estão mais ligados a mudanças negativas que acabam reformulando as sociedades. Ou seja, a indiferença em relação ao regime em que se vive estaria relacionada com várias atitudes antissociais e de interesse próprio, o que pode estar relacionado com o aumento do individualismo fortemente presente nas gerações mais jovens. Outra visão, apresentada por Norris e Inglehart (2019), entende que o crescimento de movimentos e líderes que atacam as liberdades individuais é uma resposta da chamada "revolução silenciosa". Para os autores, a perda de espaço de alguns grupos, além das dificuldades econômicas, fez com que representantes canalizassem os medos dos indivíduos, especialmente daqueles que defendem valores conservadores, através da narrativa do "nós" contra "eles". Então, os sentimentos de rejeição à democracia seriam muito mais a uma reação dessa revolução silenciosa que ocorre nas sociedades, em que o medo do futuro mostra-se predominante. A partir disso, uma hipótese que pode ser levantada é que os cidadãos que não estão satisfeitos com a democracia são os mais propensos a possuírem um perfil autoritário ou ambivalente em relação à democracia (Botelho, *et al.* 2020).

Diante dos autores apresentados, se faz necessário uma contextualização dos dois países a serem analisados no presente trabalho. A próxima parte deste capítulo irá discorrer um pouco sobre o contexto político de cada um dos países, apontando suas semelhanças e diferenças. O capítulo seguinte irá aprofundar ainda mais essas dimensões, porém é importante situar os países com a teoria abordada até aqui.

2.4. Contextualização: Argentina e Brasil

O objetivo desta contextualização inicial é para apresentar um panorama do período analisado, compreendendo as continuidades e descontinuidades do contexto político e social de cada país. A trajetória política é uma dimensão muito importante para a análise dos dados, o presente trabalho busca uma análise conjunta da comparação entre a história e os modelos de regressão linear que serão apresentados. Os governos eleitos, assim como suas políticas, são uma parte importante dessa pesquisa.

A trajetória dos países sul-americanos analisados neste trabalho revela semelhanças e diferenças. No plano político, é possível sintetizar a semelhança em nacional-desenvolvimentismo, revolução versus contrarrevolução, transição, desgaste dos partidos convencionais, onda progressista e regressão conservadora (Santos, 2018). Dessa forma, como qualquer comparação histórica, o trabalho procura desenvolver os pontos que diferem em cada país, mas também o que aproxima Argentina e Brasil.

A partir do fim da década de 1970 começa a ocorrer o retorno da democracia na América Latina – a última experiência autoritária brasileira durou de 1964 a 1985 e a argentina de 1976 a 1983. Importante mencionar sobre a questão militar algumas diferenças bem contrastantes entre os dois países. Na Argentina, desde o governo Alfonsín, ocorre a punição dos responsáveis pelos desaparecimentos, torturas e assassinatos - ao longo da história do país ocorreram avanços e retrocessos nesse processo -, ou seja, as autoridades civis demonstraram preocupação diante do passado ditatorial. No Brasil, apesar dos processos indenizatórios que procuram compensar as famílias das vítimas, ainda existe uma política de oposição à revisão desse passado (Winand e Saint-Pierre, 2009).

Após a redemocratização, ocorre a adoção das reformas orientadas para o mercado a partir das receitas preconizadas pelo Consenso de Washington - programa de convergência ou homogeneização das políticas econômicas dos países latino-americanos, desenhado pelas burocracias internacionais e nacionais de Washington, que combina austeridade fiscal e monetária com desregulação dos mercados, liberalização financeira, abertura comercial e privatizações (Fiori *apud* Coelho, 2022) - no fim dos anos 1980. Esse cenário gerou promessas de desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida dos cidadãos, porém, ao longo dos anos 1990, o que se viu foi uma piora nos indicadores sociais e aumento da desigualdade, acarretando num desencantamento com a democracia e com o neoliberalismo, aponta Coelho (2022).

É importante mencionar que, em alguns países não existiu uma correlação de forças para fazer oposição ao neoliberalismo, como é o caso da Argentina. Mas em outros, ações de movimentos sociais organizados e partidos de oposição foram determinantes para barrar algumas das reformas neoliberais - o que ocorreu no Brasil (Coelho, 2022). Nos anos 2000, o otimismo da década passada sofreu um choque de realidade. O contexto de estagnação econômica, deterioração das condições sociais e a brecha política entre promessas e realidade proporcionou aos políticos de esquerda e centro-esquerda a base para uma narrativa sobre os fracassos do neoliberalismo (Panizza, 2006). Quando essas esquerdas chegaram ao poder em diferentes países da América Latina, compreendeu-se o fenômeno chamado de “onda rosa”, “maré rosa” ou “onda progressista” - como as políticas e perspectivas concretas desses governos no poder não eram radicais ou revolucionárias, a cor rosa foi mais apropriada do que a vermelha (Silva, 2014).

Dessa forma, a “onda progressista” alude à sucessão de governantes identificados com a esquerda, eleitos em reação ao neoliberalismo: Hugo Chávez, na Venezuela (1998); Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002); Néstor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré

Vázquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Rafael Correa, no Equador (2006); e Fernando Lugo, no Paraguai (2008), dentre outros. Porém, esta reação teve suas limitações a partir das próprias condições do tecido social e da conjuntura internacional em que pretendeu se afirmar. Os resultados foram projetos de mudança que acabaram por aceitar os parâmetros da ordem que haviam herdado, focando em renegociar a inserção mundial de seus países e a situação dos marginalizados e excluídos que representavam (Santos, 2018).

Como a eleição de Lula e Kirchner coincidiram, a convergência dos dois governos impulsionou uma nova fase nas relações políticas regionais dos dois países. Entre 2003 e 2004, Argentina e Brasil firmaram dois importantes entendimentos que passaram a ser a base das relações argentino-brasileiras. Em outubro de 2003, firmaram o "Consenso de Buenos Aires" - que marcou o relançamento do Mercosul depois de cinco anos de crise -, o acordo estabeleceu uma posição comum nas negociações da ALCA[6] para formar uma oposição à proposta norte-americana de continuar as negociações segundo o cronograma que havia sido estabelecido na III Cúpula das Américas em 2001. Em março do ano seguinte, a "Declaração de Copacabana" foi assinada, com os países firmando uma posição comum também nas relações com o FMI (Epsteyn, Jatobá, 2006).

Epsteyn e Jatobá (2006) também apontam que, apesar dessa aproximação, os países também possuem divergências e desentendimentos entre si. Como exemplo, os autores citam a reivindicação por parte do governo brasileiro pelo direito a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em contrapartida, a Argentina defendia um projeto de reforma alternativo, com a criação de um assento permanente para a região com alternância dos países. Outras questões referentes às relações bilaterais entre os países serão discutidas nos próximos capítulos.

Apesar da modesta legitimidade inicial de Kirchner, o governo conseguiu aumentá-la - como será explorado na seção seguinte -, e sua esposa, Cristina Kirchner, tornou-se presidente duas vezes com uma adesão eleitoral crescente: 45% dos votos válidos em 2007 e 54% em 2011. Os Kirchner permaneceram no poder ao longo de doze anos, e durante esse período buscaram mobilizar uma retórica que remetia ao histórico peronismo, mas que acabou ganhando vida própria (Santos, 2018). No Brasil, Lula foi reeleito em 2006 com uma vitória expressiva em segundo turno - 60,83%. Em 2010, Dilma Rousseff, sucessora de Lula, é eleita a primeira presidente mulher do país. A partir de 2013, pautas liberais e conservadoras começam a ganhar força no país a partir das críticas à corrupção, a necessidade de mudanças

[6] Área de Livre Comércio das Américas.

no governo e o forte apoio a operações jurídicas, como a Operação Lava Jato. Mesmo dentro deste contexto polarizado, Dilma Rousseff conseguiu obter a reeleição em 2014.

Com a eleição de Mauricio Macri como presidente da Argentina no final de 2015 e com o bolivarianismo sofrendo uma derrota esmagadora nas eleições parlamentares venezuelanas, começava a se discutir sobre uma possível ressaca reacionária na região, que acabou sendo confirmada com o impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, no ano seguinte, aponta Santos (2018).

A partir de uma perspectiva crítica, pode-se entender que tanto o governo dos Kirchner como o do Partido dos Trabalhadores procuraram promover mudanças, mas sem mexer na raiz dos problemas, ou seja, optaram pela conciliação de classes - isso ocorre de forma diferente nos dois países e dependendo do problema social em questão, como será aprofundado nos próximos capítulos (Santos, 2018). Como afirma Fuser (2017):

> "Os governos progressistas falharam naquilo que o jargão de esquerda chama de "luta de ideias". Não houve suficiente empenho oficial para associar as inegáveis conquistas e avanços sociais com a orientação política dos governantes. A população mais pobre, a grande beneficiária das iniciativas no campo social, permaneceu em posição passiva, a de recebedora dos benefícios, sem participar das decisões nem se envolver em debates capazes de proporcionar um grau maior de consciência sobre as questões políticas relacionadas com esse ou aquele programa governamental." (Fuser, 2017, p. 74).

Dessa forma, a perspectiva reformista do capitalismo começa a entrar em crise, o que abre espaço para propostas mais radicais, com o surgimento de novos partidos de esquerda, rupturas profundas nos velhos partidos, surgimentos de movimentos de cidadania e de grupos sociais excluídos, argumenta Medeiros (2022). Importante mencionar que o mesmo acontece com a centro-direita, em que a crise abre espaço para projetos nacionalistas de extrema direita - a eleição de 2018 no Brasil é um caso bem ilustrativo desse fenômeno.

No final da década de 2000, os governos progressistas passaram a enfrentar uma ofensiva estratégica. Segundo Fuser (2017), ao contrário do ciclo militar dos anos 1960/1970, o afastamento de mandatários indesejáveis não ocorre mais com a presença de militares e tanques nas ruas, e sim, de maneira a preservar a aparência do Estado democrático de direito, mesmo que na prática os seus princípios sejam violados. Na Argentina, a vitória eleitoral de Macri (2015) acabou coincidindo com o objetivo das forças direitistas, sem ter a necessidade de um golpe, diferente do que aconteceu no Brasil com Dilma Rousseff (2016). Como aponta Coelho (2017):

> "Teria ocorrido um aprendizado por parte das forças conservadoras acerca do alto custo da realização de um golpe militar clássico nos moldes concretizados no passado, já que no atual momento tanto a população como a opinião pública internacional não percebem com bons olhos o retorno do autoritarismo, exercendo forte pressão para que esse tipo de estratégia não seja mais utilizada" (Coelho, 2017, p.14).

E assim, em 2016, o governo Temer dá início a sua agenda política, que pode ser sistematizada através de três dimensões: retrocesso dos direitos sociais, das igualdades cidadãs e das liberdades (Miguel, 2018). Na Argentina, Macri foi o primeiro presidente eleito em cem anos sem ser filiado ao radicalismo nem ao peronismo. No primeiro ano de seu mandato, já realizou diversas medidas que contrastavam fortemente com o governo anterior: desarmou a lei de mídias, retomou o endividamento, cortou subsídios, demitiu servidores por critérios políticos, entre outras medidas (Santos, 2018).

A eleição de 2018, no Brasil, foi marcada pela polarização e movimentação política. Jair Bolsonaro - Partido Social Liberal - foi eleito dentro deste contexto, com poucos segundos na propaganda eleitoral na TV, sem participar de debates e com uma forte propaganda via redes sociais (Gohn, 2019). Em 2019, na Argentina, o Partido Justicialista volta ao poder com a eleição de Alberto Fernández - com Cristina Kirchner como vice-presidente. Como aponta o relatório de 2021 do Latinobarómetro, os próximos anos serão decisivos para os governos eleitos, pois eles precisam demonstrar uma maior capacidade em responder às demandas dos cidadãos.

2.5. Considerações finais sobre o capítulo

A partir do fim do século XX, as mudanças socioeconômicas provocadas pela globalização revelaram as limitações dos modelos democráticos existentes até então. Essa questão se tornou evidente, argumenta Claudio Di Marco (2019), na dificuldade de responder aos desejos de grande parte da população, que estava excluída das decisões políticas e encontrava-se carente de políticas públicas eficazes para reduzir a desigualdade social em que viviam. A região da América Latina possui uma herança cultural e institucional autoritária, e isso é observado tanto na Argentina quanto no Brasil. Com isso, existem projetos políticos, presentes nos dois países, que coexistem de forma conflitiva, contraditória e em graus diferentes. Para Marco Maida e Edson Cabral (2019), é possível identificar três tendências na região: projeto autoritário, neoliberal e democrático-participativo. Ou seja, a democracia está

em uma disputa constante e compreender isso é essencial para entendermos o contexto atual vivido por cada país.

Dessa forma, a argumentação da falta do consenso sobre como definir a democracia, ou quais seriam suas principais características, discutidas ao longo do capítulo, faz com que seja necessário ir além dos requisitos básicos de uma democracia eleitoral. Analisar os contextos políticos e sociais de um regime é de extrema importância ao procurar entender de que forma a democracia funciona em um determinado país, e como a população a percebe ao seguir com suas vidas.

Como a democracia precisa de um forte apoio entre os cidadãos, para que não sofra ataques a partir de alternativas autoritárias, pensar em como aumentar o apoio dos regimes é essencial para a sobrevivência da democracia na América Latina. Diante disso, a literatura abordada neste capítulo propõe estratégias para que através da diminuição da desigualdade social, da melhora das condições de vida dos cidadãos e dos serviços públicos disponibilizados a eles, consiga-se criar um cenário em que as pessoas deem legitimidade às instituições da democracia representativa.

Essa construção deve ser realizada em uma via dupla, em que se recupere níveis aceitáveis de confiança na política e nas instituições da democracia, ao mesmo tempo que exista um apoio à democracia consistente na sociedade, que possa ser útil para enfrentar os obstáculos que dificultam a consolidação democrática de fato. Como aponta Przeworski (*apud* Lavalle, 2015, p. 178), um dos desafios a serem enfrentados pela democracia é a sua "incapacidade de fazer com que as pessoas sintam que sua participação política é efetiva". O papel dos partidos também é de grande importância nesse momento, pois uma cultura democrática requer a mediação dos partidos como instituições democráticas - exercendo a sua função de acolher a diversidade, garantir o exercício dos direitos e gerir os conflitos que se apresentam na sociedade.

Como foi discutido ao longo do capítulo, o progressismo latino-americano chega ao poder com a promessa de realizar uma democratização das sociedades conservadoras - muito esperada por grande parte dos cidadãos -, marcadas por autoritarismo, desigualdades e injustiças sociais. Para isso, tanto o governo petista como o dos Kirchner promoveram iniciativas redistributivas, com muitos avanços no campo social através da promoção de direitos e do combate às diversas formas de opressão. Porém, não promoveram o desenvolvimento de uma consciência política cidadã (Leite *et al*., 2018).

Com o fim do ciclo progressista, percebe-se que, ao contrário da década de 1990 em que os presidentes caíam porque promoviam reformas neoliberais, o atual movimento que

causa a queda dos presidentes é a não promoção dessas reformas, ou até a baixa intensidade delas. Diante disso, o novo ciclo que se inicia apresenta características de dois momentos anteriores à onda progressista, como explica Medeiros (2018):

> "O atual ciclo político na América Latina não é só neoliberal, como também autoritário. Trata-se, em realidade, da fusão das características mais substantivas dos dois ciclos políticos que precederam o ciclo político progressista na região. Na medida em que a primeira experiência neoliberal nos países latino-americanos foi derrotada pela energia social e política das lutas pela redemocratização, as elites do continente avançam contra a institucionalidade democrática, a fim de garantir seu poder de classe e se aproveitando de uma tendência internacional de oligarquização dos regimes liberais representativos na Europa e nos Estados Unidos". (Medeiros, 2018, p.128)

O modelo neoliberal, que em sua prática concentra a riqueza em poucas mãos, não consegue convencer a sociedade que isso é algo bom, porém, passa a convencê-la de que essa é a única forma possível, que qualquer outra alternativa seria pior. O realismo capitalista impõe que a redução das expectativas é um preço baixo que todos devem aceitar para serem protegidos de um suposto terror (Fisher *apud* Cerruti, 2018). Além disso, ocorre a culpabilidade da sociedade como um todo, que faz parte da desmobilização que gera a apatia, o desespero e o ressentimento.

Essa combinação de autoritarismo e neoliberalismo reforça a importância de analisar os fatores explicativos para que exista um apoio democrático substancial na sociedade. Pois, a democratização do poder político não ocorre somente com reformas políticas, como já foi observado, mas também é necessário avanços na esfera do poder popular em relação à tomada de decisões fundamentais (Leite, 2018). Diante disso, apesar dos inúmeros avanços democráticos dos últimos anos, a população continua insatisfeita com os resultados em relação a uma justiça social efetiva, a inclusão política e a eficiência dos governos e das políticas implantadas (Maida e Cabral, 2019). Por esse motivo, é essencial considerar "a relevância da democracia para todos os aspectos da vida social" (Phillips *apud* Biroli, 2019, p. 230).

A justiça social é tudo o que se põe entre manter a promessa - que ainda não foi cumprida - da democracia e o abandono generalizado dessa promessa (Brown, 2019). E os princípios da justiça social "devem necessariamente levar em conta a dimensão coletiva da vida humana e o pluralismo de valores" (O. Nay *apud* França, 2011, p. 100). O maior desafio da América Latina é a construção de uma democracia de qualidade, que seja inclusiva, governável e sustentável ao longo do tempo. Dessa forma, os próximos capítulos procuram

traçar a trajetória política, econômica e social de Argentina e Brasil nos últimos 16 anos - com um foco no tipo de governo e suas políticas desenvolvidas em cada mandato do período observado -, para então, analisarmos os dados de cada país nos modelos de regressão criados.

3. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DA ARGENTINA E DO BRASIL

Este segundo capítulo tem como um de seus objetivos contribuir para a análise dos modelos de regressão a partir da contextualização política e social de Argentina e Brasil. Mas para além disso, também busca expandir a discussão teórica realizada no primeiro capítulo, com uma ilustração do que foi apresentado e já iniciando a apresentação das variáveis. A trajetória histórica da Argentina e do Brasil apresenta semelhanças e diferenças que são de extrema importância para a discussão do apoio à democracia. Entendemos que a análise dos dados realizada em conjunto com a análise dos governos do período contribui para a melhor compreensão do fenômeno estudado.

De 2005 a 2020, os presidentes analisados são: Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2023), do Brasil; Néstor Kirchner (2003-2007), Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), Mauricio Macri (2015-2019) e Alberto Fernández (2019-2023), da Argentina. O capítulo irá se dividir dessa forma para uma melhor organização dos fatos relevantes em cada mandato analisado e para a observação dos índices dos relatórios do Latinobarómetro.

A partir de argumentos como os de Mishler e Rose (2001) e Baquero (2007, 2011), é de extrema importância observar os fatores conjunturais, especialmente quando ocorrem eventos de grande impacto, quando se está analisando o apoio à democracia e a satisfação com a democracia. Nem todos os indivíduos são atingidos da mesma forma pelos benefícios do regime, ou às vezes nem percebem como vantagens provenientes deste, e é por essa razão que González (2014), defende que os níveis de satisfação com a democracia estão mais propensos a variações do que o apoio à democracia - o que poderia representar uma distinção entre percepção do regime e governos.

3.1. Lula 1

A vitória de Lula após quatro tentativas foi a primeira derrota eleitoral da agenda neoliberal em um grande país do continente[7]. Nessa eleição, o Partido dos Trabalhadores - PT - adotou uma estratégia de moderação política, com a união a um partido de centro-direita - Partido Liberal - e a escolha de um empresário do setor têxtil para compor a chapa

[7] Lula propõe uma política de aliança de classe, conciliando os interesses do mercado financeiro com políticas sociais. Para isso, o candidato torna pública uma Carta Aberta ao empresariado do Brasil, que a chama de Carta ao Povo Brasileiro. A carta passa a ser a representação da nova identidade moderada e conciliadora do Partido dos Trabalhadores.

presidencial - José Alencar - PL. Uma ilustração disso foi a assinatura do presidente Lula da carta-compromisso com garantias ao capital e declarando-se o partido da união (Medeiros, 2022). Lula conseguiu a vitória, nas eleições de 2002, com o slogan “esperança contra o medo” e com a promessa de que daria prioridade à área social. O candidato petista venceu no segundo turno com 61,27% dos votos válidos - enquanto seu adversário José Serra (PMDB) obteve 38,73%. Seu primeiro mandato foi marcado pela luta contra a fome e pelo aumento do protagonismo, em relação ao antigo governo, na política externa do país.

Em 2005, ocorreu o primeiro aumento relevante do salário-mínimo - 8,2%. Adiciona-se a esse cenário, a iniciativa do crédito consignado, que tinha o objetivo de expandir o financiamento popular, e o programa Bolsa Família[8]. Essas ações articuladas representavam a busca do governo em diminuir a grande desigualdade do país. O presidente também criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), vigente de 2003 a 2012, em que ocorreu a criação de 14 universidades federais e 100 novos campi, com um aumento em torno de 60% nas matrículas em cursos de graduação. O crédito popular facilitado propiciou um horizonte de maior consumo e ascensão profissional para muitas famílias, com programas como o Minha Casa Minha Vida. Neste contexto, o empenho do petismo foi mitigar os males que afligiam a sociedade brasileira há muitos anos (Santos, 2018).

Além disso, o governo criou uma série de programas focalizados, como o Luz para Todos - para eletrificação de zonas rurais -, a construção de cisternas na região do semiárido brasileiro, a regularização das propriedades quilombolas, etc. Dessa forma, como já foi mencionado, o tripé constituído pelo Bolsa Família, salário-mínimo e expansão do crédito, em conjunto com esses programas mais específicos, e levando em conta a diminuição de preços da cesta básica, resultou em um cenário de diminuição da pobreza a partir de 2004 - momento em que a economia volta a crescer e o desemprego cai de 10,5% em 2002 para 8,3% em 2005. (Singer, 2012).

Na esfera política, como argumenta Santos (2018), o partido conseguiu nutrir negócios e interesses conservadores entre o capital financeiro, o agronegócio, a mídia corporativa, o neopentecostalismo e os partidos fisiológicos. No primeiro mandato do presidente ainda existiam grandes preocupações em conter a despesa pública e manter a economia estabilizada, especialmente para provar ao capital que os compromissos assumidos durante a campanha

[8] O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia.

estavam sendo cumpridos. Mas ao mesmo tempo, Lula lançou programas e políticas, que considerados em conjunto, produziram um alívio para a população mais pobre e ativaram o mercado interno de massa (Singer, 2012).

A partir dos anos 2000, o Brasil passou a buscar uma maior liderança entre os países do Sul Global, especialmente na região da América do Sul. Foi durante o governo Lula que essa iniciativa ganhou maior importância, com a participação em diferentes modalidades de articulação - multilateral, regional e bilateral. O país diversificou parcerias visando um maior poder de barganha em fóruns globais e abrir mercados aos investimentos e exportações brasileiras (Roberta da Silva, 2018).

Em 2005, eclodiu o escândalo político que ficou conhecido como “mensalão” - que consistia na compra de apoio parlamentar de partidos da direita por parte do governo Lula através de pagamentos feitos regularmente (Medeiros, 2022). Apesar disso, os programas sociais criados pelo governo, em especial o Bolsa Família, e o crescimento da economia sustentaram o eleitorado de Lula - determinantes para a reeleição do presidente em 2006.

O relatório do Latinobarómetro referente ao ano de 2005, apresenta um apoio à democracia de 37%, com uma satisfação à democracia de 21,6% e satisfação com a atual situação econômica de 33,8%. Apesar disso, a satisfação com a vida possui um alto índice - 69,7% - e o presidente Lula obteve uma aprovação de 47,4% (Latinobarómetro, 2005). Já no relatório de 2006, último ano de seu primeiro mandato, todas as variáveis analisadas neste trabalho obtiveram percentuais melhores: a satisfação com a situação econômica subiu para 49,7%, a aprovação do presidente aumentou para 61,6%, a satisfação com a vida e a satisfação com a democracia subiram para 75,2% e 36,3%, respectivamente, e o apoio à democracia apresentou um percentual de 46,1% (Latinobarómetro, 2006).

3.2. Néstor Kirchner

Para entender o contexto em que Néstor Kirchner é eleito, é necessária uma breve explicação sobre o legado da ditadura militar e o período de 2001-2003 na Argentina. Os anos de autoritarismo no país (1976-1983) foram marcados por extrema violência, sequestros, assassinatos, fracasso econômico e a derrota no conflito militar pela posse das ilhas Malvinas contra a Grã-Bretanha. Diante desses acontecimentos, os militares argentinos não conseguiram negociar a sua saída do poder, ao contrário do que aconteceu no Brasil (Coelho, 2022).

O primeiro presidente civil eleito democraticamente no país após os anos de ditadura, em 1983, foi Raúl Alfonsín, candidato da União Cívica Radical - UCR. Uma das marcas do governo de Alfonsín foi a aprovação das Leis de Obediência Devida e do Ponto Final[9], que atribuíam a responsabilidade dos crimes cometidos apenas aos comandantes das Forças Armadas (Coelho, 2022). Essas ações representaram uma submissão da administração do presidente em relação aos militares e um descumprimento no compromisso assumido de julgar todos os responsáveis pelas violações de direitos humanos.

A crise de 2001 afetou quase todas as esferas da vida dos cidadãos: a institucional, a política, a econômica e a social. O país se encontrava em meio a uma recessão, com a balança comercial deficitária, e na dimensão social ainda pior - aumento nos níveis de desemprego, de pobreza e miséria. Ao mesmo tempo, foi o ano em que a cidadania expressou toda a sua indignação frente aos líderes políticos (Barbosa, 2012).

Diante desse cenário, a crise de representação alcançou seu ponto máximo em dezembro de 2001, com o chamado "*cacerolazo*", provocando a queda do governo de Fernando de la Rúa, da *Alianza*. A frase "*que se vayan todos*" representava o sentimento de indignação e o desejo por mudança da população argentina (Barbosa, 2012). Os movimentos *piqueteros* cortavam a circulação de mercadorias, com bloqueios de ruas e estradas. Bem recebidos pela classe média, que batia panelas em apoio ao "fora todos". O presidente Fernando de la Rúa decretou estado de sítio, o que acabou tendo o efeito oposto: os protestos intensificaram-se. Após grande repressão às manifestações, com 39 mortos, o presidente renunciou - e depois dele mais três deixaram o cargo na semana seguinte - Federico Ramón Puerta (de 21/12/2001 a 23/12/2001), Eduardo Camaño (de 23/12/2001 a 30/12/2001) e Adolfo Rodríguez Saá (de 30/12/2001 a 01/01/2002) - (Santos, 2018).

Para resolver a situação no país, um acordo parlamentar colocou na presidência o peronista Eduardo Duhalde - ex-vice de Menem - com o intuito de completar o mandato do presidente deposto. Porém, a partir de pressão dos cidadãos, as eleições presidenciais foram antecipadas - em maio de 2003 -, onde Duhalde desistiu de participar para apoiar Néstor Kirchner - *Frente para la Victoria* -, que venceu com 22,2% dos votos - após desistência do candidato Menem -, sendo a menor porcentagem de votos para um presidente eleito na Argentina. Diante desse contexto, surgiu o kirchnerismo, que conseguiu frear a crise de

[9] Em 2005, O Supremo Tribunal de Justiça declarou inconstitucionais as leis de Obediência Devida e do Ponto Final, as chamadas leis do perdão, que durante o governo do ex-presidente Raúl Alfonsín (1983-1989) anistiaram centenas de militares e civis envolvidos em crimes da ditadura.

representação, mas não conseguiu consolidar um regime alternativo - mesmo após três mandatos (Pucciarelli; Castellani, 2017).

O discurso kirchnerista se apropriou, como discute Barbosa (2012), do elemento democrático, mas indo além da acepção procedimental. Dessa forma, entendia-se a democracia vinculada com a ideia de justiça social, com a igualdade de oportunidades e a busca pelo bem comum. Um pronunciamento feito pelo próprio presidente deixa essa ideia muito clara:

> "O plano é construir em nossa pátria um capitalismo en serio, com regras claras em que o Estado desempenhe seu papel inteligentemente para regular, para controlar, para se fazer presente onde faça falta mitigar os males que o mercado não repara, pondo um equilíbrio na sociedade que permita o funcionamento normal do país" (Kirchner *apud* Santos, 2018, p.).

Quando Kirchner assumiu a presidência, em maio de 2003, a pior parte da crise já havia passado, porém restava a difícil tarefa de reconstruir a economia e a confiança das pessoas no governo. Nos seus primeiros anos de mandato, manteve a linha do ex-presidente Duhalde na política econômica, com a permanência do ministro da Economia do antigo governo. No primeiro ano de sua gestão, o presidente procurou avançar na reconstrução da autonomia e da capacidade de intervenção do Estado. Para isso, elaborou uma política exterior independente e encarou uma renegociação da dívida com o FMI; estabeleceu uma série de medidas para uma maior redistribuição de renda; e removeu a cúpula das Forças Armadas - enviando para a reserva todos os oficiais envolvidos com violações de direitos humanos durante a ditadura militar (Pucciarelli; Castellani, 2017).

O governo iniciou uma recomposição do *salário mínimo vital y móvil* - SMVM -, com um aumento de 50% entre junho e dezembro de 2003 - e com outros reajustes até 2006. Além disso, em 2005, o governo implementou o programa de *Inclusión Previsional*, que incorporou 1,6 milhões de pessoas ao sistema de previdência em dois anos. Do período de 2002 a 2007, a economia cresceu 52%; o desemprego passou de 22,5% para 9%; a informalidade, de forma mais lenta, caiu de 41% para 36,3%; o coeficiente de Gini teve uma melhora de 13%, sendo a mais alta da América Latino no período; e a pobreza diminuiu de 57,5% para 27,2% (Porta; Santarcángelo; Schteingar, 2017).

Kirchner, durante uma cerimônia no Colégio Militar, no ano de 2003, ordenou ao chefe do Exército que retirasse os quadros dos ex-presidentes autoritários Videla e Bignone. Durante esse mesmo dia, o presidente assinou um decreto que estabelecia a criação do *Espacio para la Memoria y la Promoción de los Derechos Humanos* (Ludmila Catela, 2008).

Como defende Ludmila Catela (2008), desde o início do século XXI, o Estado argentino não atua apenas em instâncias formais de reconstrução da verdade e da justiça, mas também a partir de calendários da memória defendidos por organizações de direitos humanos e dos familiares de desaparecidos. Isso implicou na criação de arquivos e museus da memória, de políticas educativas de alto impacto, como concursos nacionais e exposições.

No ano de 2005, segundo o relatório do Latinobarómetro, a satisfação econômica estava em torno de 26,5%, a satisfação com a vida era de 71,7% e a satisfação com a democracia era de 33,6%. Nesse mesmo ano, o apoio à democracia apresentava um percentual de 65,7% e o presidente Kirchner possuía uma aprovação de 71%. Porém, no seu último ano de mandato, em 2007, a aprovação do presidente havia caído para 51,7%, e a satisfação com a situação econômica também apresentou uma queda, com um índice de 18,5%. O apoio à democracia estava em torno de 62,6% - a satisfação com a vida e a democracia não apresentaram grandes diferenças em relação ao relatório de 2005 (Latinobarómetro, 2007).

Na relação da Argentina com outros países, o presidente Kirchner exercia um pragmatismo, que procurava estabelecer relações sérias, mas ao mesmo tempo nivelar o ambiente de negociação. Em relação aos Estados Unidos, o governo respondeu com uma oposição limitada. Um exemplo disso foi a oposição do país em criar a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA - (Kern; Nemiña, 2017). Com o objetivo de superar a crise e estabelecer um novo modelo de crescimento econômico, Kern e Nemiña (2017) apontam que a reconstrução da Argentina como pertencente ao Sul latino-americano foi determinante para a mudança nas alianças externas do país - se comparado ao governo anterior. Estas alianças permitiam maior autonomia para o país frente às instituições financeiras internacionais e promoviam uma ordem econômica multilateral mais favorável aos países em desenvolvimento, discutem os autores.

Dessa forma, após quatro anos de crescimento econômico com uma recuperação dos indicadores sociais - as taxas de desemprego e pobreza reduziram pela metade -, Néstor Kirchner terminou seu mandato como o presidente mais popular de toda a história moderna argentina (Levitsky e Murillo apud Pucciarelli, 2017). O que explica o sucesso nas eleições presidenciais, que permitiu a continuidade do chamado kirchnerismo com a sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner, que foi a primeira mulher eleita diretamente à presidência, sem a necessidade de um segundo turno.

3.3. Lula 2

Lula foi reeleito em 2006, no segundo turno, com 61% dos votos válidos, enquanto seu adversário Geraldo Alckmin - PSDB - obteve 39%. Iniciou o seu novo mandato em 2007, onde reorganizou seu gabinete ministerial de acordo com os partidos que formavam a sua base aliada - que configurava um total de 11 partidos. A segunda administração de Lula contou com baixos índices de inflação, crescimento do PIB de 2,6% de média ao ano, recordes na balança comercial, redução do desemprego e, em especial, a mudança no status do país em relação à sua dívida externa - passando de devedor para credor pela primeira vez na história (Coelho, 2022).

Em seu segundo mandato, Lula lançou o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos - Decreto 7.037/2009 -, com seis eixos orientadores: I - Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; II - Desenvolvimento e Direitos Humanos; III - Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; IV - Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; V - Educação e Cultura em Direitos Humanos; VI - Direito à Memória e à Verdade (Deborah Duprat, 2022). Em 2019, esse decreto foi revogado pelo então presidente Jair Bolsonaro - Decreto 10.087.

Durante os dois mandatos do presidente Lula, o Brasil orientou a sua política externa para consolidar sua posição de liderança no âmbito regional - denominado pelo chanceler Celso Amorim como uma política externa ativa e altiva. Em conjunto com o contexto internacional favorável, as políticas setoriais permitiram o crescimento econômico e a expansão dos níveis de emprego e renda, o que contribuiu para a inclusão de milhões de pessoas no mercado consumidor (Boschi *apud* Roberta da Silva, 2018).

O crescimento econômico durante os dois mandatos de Lula foi acompanhado por uma redução da taxa de desemprego - 12,4% em 2003 para 5,5% em 2011 (Prates; Fritz; de Paula, 2019). Soma-se a isso o fato do processo de redistribuição de renda no país ter ocorrido a nível pessoal e funcional, ou seja, com redução do índice de Gini e com aumento da participação dos salários na renda total, apontam Prates, Fritz e de Paula (2019).

O instrumento de política social que mais ganhou visibilidade, tanto nacional como internacional, durante o governo Lula foi o programa de transferência condicional de renda - Bolsa Família -, criado em 2003. Desenvolvido para combater a extrema pobreza, o número de beneficiados cresceu de 3,6 milhões de famílias, nos seus primeiros anos, para 12,8 milhões em 2010 (Barbosa apud Prates; Fritz; de Paula, 2019). Ao mesmo tempo, foram

gerados quase 40% de postos a mais de trabalho em relação ao primeiro mandato, com 2,5 milhões de vagas formais em 2010.

Segundo dados do Ipea[10] - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -, o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza absoluta reduziu de 36% para 23% da população, entre 2003 e 2008. A nível de comparação, durante os oito anos de mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso esse percentual foi de 35% - em 1995 - para 34% - em 2002. Apesar da renda não ser o único fator que mensura o nível de pobreza na sociedade, os indicadores da diminuição da pobreza monetária apresentam uma grande dimensão durante o governo Lula, e por isso não devem ser desprezados.

É relevante mencionar também, o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, que facilitou o acesso à moradia própria aos setores de baixa renda. Um dos elementos decisivos para o sucesso da candidatura de Dilma Rousseff em 2010. Outro ponto importante é a condição das trabalhadoras domésticas, que durante o governo Lula, tiveram um aumento de 35% em seus rendimentos nas seis maiores regiões metropolitanas do país. Até 2009, apenas 28% tinham situação regularizada. A mudança nesse padrão tornou mais difícil encontrar trabalhadores dispostos a tolerar a ausência de horário de trabalho definido, falta de descanso semanal e até a inexistência de registro em carteira (Singer, 2012).

O fim do segundo mandato de Lula termina com um percentual de apoio à democracia inédito desde a redemocratização, e isso está relacionado ao fato de que o Brasil passou por um período de acelerado crescimento, com redução da pobreza através do aumento do emprego e da renda. Além disso, o legado lulista consagrava-se para fora do país: a declaração do presidente estadunidense Barack Obama, em que afirmava que Lula era "o político mais popular da Terra"; a famosa capa da revista britânica The Economist, onde o Cristo Redentor aparece como um foguete com a frase "O Brasil decola"; e a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, em 2014 e 2016 no país, eram também outro indicativo do legado deixado pelo presidente Lula (Singer, 2018). Em 2010, Lula apoiou a candidatura de Dilma Rousseff, que venceu as eleições e se tornou a primeira mulher presidente do Brasil.

Em comparação com o primeiro ano e o último do segundo mandato de Lula, a partir dos dados dos relatórios do Latinobarómetro, percebe-se uma significativa melhoria em todas as variáveis analisadas na pesquisa, e que seguem um aumento ou constância desde o primeiro mandato do presidente. A satisfação com a vida aumenta de 74,1% para 82,8%; a satisfação com a democracia sobe de 30,2% para 48,5%; a satisfação com a situação econômica, que era de 36,6%, sobe para 47,5%. A aprovação do presidente apresentou um aumento

[10] Disponível através do link: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5315.

impressionante - de 57,7% para 86,6% -, e o apoio à democracia passou de 43,4% para 53,7% (Latinobarómetro, 2010).

3.4. Cristina Kirchner 1

Cristina Fernández de Kirchner venceu no primeiro turno com 46% dos votos nas eleições de outubro de 2007. Nesse momento, a economia argentina crescia em média 8% por ano. Apesar da agenda de Néstor Kirchner ter se mostrado exitosa após o fim de seu mandato, outros problemas começavam a surgir, como a inflação, que ao fim daquele ano alcançou 25% - fazendo com que o ritmo de crescimento dos salários e a redução da pobreza ocorressem de forma mais lenta (Porta; Santarcángelo; Schteingar, 2017). Com isso, Cristina Kirchner se elegeu em um momento em que a expansão econômica que beneficiou o mandato anterior se desacelerava, ao mesmo tempo que se intensificavam as pressões inflacionárias.

Diante disso, intensificou-se os gastos sociais para sustentar os níveis de emprego e renda, com o lançamento, no ano seguinte, do programa *Asignación Universal Por Hijo (AUH)* uma demonstração do foco do governo em manter a renda da população em situação de vulnerabilidade (Santos, 2018). O programa consistia em um subsídio de 100 dólares para famílias cujos chefes da casa estivessem desempregados ou fosse trabalhadores informais ou empregadas domésticas. Entre os anos de 2009 e 2012, o AUH contribuiu para diminuir os níveis de pobreza - de 24,9% para 7,3% - e indigência - de 18,8% para 4,5% (Porta; Santarcángelo; Schteingar, 2017).

O ano de 2008 ficou marcado pela crise financeira internacional, seguida de uma forte recessão no ano seguinte, o que fez aumentar o nível de desemprego no país[11]. Diante desse cenário, o governo de Cristina respondeu com uma série de políticas fiscais que permitiram a recuperação econômica em 2010 e 2011 (Porta; Santarcángelo; Schteingar, 2017). É também a partir de 2008, que cresce o conflito entre o governo e o setor agropecuário a partir da Resolução 125 - que mudava as regras de retenção da exportação de grãos -, dividindo a política do país em dois tipos de projeto: um conservador e neoliberal; e o outro, popular e democrático. Com a vitória da corporação agropecuária[12], iniciou-se um fortalecimento da oposição (Pucciarelli; Castellani, 2017). O pior momento dessa crise foram as eleições

[11] No fim deste ano, a taxa de desemprego alcançou 7,8%. No início do ano era de 7,2%. Esse foi o primeiro aumento do desemprego desde o governo de Néstor Kirchner.
[12] Após a votação ter empatado no Senado, o vice-presidente Julio Cobos desempatou com o seu voto "não positivo".

legislativas, em junho deste ano, onde Néstor Kirchner - primeiro candidato da lista de deputados de Buenos Aires - sofreu uma derrota[13].

A partir desse momento, o governo iniciou o desenvolvimento de uma agenda política mais ativa. Como por exemplo, o lançamento do plano *Argentina Trabaja* - que criou mais de 100.000 empregos através de cooperativas -; *a Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* - um projeto que estabelecia uma quantidade limite de meios de comunicação que poderiam reunir-se em uma única empresa e a obrigação de liberar aqueles excedentes -, que intensificou o conflito com o Grupo Clarín[14]; e a *Ley de Reforma Política* - que estabeleceu as primárias abertas simultâneas e obrigatórias (PASO) e a regulação da publicidade nas campanhas eleitorais (Pucciarelli, 2017).

Em julho de 2010, o matrimônio igualitário foi aprovado, fazendo com que a Argentina fosse o primeiro país da América do Sul e o décimo do mundo a aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Com isso, o kirchnerismo conseguiu uma maior adesão das classes médias urbanas e reforçou o seu discurso de ampliar direitos sociais e civis, argumenta Pucciarelli (2017). O primeiro mandato da presidente mostrou-se melhor ainda que o governo de Néstor Kirchner em termos socioeconômicos: o PIB de 2015 era 15% maior que o de 2007; o desemprego caiu para 7,1%; a pobreza diminui para 20,1%; e o coeficiente de Gini apresentou melhora - 0,432 (Porta; Santarcángelo; Schteingar, 2017).

Além disso, com a morte do ex-presidente Néstor Kirchner em outubro de 2010, a liderança de Cristina Fernández de Kirchner tornou-se mais contundente: iniciou-se uma militância, especialmente entre os jovens, mais ligada à figura da presidente. Campanhas como "*Yo quiero militar para Cristina*" ilustram essa mudança (Pérez e Natalucci apud Pucciarelli, 2017). Esse movimento se intensificou e ao fim de seu mandato: Cristina possuía 63% de imagem positiva, contra 16% de imagem negativa (Catterberg e Palanza apud Pucciarelli, 2017). Essa alta popularidade evidencia-se na reeleição de Cristina com a maior diferença de votos para o segundo colocado desde a redemocratização[15].

A partir dos relatórios do Latinobarómetro, percebe-se que, no primeiro mandato de Cristina Kirchner, todas as variáveis em análise no presente trabalho obtiveram aumento. De 2008 a 2011, a satisfação a situação econômica foi de 13,8% para 33,3%, a satisfação com a vida aumentou de 68,6% para 77,9%, a satisfação com a democracia passou de 33,9% para

[13] No maior reduto eleitoral do país, o ex-presidente liderou a lista de candidatos da governista Frente pela Vitória (FPV) a deputados e perdeu por dois pontos percentuais para o opositor Francisco de Narváez, da aliança União PRO.
[14] Principal conglomerado de mídia da Argentina.
[15] Cristina Fernández de Kirchner é reeleita com 54% dos votos em outubro de 2011 - também no primeiro turno - contra 38% do candidato do Partido Socialista, Hermes Binner.

57,6% e o apoio à democracia subiu de 60,3% para 70%. A aprovação da presidente teve um aumento bem significativo - de 33,6% para 57,1%. O que, mais uma vez, ilustra o cenário favorável em que Cristina é reeleita (Latinobarómetro, 2011).

3.5. Dilma Rousseff 1

Indicada por Lula para o cargo, Dilma Rousseff não era uma política profissional e jamais havia disputado uma eleição; atuou no governo Lula como ministra-chefe da Casa Civil. Mesmo assim, nas eleições de 2010, Dilma obteve 47% dos votos válidos no primeiro turno e 56% no segundo - enquanto José Serra - PSDB - obteve 33% no primeiro turno e 44% no segundo. Durante a campanha, Dilma defendeu a ampliação dos programas de transferência de renda, a expansão do crédito popular, a continuação da valorização do salário-mínimo e a geração de empregos.

A presidente iniciou o seu mandato com um crescimento de 7,5% do PIB no ano anterior e uma taxa de desemprego de 5,3%. E até março de 2013, Dilma mantinha um percentual de 65% de brasileiros que avaliavam o seu governo como bom e ótimo, e no período entre 2011 e 2013 o salário médio real teve um aumento de 13%. Outro ponto muito importante foi a criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade para investigar crimes praticados durante a ditadura militar - sendo o então deputado Jair Bolsonaro um dos maiores opositores da comissão no Congresso Nacional.

A indignação eclodiu no Brasil em junho de 2013, a partir de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público e da reivindicação de uma melhor mobilidade urbana. Neste contexto, após forte repressão policial, as manifestações se espalharam pelo país, ampliando suas reivindicações de maneira desordenada e até contraditória. A conjuntura também evidencia a grande insatisfação da população como um todo, argumenta Singer (2018), em que o alto preço da educação e saúde privadas e a baixa qualidade do serviço público estimularam os protestos contra a tarifa de ônibus, mas também levantaram questões contra a corrupção e os gastos para a Copa do Mundo. Outro ponto é o aumento da escolarização - através de programas como o Prouni e o Fies -, que gerou satisfação nas famílias, mas também frustração, por não promover colocação compatível com o nível educacional alcançado.

As primeiras manifestações ocorreram em Porto Alegre, lideradas pelo Movimento Passe Livre - MPL -, que havia sido criado durante o Fórum Social Mundial, em 2005, com o intuito de articular as reivindicações a nível nacional. No final de 2014, mais de 100 cidades

do país haviam reduzido a tarifa do transporte em consequência das manifestações (Medeiros, 2022). Segundo Santos (2018), o seu caráter inicial de uma busca por direitos passou a ser disputado a partir da adesão de outros setores sociais às manifestações, com a grande mídia exercendo um papel de dar foco para reivindicações específicas.

Diante disso, temas distantes da tarifa de transportes começaram a fazer parte das manifestações, como o apoio ao voto distrital, a redução da maioridade penal e o repúdio aos partidos políticos, o que cria um certo conteúdo semelhante ao "*que se vayan todos*" - lema da classe média argentina na crise econômica de 2001 (Singer, 2018). A partir desse momento, o MPL anuncia que não convocaria novas manifestações, especialmente porque pautas conservadoras começaram a ser levantadas durante os protestos.

A presidente Dilma reagiu à junho com a promessa de austeridade. Já no começo de 2014, o gasto público foi limitado, porém, as políticas de estímulo - como a desoneração da folha de pessoal, o aporte para o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Sustentação do Investimento - foram mantidas com o intuito de preservar a estabilidade do emprego e da massa salarial, especialmente por conta da campanha de 2014. Dessa forma, até 2014, a ampliação do Bolsa Família, o pleno emprego, a valorização do salário-mínimo, o aumento de renda do trabalho e a criação do Mais Médicos - programa que destinava-se a trazer profissionais cubanos dispostos a trabalharem em lugares remotos do Brasil - foram essenciais para manter os níveis de integração social, diminuindo a miséria e a pobreza no país (Singer, 2018).

Diante disso, o ano de 2013 é relevante pois causa um grande impacto, tanto nos futuros acontecimentos que levam a presidente Dilma a sofrer o golpe parlamentar em 2016, como também na percepção de grande parte dos brasileiros sobre o governo e a democracia do país. O latinobarómetro não realizou uma rodada de entrevistas no ano de 2014, mas mesmo assim, uma comparação entre os dados dos relatórios de 2011 e 2013, já apresenta uma mudança no padrão que se mantinha desde o primeiro mandato de Lula. A satisfação com a situação econômica tem uma queda de 29,3% para 21,6%, a satisfação com a vida diminui de 81,8% para 73,5%, a satisfação com a democracia cai de 36,9% para 26% e a aprovação da presidente vai de 67,4% para 56,1% - apesar de ainda não ser um valor baixo, a partir desse momento, Dilma não consegue mais voltar para seu índice anterior de aprovação. Apesar disso, o apoio à democracia não sofreu uma queda - de 44.9% para 48.5% (Latinobarómetro, 2013).

A grande diferença do percentual de apoio à democracia já havia ocorrido em relação ao último ano do governo Lula, em que caiu de 53,7% para 44,9%. Mas nesse ponto, é

importante observar que mesmo com a população mais insatisfeita com a democracia, a economia e até com suas vidas, isso não gera um impacto no apoio à democracia. Seguindo a linha de Norris (2011), entende-se que uma insatisfação com a democracia pode representar uma busca por mais democracia, ou seja, os cidadãos conseguiriam diferenciar a sua avaliação do regime democrático e do governo em relação ao seu apoio à democracia.

Os avanços sociais que decorreram dos governos de Lula e Dilma Rousseff, especialmente no enfrentamento da pobreza, ganharam reconhecimento no mundo todo. No final de 2014, a FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - anunciava que o Brasil havia saído do mapa da fome, com uma redução de 82% do número de pessoas subalimentadas no período 2002-2014 - a maior queda entre as seis nações mais populosas do mundo (Singer, 2018).

Porém, ao final de 2013, a presidente já dava um maior destaque para questões relacionadas à responsabilidade fiscal, a estabilidade econômica e o controle da inflação, como uma forma de agradar setores da direita. Para um diálogo com o problema da representação, procurou iniciar o debate de um plebiscito popular para a criação de uma Constituinte destinada a fazer a reforma política, que acabou ignorada pelo Congresso e pela população. Em resposta às indignações da sociedade sobre o problema da corrupção, Dilma promulgou a lei nº 12.850, que definiu organização criminosa, além da regulamentação da delação premiada. Essa lei representou um elemento importante no sucesso da Operação Lava Jato (Singer, 2018).

Em março de 2014 começou a chamada Operação Lava Jato, caracterizada como a maior investigação contra a corrupção do país. Possuiu uma ampla cobertura midiática e gerou dois sentimentos em grande parte do imaginário social: um, diretamente contra o Partido dos Trabalhadores - que sofreu o maior impacto durante esse momento - e outro, de que todo o aparelho estatal estava condenado diante de tanta corrupção e ineficiência (Deborah Duprat, 2022).

A Operação Lava Jato trouxe grandes impactos para a eleição presidencial de 2014. Em setembro, momento em que Dilma Rousseff estava empatada com Marina Silva - PSB - nas pesquisas eleitorais, surgiu uma delação premiada amplamente divulgada na imprensa: a do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que teve o seu depoimento vazado à revista Veja. Um tempo depois, já durante o segundo turno, as falas do doleiro preso Alberto Youssef receberam intensa publicidade (Singer, 2018). Esses acontecimentos são importantes para entender a estreita margem com que a presidente Dilma é reeleita.

3.6. Cristina Kirchner 2

Em um clima de polarização política, especialmente por conta da disputa com o principal conglomerado de mídia da Argentina, o grupo Clarín, Cristina Fernández de Kirchner é reeleita com 54% dos votos em outubro de 2011 - também no primeiro turno - contra 38% do candidato do Partido Socialista, Hermes Binner, sendo a maior diferença desde a redemocratização (Porta; Santarcángelo; Schteingar, 2017). O segundo mandato de Cristina Kirchner foi marcado pela estagnação econômica: o cenário de inflação, aumento do desemprego - que era compensado parcialmente com a criação de empregos públicos -, problemas fiscais e econômicos, fuga de capitais e isolamento financeiro do país, contribuiu para a diminuição da popularidade da presidente (Santos, 2018).

Como já foi discutido, o kirchnerismo buscou reconstruir o capitalismo argentino, protagonizando embates e medidas concretas, e diante disso, foi mais longe do que os governos petistas no Brasil, como defende Santos (2018). Embora a trajetória descrita aqui apresente semelhanças com as presidências petistas, os governos Kirchner compraram brigas que nunca entraram nas propostas do PT, como a renegociação da dívida externa, o que causou um isolamento da Argentina diante das finanças internacionais, a revogação das leis que absolviam os militares pelos crimes cometidos durante a ditadura, a proposta de lei referente aos meios de comunicação que gerou um grande conflito com o maior grupo midiático do país - o Clarín -, a tentativa de aumentar o imposto sobre a soja - um claro enfrentamento ao agronegócio -, reversão de privatizações e mudanças na Suprema Corte de Justiça. Além disso, a Argentina foi o primeiro país da região a aprovar o matrimônio igualitário. Porém, os governos Kirchner estavam sempre condicionados ao movimento da economia, e o acelerado crescimento econômico que popularizou a gestão de Néstor Kirchner, não foi o suficiente para garantir a popularidade de Cristina a partir da estagnação econômica, em seu segundo mandato (Santos, 2018).

O segundo mandato da presidente Cristina Fernández não correspondeu às expectativas de boa parte da sociedade, assim como as do próprio governo. A derrota nas eleições presidenciais de 2015 para a oposição demonstram uma grande insatisfação pelo governo não ter conseguido avançar nas melhorias da qualidade de vida dos cidadãos - apesar da presidente ter conseguido manter os avanços realizados em seu primeiro mandato (Porta; Santarcángelo; Schteingar, 2017).

Em comparação com seu primeiro mandato, a partir dos dados disponibilizados pelos relatórios do Latinobarómetro, a maior mudança foi a aprovação de Cristina - de 57,1%, em 2011, para 42,1%, em 2015. A satisfação com a situação econômica foi de 33,3% para 28,5% e a satisfação com a democracia apresentou uma queda - de 57,6% para 53,9%. A satisfação com a vida foi de 77,9% para 80,5% e o apoio à democracia permaneceu constante - em torno de 70% (Latinobarómetro, 2015).

Neste contexto, o kirchnerismo chegou às eleições de 2015 fortemente desprestigiado. A classe média mostrava-se incomodada com a alta inflação; o empresariado reivindicava maior confiança dos mercados; a população sentia os efeitos da crise e a própria esquerda ressentia-se diante das contradições do governo (Santos, 2018). Mas ao mesmo tempo, existiam conquistas concretas para apresentar, por exemplo: 2.489 quadros das Forças Armadas haviam sido acusados por crimes de lesa-humanidade, com 616 condenados até 2015.

O partido tinha a pretensão de reformar a Constituição para permitir que a presidente disputasse uma segunda reeleição, porém o plano foi abandonado após a derrota nas eleições parlamentares de 2013. Então, o escolhido foi Daniel Scioli, representante da direita peronista que havia se projetado na política com Menem durante a década de 1990, o que tornou a reivindicação do voto da esquerda mais difícil. A oposição se juntou em torno da candidatura de Mauricio Macri - de uma família que enriqueceu durante o período da ditadura, ficou famoso ao tornar-se presidente do Club Atlético Boca Juniors, e ganhou destaque na política como prefeito de Buenos Aires por dois mandatos.

Os dois governos de Cristina Fernández de Kirchner enfrentaram condições internacionais adversas - como a crise financeira; a recessão, especialmente no Brasil; o litígio com os fundos abutres[16]; e o conflito com os meios privados de comunicação. Para os autores Porta, Santarcángelo e Schteingar (2017), essa reação do establishment local e dos conglomerados de mídia foi uma resposta à decisão dos governos kirchneristas de procurar ganhar autonomia internacional e maior equidade distributiva em nível nacional.

O projeto político liderado por Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner se articulou em três dimensões: memória, verdade e justiça - resultando em uma mudança drástica na política de direitos humanos em comparação com governos anteriores -; ampliação da cidadania - com a criação e expansão de direitos civis, sociais e políticos -; e a inclusão

[16] Nome dado a entidades comerciais privadas que compram títulos de dívidas de empresas que estão à beira da falência.

social - envolvendo a política e os objetivos econômicos de maneira direta (Porta; Santarcángelo; Schteingar, 2017).

3.7. Dilma Rousseff 2

Dilma foi reeleita por escassa margem, 52% dos votos válidos, enquanto Aécio Neves - PSDB - obteve 48% - a menor vantagem desde a redemocratização. E precisou enfrentar um cenário diferente de seu primeiro mandato. Logo após a eleição, o candidato do PSDB fez uma solicitação de uma auditoria ao TSE, pois existiam desconfianças quanto a apuração dos votos e da própria urna eletrônica. Pedido que nunca havia acontecido desde a redemocratização. Em dezembro, após Dilma e Temer - PMDB - terem sido diplomados, Aécio Neves entrou com um pedido de cassação do registro da chapa vitoriosa com a alegação de que dinheiro desviado da Petrobras havia financiado a campanha dos dois partidos (Singer, 2018).

Prates, Fritz e de Paula (2019), dividem o recente histórico econômico brasileiro em três fases. A primeira, de 2003 até a eclosão da crise financeira global em 2008, apresentava um contexto externo favorável ao comércio, com alta dos preços das commodities e crescimento do volume de comércio mundial. A segunda fase, do fim de 2008 a 2010, é constituída pelo efeito da crise e pela rápida recuperação das economias emergentes. De 2011 a 2015, constituiu-se a terceira fase, que foi marcada pela deterioração do contexto externo favorável devido a vários fatores, como a crise da área do euro e a desaceleração da economia chinesa. Esse cenário resultou na redução dos fluxos de capitais para as economias emergentes, na queda dos preços das commodities, como também na própria desaceleração da economia e do comércio global.

A partir de 2015, a economia brasileira passou a enfrentar uma severa recessão. A crise econômica, como aponta Roberta da Silva (2018), deve ser entendida no contexto do fim do ciclo dos altos preços das commodities no cenário internacional, o que afetou as exportações de petróleo, soja, etc. Esse cenário impôs a necessidade de restrição à ampliação de gastos e investimentos públicos. No início de seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff escolheu Joaquim Levy, um *Chicago boy*, para o posto do Ministério da Fazenda. Essa escolha representou uma reversão em relação às promessas feitas durante sua campanha eleitoral, fato que gerou dissidências dentro do partido (Silva, 2018).

A presidente passou a enfrentar problemas em suas relações com o Legislativo, ficando numa posição de isolamento. Além disso, existia uma intensa articulação da opinião pública contra o seu governo, fortemente apoiada por conglomerados da imprensa e partidos de oposição. No entanto, o ponto alto desse isolamento em relação ao Legislativo foi a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados, apesar do lançamento de uma candidatura própria do governo. Cunha conseguiu articular setores dos partidos aliados e até aqueles que pretendiam lançar uma agenda conservadora própria, o que permitiu com que ele conduzisse a agenda parlamentar, argumenta Roberta da Silva (2018). Importante mencionar que, 18 dias após o *impeachment*, Cunha foi afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal, e condenado no ano seguinte a quinze anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas (Singer, 2018).

Um adicional a esse contexto era a mobilização da opinião pública contra o governo Rousseff a partir da Operação Lava-Jato. A presidente recém-eleita não estava sob investigação, mas mesmo assim, passou a ser alvo de protestos recorrentes articulados por setores que haviam sido derrotados nas eleições presidenciais de 2014 por uma estreita margem de votos. Como aponta Roberta da Silva (2018), considerando a guinada na política econômica logo no início do seu segundo mandato, a presidente estava isolada até entre o seu próprio eleitorado, que passou a reprovar a condução do governo diante do aumento do desemprego, da inflação e da queda do PIB.

Em 2015, o PIB do país caiu 3,8%, o desemprego voltou a subir - alcançando 11% -, a renda havia diminuído em 5% e 2,7 milhões de brasileiros tinham voltado à miséria (Singer, 2018). Tudo isso contribuía para a alta rejeição da presidente, que estava em torno de 70% - a aprovação da presidente caiu de 42% para 13% entre dezembro de 2014 e junho de 2015 -, com o eleitorado tanto da direita quanto da esquerda insatisfeitos com a condução do governo de Dilma. A partir dos relatórios do Latinobarómetro, observa-se que a queda iniciada em 2013 se mantinha e se aprofundava em 2015: a satisfação com a situação econômica caiu de 21,6% para 11,3%, a satisfação com a democracia de 26% para 20,9% e a aprovação da presidente apresentou uma queda brusca - de 56,1% para 29%. Porém, mais uma vez, o apoio à democracia apresentou um aumento - de 48,5% para 54,4% -, o que demonstra que os brasileiros estavam conseguindo, até esse momento, diferenciar a sua insatisfação com o seu apoio à democracia.

A desigualdade só voltaria a crescer em 2016, ano em que ocorreu o golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff (Medeiros, 2022). Aqui, é importante entender que o instrumento mais relevante em relação a redistribuição foi o aumento do salário-mínimo. De

2003 a 2014, o salário-mínimo cresceu 66,9% em termos reais, e como os salários dos trabalhadores de baixa qualificação no setor público e privado, assim como os benefícios previdenciários, estão atrelados a esse valor, constituiu-se como uma política eficiente de redistribuição de renda (Prates, Fritz, de Paula, 2019). Porém, como aponta Carvalho:

> ”(...) ainda que os salários tenham ficado menos concentrados nos anos 2000 graças ao crescimento acelerado dos rendimentos de trabalhadores da base da pirâmide – fruto da política de valorização do salário mínimo e do crescimento de setores mais intensivos em mão de obra menos qualificada, a renda do capital cresceu ainda mais e se manteve altamente concentrada na mão dos mais ricos” (Carvalho apud Prates; Fritz; de Paula, 2019, p. 14).

Esse cenário de concentração de renda se intensificou ainda mais com a recessão econômica e o aumento do desemprego a partir de 2016. No início desse mesmo ano, diante do fracasso da estratégia de ajuste de Joaquim Levy à frente do Ministério da Fazenda, a presidente anunciou a sua substituição por Nelson Barbosa. O novo ministro estabeleceu reformas estruturais e um limite para as despesas correntes e de pessoal do governo, porém com a intensificação da crise política, tornou-se impossível o seguimento da agenda econômica (Prates, Fritz, de Paula, 2019).

Dessa forma, a conjuntura era propícia para a articulação de uma coalizão da oposição contra o governo de Dilma Rousseff. Faziam parte dessa oposição setores do empresariado financeiro e industrial - sob liderança da Fiesp[17] -, alas conservadoras do Congresso Nacional, a classe média e entidades representativas do agronegócio. A partir da união do MDB em torno do vice-presidente Temer, foi possível “forjar a conspiração que levou ao impeachment da presidente Rousseff” (Silva, 2018).

Soma-se a ruptura de Eduardo Cunha com a presidente e o afastamento de Temer, a recessão interna e as denúncias da Lava Jato contra Lula, que acabaram por levar a uma retomada dos protestos nas ruas (Singer, 2018). Nos protestos deste período, aponta Santos (2018), predominou a população adulta - entre os 30 e 50 anos -, branca e que recebia mais de cinco salários-mínimos. Contavam com apoio midiático e foram financiados por organizações ligadas a *think tanks*[18] estadunidenses.

O pretexto para o *impeachment* foram as “pedaladas fiscais”, que consiste na prática de adiar o repasse de recursos a serem distribuídos em programas governamentais a bancos públicos para minimizar desequilíbrios no orçamento estatal. Diante disso, os bancos recorrem a recursos próprios para não atrasar os programas, que serão restituídos pela União

[17] Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
[18] Como a Heritage Foundation, Cato Institute e a Atlas Network (Barbosa, 2016; Baggio, 2016).

posteriormente (Santos, 2018). Segundo parecer do Tribunal de Contas da União, isto seria considerado empréstimo, algo proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Como apresenta Santos (2018), essa é uma prática corrente na gestão pública brasileira, em que presidentes como Lula e FHC já haviam recorrido. Além disso, no ano do *impeachment*, 17 governadores também haviam praticado pedaladas fiscais. Esse cenário é importante para demonstrar a articulação de uma aparência de um processo judicial com um fundo, de fato, de um julgamento político.

O *impeachment* foi aprovado por 367 dos 513 deputados, em uma sessão televisionada na íntegra. É nesse momento que o futuro presidente Jair Bolsonaro profere o seu voto em "memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra", conhecido torturador da ditadura militar no Brasil. E, ainda durante a votação do impedimento, os direitos políticos de Dilma foram mantidos - duas medidas antagônicas e incompatíveis com o regramento legal (Pinto et al., 2019). Em seu último discurso no Palácio da Alvorada, a presidente declarou:

> "É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo". (Dilma Rousseff, 2016)[19].

A Lava Jato, em conjunto com os meios de comunicação, criaram a narrativa que mobilizou, especialmente a classe média, em torno da acusação de que o PT, Dilma e Lula formavam uma organização criminosa que precisava ser eliminada da vida política. Em 2017, seria a vez do ex-presidente Lula, com a condenação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro referente ao triplex localizado no Guarujá. O juiz Sérgio Moro condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão[20] (Singer, 2018).

Entre o ano de 2015 e 2016, a queda nos índices das variáveis continuou a se aprofundar. A partir dos relatórios do latinobarómetro: a satisfação com a situação econômica caiu de 11,3% para 4,2%, a satisfação com a vida foi de 77% para 61,3%, a satisfação com a democracia diminuiu de 20,9% para 9,6%, a aprovação da presidente Dilma caiu de 29% para 21,9% e o apoio à democracia apresentou a primeira queda desde 2011 - de 54,4%, em 2015, para 32,4%, em 2016 (Latinobarómetro, 2016). Essa drástica diminuição é um reflexo do

[19] Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff após impeachment: https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08.
[20] Em 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações do ex-presidente Lula na Lava Jato.

golpe parlamentar que destituiu a presidente e da intensa midiatização da Lava Jato, que colocou a corrupção como o principal problema do país.

De acordo com Norris (2011), como o apoio específico diz respeito aos políticos eleitos, é esperado que ele apresente uma oscilação no tempo, principalmente como resposta aos fatores contextuais, como a gestão do governo sobre políticas econômicas e sociais. Dessa forma, a partir da perspectiva da autora, essa queda na satisfação com a democracia poderia ser interpretada como uma resposta ao governo Dilma, e que com o passar do tempo esse padrão mudaria diante de um novo governo. Porém, como veremos mais à frente, a insatisfação com a democracia se estabelece de uma forma que passa a influenciar o próprio apoio ao regime.

3.8. Mauricio Macri

Apesar da vitória de Scioli no primeiro turno, Mauricio Macri - Cambiemos - venceu no segundo, com pouco mais da metade dos votos. Foi o primeiro presidente eleito em 100 anos sem ser filiado ao radicalismo nem ao peronismo. O Cambiemos iniciou o seu governo com dois objetivos estratégicos: desmantelar as principais políticas públicas e modificações institucionais elaboradas pelo kirchnerismo durante seus três mandatos; e assim criar um novo regime econômico, institucional, político, cultural e regional que recuperasse aspectos conservadores e neoliberais (Pucciarelli; Castellani, 2017). Já em seu primeiro ano de governo, o presidente Macri se entendeu com os chamados “fundos abutres”, retomou o endividamento, demitiu servidores por critérios políticos, entre outras medidas (Santos, 2018).

A aliança Cambiemos pode ser definida como uma experiência neoliberal tardia na Argentina. Em termos gerais, seus pontos principais eram a abertura da economia, a redução dos custos salariais, impositivos e de logística, assim como a resolução da questão energética. E este foi o programa econômico do Cambiemos ao ganhar as eleições, apesar de não ter sido bem definido ao longo da campanha (Adamovsky apud Cantamutto; Schorr, 2022).

O governo de Mauricio Macri se caracterizou pela busca em abrir a economia por distintas vias, o que incluiu reduções de impostos, negociações de acordos comerciais, participação em fóruns internacionais, e também na procura em avançar com o amplo acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Por outro lado, a Argentina se retirou da CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - e da UNASUL - União de Nações

Sul-Americanas. Em posição política oposta a essa última, foi criado o Grupo de Lima[21] (Cantamutto; Schorr, 2022).

Com a vitória de Mauricio Macri, os setores empresarial, midiático e financeiro que haviam administrado o Estado por meio de golpes militares ou formando parte ativa - mas disfarçada - dentro dos partidos populares, pela primeira vez na história recente chegaram no governo eleitos democraticamente. Como aponta Cerruti (2018), desde o momento em que foi eleito, o presidente Macri instaurou um governo com práticas totalitárias - avançou sobre o controle da Justiça e reprimiu protestos populares, por exemplo. Apesar do lado extremamente liberal no econômico, escolheu para a política o abuso dos decretos de necessidade e urgência e a perseguição aos opositores.

Os governos de Néstor e Cristina Kirchner ficaram marcados pelas políticas de memória, verdade e justiça; enquanto que o de Macri ficou marcado pelo negacionismo e a desconstrução das políticas de direitos humanos. Uma clara ilustração dessa diferença pode ser vista em um dos pronunciamentos do presidente Macri: "*No tengo ideia. Es un debate en el que no voy a entrar, si son 9.000 o 30.000, si son los que están anotados en un muro o si son más. Es una discusión que no tiene sentido*[22]*."* - Macri agosto de 2016 (p.193). Em sua fala, o presidente argentino coloca em dúvida a real quantidade de vítimas da ditadura do país.

Em 20 de janeiro de 2017, Macri removeu por decreto o feriado nacional imóvel *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y Justicia*, dia 24 de março - data do golpe de Estado de 1976. Também eliminou o *Día del veterano y de los Caídos en la Guerra de Malvinas*, outro feriado nacional imóvel. Porém, por conta do grande repúdio da maioria da população, o presidente promulgou outro decreto, dez dias depois, em que estabelecia as datas como feriados imóveis novamente (Cerruti, 2018).

Após 14 anos de independência econômica, o país voltou ao Fundo Monetário Internacional - FMI -, com um grande endividamento externo. O governo anunciou o mais alto empréstimo do FMI da história argentina – US$ 57 bilhões de dólares - e declarou que levaria adiante um plano de ajuste da economia. Além disso, o governo removeu impostos destinados às classes altas e iniciou a estrangeirização dos recursos naturais[23]. Para alcançar as principais mudanças, Macri recorreu a decretos de necessidade e urgência, como por exemplo, a nomeação de juízes na Corte Suprema e a revogação da *Ley de Servicios de Comunicación*

[21] Criado em 2017, em Lima - Peru, contando com 14 países, naquele momento, para discutir sobre a crise na Venezuela.
[22] "Não tenho ideia. É um debate que não vou entrar, se são 9.000 ou 30.000, se são os que estão anotados em um muro ou se são mais. É uma discussão que não tem sentido".
[23] A estrangeirização de recursos naturais é o processo de controle do território (a partir das múltiplas dimensões e escalas) por agentes estrangeiros com o objetivo de garantir a acumulação do capital (Pereira, 2021).

Audiovisual - que representava uma tentativa de modificar a estrutura monopolista dos meios de comunicação no país (Cerruti, 2018).

Em abril de 2016, foi aprovado no Congresso um acordo com os fundos de investimento litigantes - um conflito que fazia com que a Argentina tivesse seu acesso bloqueado ao mercado internacional de capitais há muitos anos - (Nemiña; Val apud Cantamutto; Schorr, 2022). Este foi o início do aumento da dívida pública, que passou a representar de 53% para 89% do PIB em 2019. A Argentina foi uma das economias que mais se endividou no mundo todo, segundo dados de 2020 do Banco Central da República Argentina - BCRA.

Nesse cenário, o aumento de tarifas e a desvalorização impulsionaram o crescimento da inflação - que totalizou em 300% durante todo o mandato de Macri -, com o ano de 2019 constituindo-se com a maior alta de preços desde 1992. Diante disso, as condições sociais se deterioraram, como aponta os dados do *Observatorio de la Deuda Social* da Universidad Católica de Argentina - UCA -, em 2015, 29% dos lares estavam em situação de pobreza; em 2019 esse percentual cresceu para 40,8% (Cantamutto; Schorr, 2022).

Os cálculos divulgados pelo *Centro de Investigación y Formación de la República Argentina* - CIFRA-CTA[24] - revelaram que o gasto com eletricidade e gás natural, que antes representava 2,7% da renda dos cidadãos, passou para 14,5% entre 2015 e 2018. (nota de rodapé, p.68) O dólar subiu de 9,50 pesos em dezembro de 2015 para 15,80 pesos em março de 2016, o que constitui uma desvalorização de 60% em apenas 4 meses (Cerruti, 2018). Com a desvalorização, os salários diminuíram, ao mesmo tempo em que o governo aplicava uma agenda anti sindical para minar os direitos trabalhistas, uma flexibilização similar a da reforma trabalhista do Brasil, que derrubou direitos constitucionais dos trabalhadores. Como argumenta Cerruti (2018), os avanços que a crise não desfez, o governo Macri se ocupou em desfazer.

Durante o mandato do presidente Macri, ocorreram entrevistas do Latinobarómetro em quase todos os anos - menos 2019 -, o que permite observar um padrão de queda em todos os índices das variáveis aqui analisadas. Entre os anos de 2016 e 2018, a satisfação com a situação econômica caiu de 18,4% para 6,9%; a satisfação com a vida foi de 78,3% para 76%; a satisfação com a democracia diminuiu de 56,7% para 27,1% e a aprovação do presidente caiu de 38,9% para 23,1% - a menor registrada na Argentina de todo o período analisado. O apoio à democracia, que permaneceu em torno dos 70% ao longo de todo o segundo mandato

[24] Disponível em: https://centrocifra.org.ar/category/informes-de-coyuntura/.

de Cristina Kirchner, apresentou a sua primeira drástica redução - de 69,8%, em 2016, para 57,9%, em 2018 (Latinobarómetro, 2018).

A partir do contexto e dos dados apresentados, observa-se o início de um padrão de redução do apoio à democracia, que antes não existia na Argentina. O governo neoliberal de Mauricio Macri representou uma reação completamente contrária do que foi defendido e promovido pelos governos kirchneristas, o que representa um ponto de extrema relevância para a análise realizada neste trabalho, em que governos neoliberais não contribuem para o fortalecimento da legitimidade da democracia pelos cidadãos, ao contrário de governos progressistas. Como apontam Torcal e Treschsel (apud Borba e Cardoso, 2021), as avaliações dos cidadãos estão ligadas com os resultados sociais e econômicos do sistema político, o que torna as políticas públicas especialmente importantes para analisar a satisfação com a democracia, que apresentando níveis baixos de forma persistente tendem a impactar o apoio ao regime.

3.9. Michel Temer

O Senado Federal aprovou em 31 de agosto de 2016 o impeachment da presidente Dilma Rousseff, do PT, afastada do cargo desde 12 de maio. Seu ex-vice-presidente, Michel Temer, do MDB, assumiu após articular um amplo bloco de forças conservadoras, comprometidas com uma política econômica “ortodoxa”, com foco na preservação dos ganhos do capital financeiro e com a aplicação de medidas de austeridade (Leite, 2018). O que se vislumbra no período pós-golpe é uma veloz deterioração das condições de vida e trabalho. Como argumentam Souza e Soares (2019), observa-se um claro recuo civilizatório, que é expresso nos altos índices de desemprego, o retorno do Brasil ao mapa da fome e uma crise sanitária, o que constitui uma ruptura do pacto social estabelecido na Constituição de 1988.

Já em 2016 é aprovada a Emenda Constitucional número 95, que estabeleceu o congelamento de todo o gasto social, mesmo em situação de crescente arrecadação tributária ou saldo primário positivo, por 20 anos. Soma-se a isso a reforma trabalhista - Lei 13.476 de 2017 -, em que os direitos trabalhistas foram extremamente precarizados, com uma série de flexibilizações, como: contribuição sindical opcional; mudanças nas regras de demissão, descanso e férias; permissão de jornada de trabalho até 12 horas; criação de modalidade de contratação a termo, trabalho intermitente, etc. Como discute Deborah Duprat (2022), com essas medidas o Estado encolheu em sua função principal, a de promover justiça social,

fazendo com que os contornos do Estado de bem-estar social, que haviam sido projetados na Constituição de 1988, ficassem pouco visíveis.

A retórica do baixo orçamento para atender demandas da população foi fortemente utilizada por Michel Temer, mas diversas medidas adotadas pelo governo iam ao contrário dessa suposta falta de dinheiro. Em relação a isso, Temer fez um reajuste no salário-mínimo de R$880 para R$937 - abaixo do valor autorizado pelo Congresso ao Orçamento da União -, porém um dia depois, foi publicado pelo presidente no Diário Oficial a MP nº 765, que prevê o reajuste salarial para oito categorias de servidores federais com vencimentos iniciais maiores de 19 mil reais. Outro exemplo foi de que o aumento de 4,6% do Bolsa Família não cabia no orçamento público, porém mais uma vez, ocorreu reajuste salarial de setores privilegiados do serviço público, o que gerou um impacto dez vezes maior do que aquele que seria destinado ao programa (Martins apud Souza; Soares, 2019).

Uma das áreas mais afetadas durante o governo de Michel Temer foi a área da saúde. A partir de dados do Inesc[25] - Instituto de Estudos Socioeconômicos -, o cenário de desinvestimento produziu efeitos imediatos, como: o aumento da mortalidade infantil em 11%, e a volta de doenças antes controladas como sarampo, poliomielite, tuberculose, entre outras. Esse cenário se dá por conta dos cortes em programas específicos - “Rede Cegonha”, “Programa Nacional de Alimentação Escolar” e “Mais Médicos” -, como também é um produto da redução orçamentária na atenção básica.

Um momento relevante a ser mencionado, é a intervenção militar no Rio de Janeiro, que foi realizada no início de 2018. Segundo Souza e Soares (2019), a intervenção foi uma tentativa de melhorar a popularidade do governo Temer ao atender demandas de segmentos mais conservadores do eleitorado brasileiro, ao mesmo tempo que permitia com que o presidente justificasse a não votação da reforma da previdência. A equipe liderada pelo general Walter Braga Netto recebeu um total de R$ 3,1 bilhões para realizar a intervenção, o que corresponde a quase metade do gasto previsto para a área da saúde do Rio de Janeiro em 2018. Como resultado, ocorreu um aumento em 37% no número de tiroteios e o crescimento de mortes violentas[26].

A prisão de Lula em 2018, em um processo persecutório, representou a força desta ofensiva (Santos, 2018). No mesmo ano, 11,2 milhões de brasileiros trabalhavam na informalidade, segundo dados do IBGE. Dessa forma, a partir do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, criaram-se as condições políticas que permitiram as mudanças

[25] https://inesc.org.br/informe-se/publicacoes/.
[26] Fonte: Observatório da Intervenção (http://www.observatoriodaintervencao.com.br/dados/relatorios1/).

institucionais que alteraram o papel do Estado brasileiro na regulação do mercado, das relações de trabalho e das políticas de proteção aos segmentos mais vulneráveis da sociedade (Guerra; Camargos, 2021). Esse cenário será aprofundado com a eleição de Jair Bolsonaro.

A partir de relatórios do Latinobarómetro, um dos índices que mais chama a atenção é a aprovação de Temer - 5,6% -, o que ilustra o fato dele não ter sido um presidente democraticamente eleito pela população. A satisfação com a situação econômica permaneceu extremamente baixa - 4,2%, em 2016, e 5,4%, em 2018 -; a satisfação com a democracia, que era de 9,6% foi para 8,7%, no mesmo período; e o apoio à democracia permaneceu em torno de 32% (Latinobarómetro, 2018).

Apesar do apoio à democracia no Brasil nunca ter alcançado os níveis existentes na Argentina, durante os governos petistas manteve-se uma constante, com níveis que ultrapassaram os 50%. É a partir do golpe de 2016, que o apoio à democracia sofre uma queda drástica e não volta aos patamares da década passada. Esse é o ponto que marca a inflexão do apoio ao regime no país.

3.10. Alberto Fernández

Alberto Fernández (Frente de Todos) e Mauricio Macri (Juntos por el Cambio) concorreram nas eleições presidenciais de 2019 na Argentina. A candidatura de Fernández e a constituição da Frente de Todos foram grandes novidades. O anúncio foi realizado por sua companheira de chapa, a ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner, no momento do encerramento das listas oficiais, o que representou um giro ao centro, uma promessa de moderação e abertura (Natanson, 2020). A decisão da ex-presidente compor a chapa como vice deveu-se ao fato de que em quase quatro anos após ter deixado a presidência, ela ainda mantinha uma elevada intenção de voto, estimada em um terço do eleitorado. Porém, ao mesmo tempo, seu nome também suscitava forte resistência. Dessa forma, a coalizão com setores do peronismo distanciados do kirchnerismo permitiu ampliar o voto para além daqueles identificados politicamente com a liderança de Cristina, apontam Cantamutto e Schorr (2022).

Esse acontecimento inesperado resultou na própria estratégia discursiva do candidato, que apesar de parecer pouco organizada no início da campanha, se definiu na mensagem de unidade e a promessa de pôr fim à polarização - chamada de "*grieta* " no país - existente na sociedade argentina. Dessa forma, a unidade entre os dirigentes do Partido Justicialista - que pouco antes das eleições encontravam-se em espaços políticos rivais - mostrava que os argentinos também poderiam unir-se novamente. O slogan da campanha era colocar a

Argentina em pé - "*es el Frente de Todos el que puede poner a la Argentina de* pie" (Annunziata et al., 2021).

A Frente de Todos - FdT - obteve a vitória com 48,24% dos votos contra 40,28% obtido pelo *Juntos por el Cambio*. Alberto Fernández assumiu o poder no dia 10 de dezembro de 2019 em um cenário com muitas complexidades. Como aponta Natanson (2021), a primeira dificuldade do presidente era o contexto internacional, já que Fernández encontrava-se rodeado por líderes da direita tradicional - Sebastián Piñera no Chile, Luis Lacalle Pou no Uruguai - e da extrema direita - Jair Bolsonaro no Brasil. O segundo obstáculo era a herança do governo neoliberal de Mauricio Macri, que após quatro anos no poder, entregou um país em recessão, com mais pobreza, com uma inflação de 53,8% e o peso desvalorizado em quase 550%. Soma-se a isso a dívida, que passou de menos de 40% do PIB para mais de 100%, com um cronograma de pagamentos extremamente pesado. Ainda segundo Natanson (2021), a terceira dificuldade do presidente era a própria coalizão peronista.

Diante disso, de maneira similar com o que aconteceu com o governo de Néstor Kirchner, o início da gestão da política externa e da política econômica internacional do novo governo estiveram marcadas pela renegociação da dívida, tanto com o setor privado quanto com o FMI. E em contrapartida com a gestão anterior, nessa mesma dimensão, Fernández defendia uma revisão do acordo do Mercosul com a União Europeia - para reduzir ao máximo as assimetrias e proteger a indústria nacional - e também expressava a necessidade de reconstruir relações com o progressismo latino-americano - o que significava um distanciamento do Grupo de Lima. Outra diferença contrastante era a posição em relação a causa das Malvinas (Merke apud Busso, 2022).

Com apenas três meses de governo, o coronavírus chegou ao país. Porém, o presidente reagiu rápido: declarou uma quarentena rígida em todo o território, reforçou os recursos do sistema de saúde e criou um conjunto de programas sociais de emergência, desde subsídios para empresas até transferências diretas de dinheiro aos trabalhadores da economia informal (Natanson, 2021). O *Ingreso Familiar de Emergencia* - IFE - beneficiou quase 10 milhões de pessoas. No dia 16 de março, quando os argentinos já estavam confinados há uma semana, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, declarava que o coronavírus passaria como uma gripezinha.

Na Argentina, ao contrário de outros países da região, o dólar não é uma variável macroeconômica, e sim o principal sinal de estabilidade econômica, como aponta Natanson (2021). Neste contexto, existem dois cenários: um dólar barato que permite as importações da

indústria, que facilita o consumo dos trabalhadores e valoriza a poupança dos setores médios; ou um dólar caro que garante as exportações do setor agropecuário e mantém o equilíbrio da balança comercial. No início do governo de Fernández, foi possível afastar o risco de uma brusca desvalorização através de uma série de decisões técnicas adotadas pelo economista Guzmán[27] - uma aposta do presidente -, especializado em renegociações de dívidas.

Ao mesmo tempo em que a economia era reordenada ao redor de Guzmán, três medidas foram concretizadas: a sanção da *Ley del Impuesto a las Grandes Fortunas*, o decreto que legaliza o autocultivo de cannabis e a aprovação da interrupção voluntária da gravidez. Essas medidas representam uma grande vitória para a luta progressista no país. Ao final do ano de 2020, escopo deste trabalho, a popularidade do presidente estava em torno de 40%, principalmente por conta do desgaste das políticas de isolamento social (Nascimento, 2021).

Em relação ao mandato de Mauricio Macri, segundo relatórios do Latinobarómetro, a satisfação com a situação econômica continuou a cair - de 6,9%, em 2018, para 5,1%, em 2020 -, o mesmo aconteceu com as outras variáveis - satisfação com a vida (de 76% para 68%), satisfação com a democracia (de 27,1% para 19,6%). O apoio à democracia também continuou em queda - de 57,9% para 55,3% -, o que demonstra o grande desafio que o governo de Fernández iria enfrentar ao longo de seu mandato, pois como já foi observado, não é uma tarefa fácil impedir o declínio do apoio à democracia após anos de constante queda (Latinobarómetro, 2020). Por conta do período analisado, não serão discutidos os últimos anos do governo de Alberto Fernández, porém é válido mencionar que sua popularidade continuou a cair. Nas eleições de 2023, Javier Milei venceu o candidato do oficialismo - Sergio Massa - com 56% dos votos válidos no segundo turno.

3.11. Jair Bolsonaro

Para além dos segmentos dominantes, a candidatura de Bolsonaro conseguiu atrair grande parte da classe médica tradicional - com o seu discurso antipetista e de combate à corrupção, mas também atraiu segmentos da sociedade com rendas menores. O discurso

[27] Guzmán é pesquisador associado da Divisão de Economia na Columbia Business School, diretor do Programa de Reestruturação da Dívida da Columbia University Initiative para Policy Dialogue, e editor-chefe do Journal of Globalization and Development. Sua única participação na política argentina foi durante o governo de Alberto Fernández, quando renunciou ao cargo em 2022.

antissistêmico, antipolítica, conservador-cristão, anticomunista e de combate à violência foi capaz de agradar grande parte do eleitorado brasileiro (Pinto et al., 2019).

O aumento da insegurança explica, em parte, a subida da candidatura de Jair Bolsonaro, que tinha como uma de suas propostas armar a população “de bem” para combater os criminosos. Apesar da medida extrema do candidato da extrema-direita, a violência urbana se apresentava como um problema em ascensão - a taxa de homicídios cresceu 11% entre 2005 e 2015. A eleição de 2018 foi marcada por intensa movimentação e polarização política. Atos de protesto com o slogan “Ele Não”, referindo-se ao candidato Jair Bolsonaro, com participação majoritária de mulheres, foram muito fortes. Porém, o cenário que foi sendo criado desde 2013, fez com que sentimentos de indignação antissistema, o “contra tudo que está aí”, se fortalecessem na sociedade, com um desejo de renovação a qualquer custo. Jair Bolsonaro foi eleito com 55,13% dos votos válidos pelo PSL - Partido Social Liberal -, após sete mandatos como parlamentar em Brasília ao longo de 28 anos, passando por nove partidos. O PSL obteve um crescimento de 1341% na Câmara dos Deputados em relação a 2014 (Duprat, 2022). O seu adversário no segundo turno, Fernando Haddad, obteve 44,87% dos votos.

O deslocamento do debate para a esfera dos valores acabou por ocultar a agenda antipopular de Bolsonaro de sua própria base. Aqui, é importante comentar sobre o crescimento das igrejas neopentecostais no país, pois uma possível ameaça aos valores da família cristã só será identificada por aqueles que sustentam esses valores. Em 2018, a bancada evangélica elegeu 84 deputados federais e sete senadores (Santos, 2018). Outro ponto importante, e que também explica a ascensão de Bolsonaro à presidência, é o contexto político vivenciado no país desde 2015, e que se aprofunda com o golpe de 2016, em que as instituições vêm se degradando em virtude dos instrumentos utilizados - sendo a Lava Jato, em sua busca pela eliminação da corrupção, uma perfeita ilustração disso (Pinto et al., 2019).

A eleição de Jair Bolsonaro, um candidato da extrema direita identificado com o neoconservadorismo, permitiu que houvesse uma ampliação do número de atores religiosos no poder Executivo - com líderes evangélicos pentecostais e não pentecostais em postos do primeiro e segundo escalões do governo. A partir disso, ocorreu a substituição de alguns conceitos e termos nos documentos governamentais, como a noção de desigualdade de gênero por “desigualdade entre homens e mulheres” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Segundo um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União, a presença de militares em cargos civis no Executivo Federal passou de 2.765 em 2018 para 6.157 em 2020 - um crescimento de 122%. Com apenas um ano e meio de gestão, o governo aumentou em

34,5% o número de militares em cargos comissionados. Como aponta Bruna Santos *et al.* (2022), a proporção de militares na estrutura do governo é maior do que aquele identificado durante a ditadura militar de 1964.

Desde o início de seu mandato, o presidente Bolsonaro adotou uma série de atos normativos e administrativos visando a flexibilização do controle sobre a comercialização e a posse de armas no Brasil. Além disso, alterou por meio de atos infralegais as diretrizes e princípios do Estatuto do Desarmamento - Lei 10.826/2003. Com isso, até o final de 2021, mais de 30 medidas provenientes do Executivo Federal resultaram em graves retrocessos para a política de controle de armas e munições no país, como apresenta Bruna *et al.* (2022). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública[28] - FBSP - (2021) demonstram que o Brasil teve um aumento de mais de 100% de armas ativas - 637.972, em 2017, para 1.279.491 ao final de 2020. Com as mudanças realizadas por Bolsonaro, cada pessoa pode adquirir o triplo de armas e as munições podem chegar até 1.000 dependendo do calibre - antes eram restritas a 50 (Ribeiro; Oliveira, 2021).

Como argumenta Santos (2018):

> Bolsonaro é a resposta assustadora de uma sociedade assustada. Quem está sem trabalho têm medo da fome, e quem trabalha tem medo do desemprego. Todos têm medo da violência, e também têm medo da polícia. Em um contexto de desprestígio das formas coletivas de luta, Bolsonaro promete a ordem pela truculência (Santos, 2018, p.).

Após um período de crescimento na economia brasileira (2004-2013), iniciou-se uma forte recessão a partir de 2014. Acompanhado a estagnação econômica, ocorreu uma recuperação lenta da taxa de desocupação, que era de 13,7% em março de 2017 e passou para 12,3% em maio de 2019 (Oreiro; De Paula, 2019). Na avaliação de Oreiro e De Paula, existe uma linha de continuidade entre a política econômica de Temer/Meirelles e de Bolsonaro/Guedes, no sentido de implementar políticas ortodoxas em um contexto de desaceleração, como também, medidas de diminuição do papel do Estado na economia - que é aprofundada no governo de Jair Bolsonaro.

O ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, se inspirava na época de Pinochet no Chile para a liberalização econômica que pretendia impulsionar no Brasil. Algumas das medidas que tinha como referência eram a abertura total do mercado, a privatização das estatais, a financeirização completa do sistema previdenciário e a mercantilização da educação em todos os níveis (Santos, 2018). Como discute Paulani (apud

[28] Dados disponíveis através do site: https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/.

Musse, 2021), a coalizão eleitoral que elegeu Bolsonaro foi assentada em um programa comum que consistia em: excluir ou enfraquecer ao máximo a ação da classe trabalhadora, dos sindicatos e seus partidos; e ao mesmo tempo, implementar um novo choque de neoliberalismo no país.

Segundo Barbosa (apud Oreiro; De Paula, 2019), em 2014, os 50% mais pobres detinham 5,7% de toda a renda de trabalho - proporção que caiu para 3,5% no primeiro trimestre de 2019. Enquanto isso, os 10% mais ricos da população recebiam 49% da renda de trabalho, em 2014; já em 2019 passou para 52%. Segundo dados do IBGE, o desemprego atingiu 13,2 milhões de trabalhadores em 2019. Diante desse cenário, o trabalhador sofre em diferentes dimensões, como argumenta Castel (apud Rocha e Solano, 2021, p. 31): “Tais elementos têm como consequência imediata o sofrimento psíquico dos trabalhadores e uma enorme insegurança existencial relacionada a uma dinâmica de desintegração de estruturas de sociabilidade e desfiliação”.

Em 2019, o caráter político do processo da prisão de Lula tornou-se evidente após o vazamento das conversas privadas entre o então juiz federal Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol - autor da denúncia -, o que demonstra que a magistratura e o Ministério Público não respeitaram o devido processo legal ao trabalharem em conjunto para condenar o ex-presidente (Santos, 2022).

Em abril de 2019, foi encaminhado pelo governo um projeto de independência formal do Banco Central. A proposta formalizava o compromisso exclusivo do BC com a inflação - sem levar em consideração efeitos sobre o emprego e o crescimento econômico -, e também continha um ponto sobre os dirigentes do Banco Central não serem responsabilizados judicialmente e administrativamente por suas ações (Dweck, 2021). Essa proposta representa uma captura do Estado, por parte do setor financeiro, ou seja, o que parece uma decisão técnica, consiste de fato em blindar as decisões da instituição - mesmo que elas sejam contrárias ao interesse público.

Além disso, as desestatizações somaram R$ 103,1 bilhões de reais no mesmo ano, com mais dez empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização para análise de futuras vendas - entre elas, estavam o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) e a Casa da Moeda. O governo também atuou para a aprovação do Novo Marco do Saneamento, que permite a privatização no âmbito subnacional (Dweck, 2021).

Porém, a maior vitória do governo Bolsonaro em seus dois primeiros anos, foi a Emenda Constitucional n° 103 da reforma da previdência. Chamada de “Nova Previdência”, é

constituída por novas regras previdenciárias referentes ao cálculo do valor de aposentadorias, regras para concessão da pensão por morte, entre outras. Algumas das mudanças mais importantes são o fim da modalidade de aposentadoria por tempo de contribuição ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS - e a fixação da idade mínima de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens como regra geral do RGPS e do Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS - (Guerra; Camargos, 2021).

Como argumenta Santos (2018), individualizar ao extremo as relações de trabalho é mais eficaz do que proibir sindicatos, pois ao transformar os trabalhadores em concorrentes, diminuem-se as possibilidades de uma resistência organizada, ou por exemplo, mais eficaz que eliminar o ensino público superior, é desestruturar a universidade pública ao ponto em que deixe de ser atrativa para estudantes e docentes - exceto quando for para captar dinheiro privado. Dados pré-pandêmicos divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (apud Guerra; Camargos, 2021) demonstraram uma baixa recuperação do mercado de trabalho no ano de 2019: foram criados 644 mil postos de trabalho, o que representa um crescimento de 1,68% comparado à 2018. Também houve queda na remuneração média dos postos de trabalho no mesmo período.

Esther Dweck (2021) defende que grande parte do plano original de governo constituía-se dentro dos moldes neoliberais, com uma clara proposta de substituição dos serviços públicos gratuitos. Para a autora, a lógica do governo de Bolsonaro parte da agenda que havia sido iniciada por Temer: “criar um arcabouço institucional que impeça que a alternância de poder permita a um novo governante utilizar instrumentos distintos de uma lógica neoliberal” (Dweck, 2021, p. 242). Porém, no segundo ano de governo, a agenda neoliberal em curso é prejudicada pelo surgimento do coronavírus.

Em 2020, com a chegada da pandemia da covid-19 no Brasil, Bolsonaro apostou na negação da gravidade do coronavírus, e por conta disso, enfrentou conflitos com o Supremo Tribunal Federal - STF -, com o ministro da Saúde e com governadores. De março a maio de 2020, o presidente participou de diversas aglomerações - momento em que o Brasil já contabilizava 20 mil mortes pela doença. Diante das atitudes de Bolsonaro, Luiz Henrique Mandetta, então ministro da Saúde, pediu demissão.

Além de promover o uso de um medicamento de eficácia não comprovada no combate à Covid-19 - a hidroxicloroquina -, durante a pandemia, Jair Bolsonaro desautorizou dois ministros com formação médica até conseguir substituí-los por um general da área de logística que confessou não conhecer o Sistema Único de Saúde (Couto, 2021). As características do governo Bolsonaro - como o desprezo pela ciência e pela ação racional - mostraram-se

ineficazes para conduzir o Brasil durante a emergência sanitária provocada pela Covid-19. A própria fala do presidente quando indagado sobre as mortes pela doença deixou esse cenário evidente - “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”. A partir desse momento, uma nova crise juntava-se às já existentes, caracterizando uma crise sanitária, econômica, política, cultural e social, como aponta Musse (2021).

Diante da necessidade de garantir os fluxos de renda diante do cenário de isolamento social, o governo propôs um auxílio mensal de 200 reais a uma pequena parcela da população. Porém, o Congresso aprovou um auxílio de 600 reais a um público bem mais amplo, que acabou sendo estendido até o final do ano no valor de 300 reais (Dweck, 2021). Até o fim de 2020, escopo deste trabalho, o governo Bolsonaro não havia apresentado um plano de vacinação, especialmente em relação aos termos logísticos, chegando ao momento do início da vacinação sem um plano de compra de seringas e agulhas. (Avritzer, 2021).

Em resumo, as ações do governo Bolsonaro constituíram-se em uma agenda de:

> “devastação do meio ambiente e dos mecanismos de proteção ambiental; a desqualificação das políticas educacionais pretéritas e de seu legado, bem como a gestão educacional destrutiva e belicosa; a política externa voltada à desqualificação de organismos multilaterais, à intromissão em assuntos domésticos de outros países e à instrumentalização partidária do aparato diplomático, posto a serviço da ideologia presidencial; o desfiguramento das políticas de direitos humanos e cultura” (Couto, 2021, p. 43).

Nos primeiros dois anos do governo de Jair Bolsonaro, a combinação de juros baixos e estímulos de demanda não se mostraram suficientes para impulsionar a economia brasileira, que se manteve em estagnação, com uma taxa de desemprego alta e crescimento econômico inferior aos da gestão anterior (Dweck, 2021). Em agosto de 2020, o Brasil ocupava o segundo lugar de mortos por Covid-19 e um dos países com o maior número de óbitos por homicídios (Ribeiro; Oliveira, 2021).

É importante mencionar que, em comparação com o governo de Michel Temer, os índices das variáveis analisadas apresentaram aumentos. Isso condiz com o fato do presidente Bolsonaro ter sido democraticamente eleito e fortemente apoiado pelo seu eleitorado, o que acarretou em melhorias nos percentuais observados. Segundo relatórios do Latinobarómetro, a satisfação com a situação econômica teve um aumento de 5,4% - em 2018 - para 13,3% - em 2020 -, da mesma forma, a satisfação com a vida foi de 65,1% para 76,2% e a satisfação com a democracia subiu de 8,7% para 21,3%. A aprovação do presidente Bolsonaro era de 42% e o apoio à democracia aumentou de 33,9% para 39,7%. Apesar do aumento favorável, ainda são

considerados muito baixos quando se pensa em uma maior legitimidade da democracia perante os cidadãos (Latinobarómetro, 2020).

Como os dados do presente trabalho referem-se ao período 2005-2020, a discussão sobre o fim do governo de Jair Bolsonaro não está no escopo da análise. Porém, os dois primeiros anos de governo são muito elucidativos sobre o contexto político e social brasileiro, que já apresentava mudanças há mais tempo, mas que são aprofundadas a partir da eleição de Bolsonaro em 2018. É importante mencionar que Bolsonaro não conseguiu se reeleger, perdendo a eleição de 2022 para o ex-presidente Lula[29], que voltou ao poder após 12 anos do fim de seu segundo mandato.

2.12. Considerações finais sobre o capítulo

Esse segundo capítulo foi de extrema importância para entendermos o contexto político, social e econômico dos países analisados. Compreender as diferentes políticas promovidas pelos governos do período é útil para a análise dos dados que será realizada no próximo capítulo. Ao mesmo tempo, quando colocadas lado a lado, as trajetórias de Argentina e Brasil se assemelham em diversos aspectos, o que também ajuda na análise dos modelos de regressão logística. Entre as principais semelhanças, temos o longo período de um mesmo partido no poder, o que possibilitou muitas continuidades na agenda política, que foram essenciais para programas de governo que impactaram a vida de muitas pessoas de baixa renda. Os dois países tiveram saldos positivos quando se trata de diminuição da pobreza e miséria ao fim dos governos progressistas. Da mesma forma, durante esse período, o apoio à democracia manteve-se estável, com o registro de maiores níveis de apoio durante os governos do Partido dos Trabalhadores e do kirchnerismo.

Apesar das proximidades, também existem diferenças que podem explicar os diferentes níveis de apoio à democracia nos países. A mais importante delas é que a virada neoliberal na Argentina é realizada de forma democrática, com a eleição de Mauricio Macri, enquanto que no Brasil, só ocorre essa mudança por conta do golpe parlamentar que destituiu a presidente Dilma Rousseff. Esse momento, para o Brasil, representa o início do declínio do apoio à democracia no país. Já para a Argentina, o declínio inicia-se ao longo do mandato do presidente Macri, que resultou na perda de direitos e melhorias de vida que haviam sido conquistadas ao longo dos governos anteriores. Apesar do país não ter o seu nível de apoio à

[29] Lula venceu com 50,9% dos votos válidos contra 49,1% de Jair Bolsonaro, no segundo turno.

democracia reduzido para os patamares do Brasil, os índices dos últimos anos apresentam uma constante queda, que o governo do progressista Fernández não foi capaz de reverter.

A partir do que foi apresentado nos dois primeiros capítulos deste trabalho, podemos concluir que os governos progressistas e/ou que priorizam uma maior intervenção do Estado para diminuir a desigualdade e buscar uma maior justiça social são os governos petistas no Brasil, e na Argentina, os governos kirchneristas e de Alberto Fernández. Do outro lado, temos os governos neoliberais e/ou conservadores que buscam diminuir a intervenção do Estado: os governos de Jair Bolsonaro e Michel Temer no Brasil e de Mauricio Macri na Argentina. O fato dos dois países possuírem esse alinhamento quanto à trajetória política de seus presidentes, facilita a observação dos índices de apoio à democracia que serão detalhados na próxima sessão.

Garetto (2018) argumenta que, um longo histórico de satisfação com o desempenho do sistema democrático seria um pré-requisito para a sua consolidação, pois permitiria a criação de uma reserva de apoio intrínseco ao regime, especialmente durante situações temporais de crises. O que foi observado no presente capítulo, é que um período constante de insatisfação com a democracia acaba contribuindo para um declínio do apoio à democracia, após um certo tempo. Tanto Brasil como Argentina, tiveram momentos de baixa satisfação e alto apoio em relação à democracia, porém com o passar dos anos, os dois índices apresentaram queda constante, o que demonstra um risco para a legitimidade da democracia nos países.

É exatamente nesta linha a argumentação de Easton (1965), em que o apoio difuso tende a ser mais durável do que o específico, mas isso não significa que ele não poderia sofrer alterações em determinados períodos de tempo. De um modo geral, o apoio difuso é independente da performance do sistema - em um curto prazo -, porém um descontentamento com a performance que seja constante durante muitos anos pode enfraquecer vínculos fortes de compromisso com a democracia.

A partir do que foi discutido ao longo do capítulo, podemos perceber que a desigualdade constitui-se como um dos maiores obstáculos para o fortalecimento da democracia. A igualdade ainda é um conceito com muitas controvérsias, especialmente em relação a melhor forma de concretizá-la, porém o valor da igualdade continua sendo uma das bases fundamentais para a legitimidade da democracia (Mendonça, 2021). Dessa forma, é essencial levar em consideração as particularidades da sociedade argentina e brasileira frente a essa temática e como cada governo respondeu a esse problema - o que foi descrito nesta seção do trabalho. No próximo capítulo, serão apresentados os dados do período analisado, assim

como o modelo de regressão logística ordinal com uma discussão dos resultados, que devem ser entendidos à luz do que foi apresentado neste segundo capítulo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados do período de 2005 a 2020, com a criação do modelo de regressão logística ordinal através do programa estatístico R. A escolha desse tipo de modelo é útil pois leva em consideração o tipo de pergunta que constitui a variável resposta analisada - com uma ordem definida que vai do nível mais inferior ao superior. Ou seja, o apoio à democracia apresenta três níveis diferentes, que vai do nível de não apoiar a democracia, passando pela indiferença, até o nível de apoio ao regime. A regressão logística é a mais útil para analisar variáveis que apresentam uma escala ordinal - como é o caso do apoio à democracia.

Após a leitura do segundo capítulo, a análise dos dados torna-se mais completa levando em consideração o contexto apresentado dos dois países analisados. Mais uma vez, é importante ressaltar que a comparação dos dados em conjunto com a comparação histórica e social da Argentina e do Brasil é de extrema relevância para o melhor entendimento do apoio à democracia. A primeira parte do capítulo consiste em uma explicação da regressão logística ordinal - como funciona e porque se constitui como o melhor meio de análise -, depois serão apresentadas as variáveis selecionadas a partir de gráficos que contém as frequências das respostas a nível individual - no segundo capítulo, as variáveis foram apresentadas ao nível agregados dos países -, que é como serão trabalhadas na criação dos modelos de regressão. Por fim, será realizada a análise dos modelos, com considerações finais sobre o que foi discutido ao longo do capítulo.

4.1. Regressão Logística Ordinal

Quando é necessário analisar diversos fatores e tentar entender possíveis relações entre eles, é comum que se procure fazer uma análise multivariada. Existem muitas abordagens, como os *mixed models* ou regressão multinível, modelos de regressão linear, entre outras classes de modelos. Nesta pesquisa, a escolha de realizar modelos de regressão logística ordinal foi baseada na natureza dos dados analisados e na literatura (Abreu et al., 2008; Ari e Yildiz, 2014; Papaoikonomou, 2022).

A regressão logística é uma técnica designada para analisar dados relacionados a pesquisas que possuem como variável dependente uma variável categórica e variáveis independentes, podendo ser tanto quantitativas como qualitativas. Não é recomendado utilizar uma regressão linear comum para analisar uma variável dependente categórica porque a

probabilidade de valores não vai de zero a um. E quando analisamos esse tipo de variável, o cálculo de probabilidade de receber um valor em particular deve seguir valores entre zero e um.

A definição de um modelo logístico consiste em que aumentar uma das variáveis independentes multiplica as probabilidades do resultado em uma velocidade constante, com cada uma das variáveis independentes com o seu próprio parâmetro. Dessa forma, para cada unidade que aumenta em uma variável independente, existe um aumento previsto, em um certo valor, no *log odds*[30] de estarem no nível mais alto da variável dependente. Ou seja, isso indica que conforme aumentam os valores em uma variável independente, ocorrerá um aumento na probabilidade de estar em um nível mais alto da variável dependente.

Para realizar uma regressão logística é necessário que exista uma única variável dependente e várias independentes. Nesses modelos, o logaritmo das probabilidades pertence a variável categórica que é expressa em uma função linear das variáveis independentes. Além disso, é necessário que a variável dependente tenha pelo menos três categorias, e que elas estejam organizadas de forma ordenada. Com isso, podemos concluir que o presente trabalho se enquadra no tipo de análise escolhida.

A variável dependente é o apoio à democracia, que possui três categorias ordenadas - definidas pelo instituto que realiza a pesquisa de opinião pública, o Latinobarómetro -, que são: 1) não apoio à democracia, 2) é indiferente à democracia e 3) apoio à democracia. Nos dados coletados da base de dados do instituto, a ordem estava invertida, mas para que a função funcione de maneira adequada foi necessário inverter a ordem. A ordenação das categorias vai depender da forma que foi escolhida para analisar os dados, como o foco é o apoio (e não a rejeição), as categorias foram ordenadas dessa forma.

As variáveis independentes são: **o tipo de governo** - neoliberal ou progressista -, a principal variável da análise; **a satisfação com a democracia** - 1) nada satisfeito ou um pouco insatisfeito e 2) um pouco satisfeito ou muito insatisfeito -; **aprovação do presidente** - 1) não aprovo e 2) aprovo -; **satisfação com a atual situação econômica do país** - 1) nada satisfeito ou um pouco insatisfeito e 2) um pouco satisfeito ou muito satisfeito; **e satisfação com a vida** - 1) nada satisfeito ou um pouco satisfeito e 2) um pouco satisfeito ou muito satisfeito. Para uma melhor visualização do modelo, as variáveis divididas em quatro categorias - as referentes à satisfação - foram reordenadas para duas já que as possíveis diferenças entre os dois níveis de insatisfação e os dois de satisfação não são o foco da análise. Importante

[30] Logaritmo da razão de probabilidade.

mencionar que a variável “tipo de governo” não foi ordenada. Abaixo segue-se uma tabela para a visualização das variáveis:

Tabela 2: Glossário das variáveis

Variável	Categorias	Classificação
Apoio à democracia	1) não apoio 2) indiferente 3) apoio	Variável dependente
Tipo de governo	neoliberal ou progressista	Variável independente
Satisfação com a democracia	1) nada satisfeito ou um pouco insatisfeito 2) um pouco satisfeito ou muito satisfeito	Variável independente
Satisfação com a vida	1) nada satisfeito ou um pouco insatisfeito 2) um pouco satisfeito ou muito satisfeito	Variável independente
Satisfação com a atual situação econômica	1) nada satisfeito ou um pouco insatisfeito 2) um pouco satisfeito ou muito satisfeito	Variável independente
Aprovação do presidente	1) não aprovo 2) aprovo	Variável independente

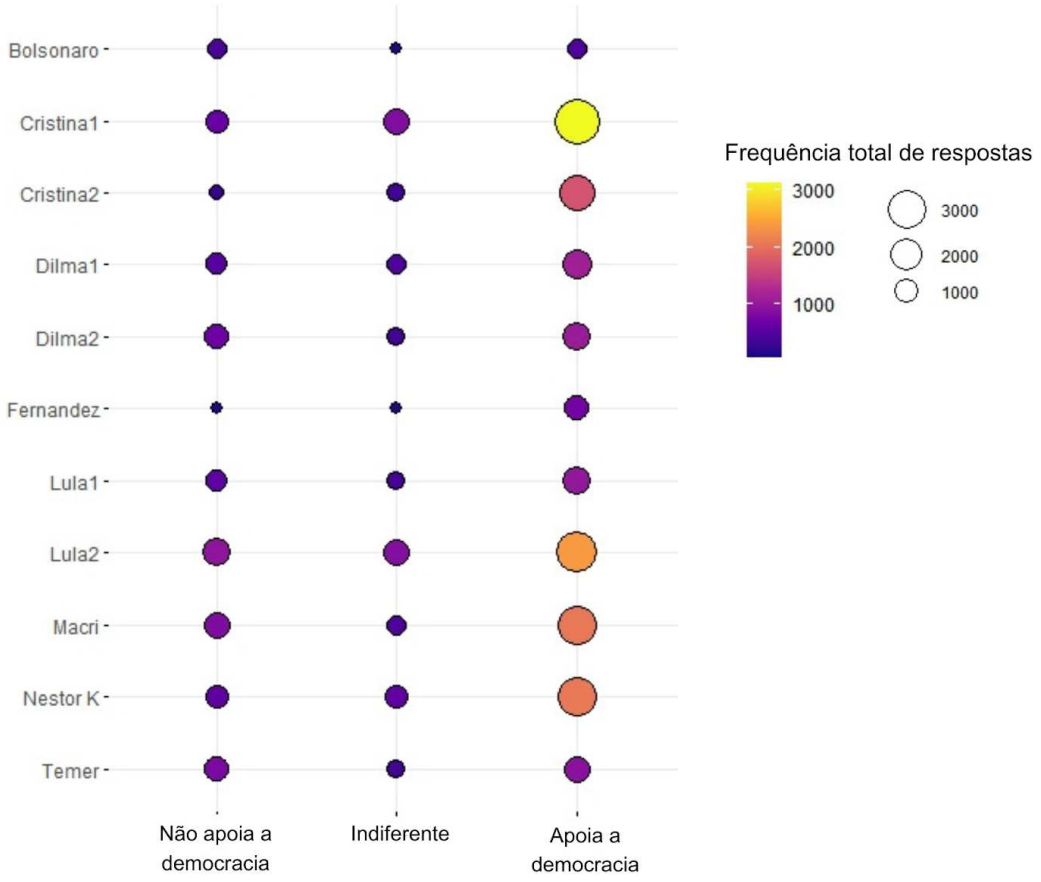
Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis do Latinobarómetro, 2024.

4.2. Apresentação dos dados

Antes da análise dos modelos de regressão logística, é importante uma breve apresentação dos dados para uma melhor visualização das diferenças entre os países e os governos analisados. O primeiro gráfico apresenta a frequência de respostas sobre o apoio à democracia por governo. É importante lembrar que existem mais entrevistas em governos que tiveram dois mandatos e os mais recentes, como Bolsonaro e Fernández ainda não tiveram os seus últimos relatórios disponibilizados. O gráfico abaixo possui duas escalas de frequência no lado direito, que correspondem ao tamanho do círculo - do menor para o maior conforme a frequência de respostas aumenta - e a escala de cor que varia do roxo - quando a frequência é

menor - ao amarelo - número maior. No eixo y, encontram-se os governos por ordem alfabética, e no eixo x, as respostas sobre o apoio à democracia.

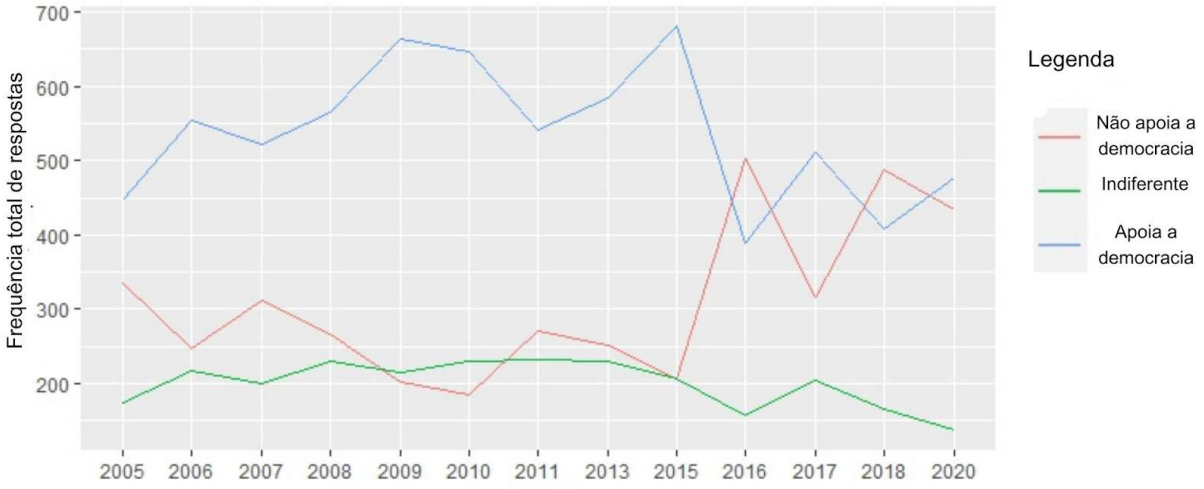
Gráfico 1: Frequência das respostas sobre o apoio à democracia por governo



Fonte: Elaboração própria, no Rstudio. Dados do Latinobarómetro. 2024.

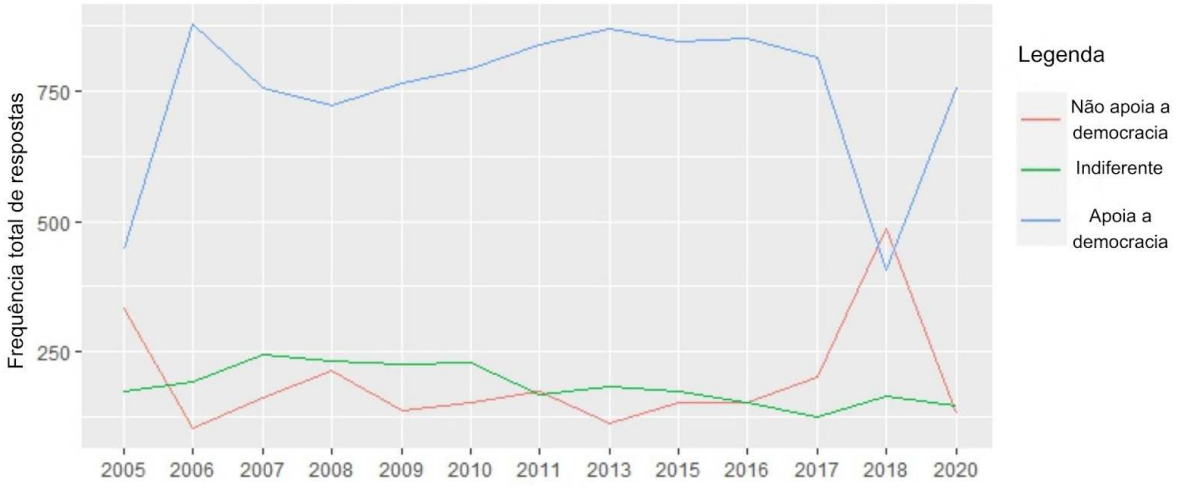
A partir desse gráfico, percebemos que o maior apoio à democracia pode ser encontrado no primeiro mandato de Cristina Kirchner e no segundo mandato de Lula, respectivamente. Chama a atenção, também, a indiferença à democracia durante a segunda administração de Lula e a primeira de Cristina. De uma forma geral, observa-se que os pontos mais altos do apoio à democracia nos dois países ocorrem no auge da onda rosa. No Brasil, o apoio começa a cair durante o governo de Dilma Rousseff, e na Argentina, após o governo de Mauricio Macri. Para continuar essa análise, os dois gráficos de linha, a seguir, apresentam a frequência de respostas em relação ao apoio à democracia por país durante os anos de 2005 a 2020.

Gráfico 2: Frequência das respostas sobre o apoio à democracia - Brasil (2005-2020)



Fonte: Elaboração própria no Rstudio. Dados do Latinobarómetro. 2024.

Gráfico 3: Frequência das respostas sobre o apoio à democracia - Argentina (2005-2020)



Fonte: Elaboração própria no Rstudio. Dados do Latinobarómetro. 2024.

No Brasil, a rejeição à democracia tem um salto de 2015 para 2016. Como foi discutido ao longo do capítulo anterior, o golpe parlamentar que destituiu a presidente Dilma Rousseff representa um ponto de inflexão no apoio à democracia, que não consegue voltar aos

índices superiores registrados durante os governos de Lula, e que constitui um aumento da rejeição ao regime. No ano de 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, temos a menor diferença entre o apoio e a rejeição à democracia, com uma diminuição dos indiferentes, o que caracteriza uma clara polarização na sociedade brasileira, que ficou evidente durante a própria eleição de Bolsonaro em 2018. Svolik (apud Borba e Cardoso, 2021) aponta que, em cenários de elevada polarização, as clivagens sociais ficam em evidência, o que faz com que as eleições sejam momentos de decisão entre a defesa de interesses de grupo versus a defesa de princípios democráticos. Nestes casos, a polarização reduz a capacidade do eleitorado de resistir ao autoritarismo.

Na Argentina, percebe-se que os níveis de apoio à democracia são bem mais elevados do que os do Brasil. A primeira queda brusca observada no período ocorreu em 2018, ao final do governo de Mauricio Macri, o que corrobora com a discussão que vem sendo realizada ao longo do trabalho, em que governos neoliberais não contribuiriam positivamente para o apoio ao regime. Consequentemente, a rejeição à democracia também aumenta a partir do governo de Macri. Com a eleição de Alberto Fernández, ocorreu uma melhora no apoio à democracia, mas não tão elevado como foi observado durante os governos kirchneristas.

Diante disso, no contexto brasileiro, como foi mencionado no capítulo anterior, o baixo crescimento econômico do país, a alta do desemprego e a crise social que se instalou coincidem e são aprofundados durante os governos de Temer e Bolsonaro - a partir do perfil de suas políticas econômicas liberalizantes. Um agravante desse cenário foi o efeito da atuação e exercício de liderança por parte de Bolsonaro, que apoia movimentos extremistas, desgasta a relação entre os poderes - o que contribui para o enfraquecimento do regime democrático no país - e estabelece tensões com países vizinhos - como com a própria Argentina (Oliveira e Souza, 2021).

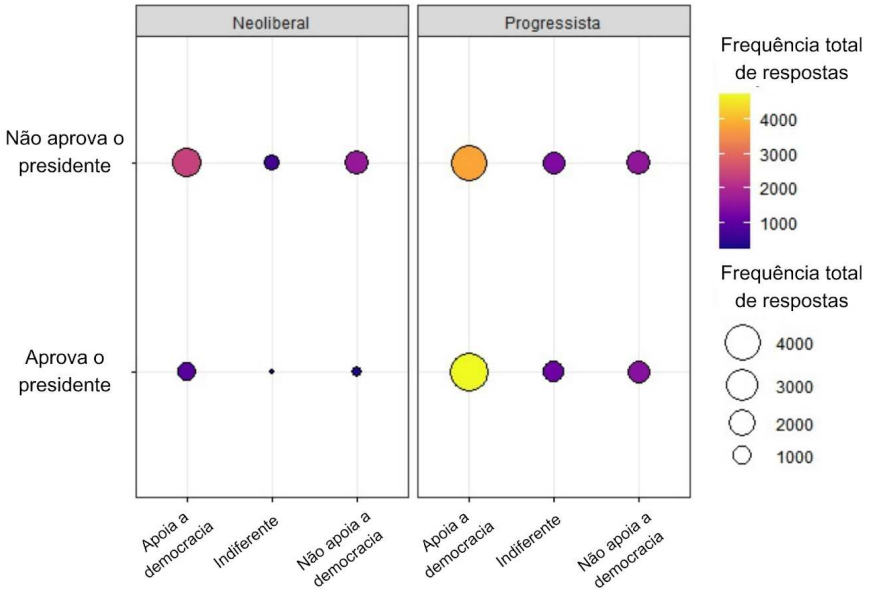
No contexto argentino, o período do governo de Mauricio Macri ficou marcado pela profunda crise econômica e social - constituindo-se como a pior crise desde 2001. O desgaste do kirchnerismo, depois de tantos anos no poder, ajudou a explicar a vitória de Macri, porém, mais uma vez, o modelo neoliberal não foi capaz de contornar a crise, e além de agravá-la, contribuiu para uma queda no próprio apoio à democracia. Diante disso, o progressismo volta à Argentina com a eleição da chapa Fernández-Fernández (Oliveira e Souza, 2021).

Para apresentar as outras variáveis do modelo, os gráficos a seguir irão seguir o mesmo modelo do primeiro gráfico - com duas escalas de frequência no lado direito, que correspondem ao tamanho do círculo (do menor para o maior conforme a frequência de respostas aumenta) e a escala de cor que varia do roxo (quando a frequência é menor) ao

amarelo - (número maior) -, com a comparação entre o tipo de governo, o apoio à democracia e a variável dependente que também irá compor o modelo de regressão logística. No quarto gráfico temos a frequência de respostas em relação ao apoio à democracia (eixo x) e a aprovação do presidente (eixo y) em governos progressistas e neoliberais. Apesar de os governos progressistas possuírem um maior número de entrevistas - o que faz com que uma comparação direta com os governos neoliberais não seja a melhor forma de análise -, a partir da visualização do gráfico é possível perceber um padrão que condiz com uma das hipóteses da presente pesquisa - "que governos progressistas ou que defendem um papel central do Estado contribuiriam para um maior apoio à democracia por parte dos cidadãos".

Dessa forma, apesar dos gráficos a seguir serem úteis para uma melhor visualização das variáveis, ao realizarmos a regressão logística o problema da diferença entre o número de entrevistas será corrigido, pois o que importa para a análise é o padrão das respostas e a correlação entre as variáveis. Com isso, a partir do gráfico abaixo percebe-se que, no cenário progressista, mesmo com grande polarização entre aprovação do presidente e não aprovação, o apoio à democracia permanece alto nos dois grupos. No cenário neoliberal também podemos perceber que a desaprovação do presidente não causa um grande impacto no apoio à democracia.

Gráfico 4: Aprovação do presidente x Apoio à democracia por tipo de governo

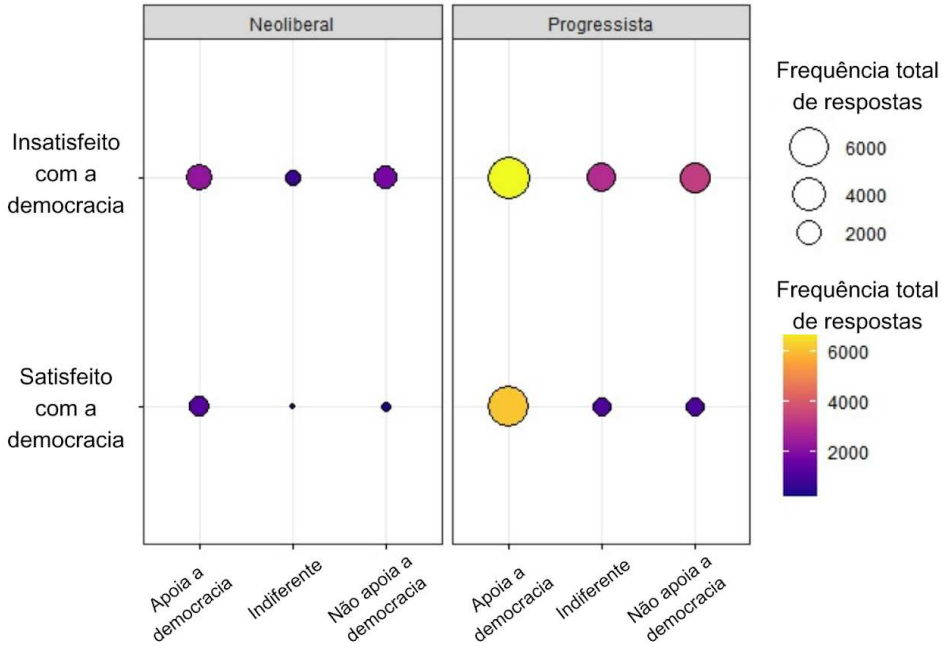


Fonte: Elaboração própria no Rstudio. Dados do Latinobarómetro. 2024.

O quinto gráfico apresenta a frequência de respostas da satisfação com a democracia (eixo y) e o apoio ao regime (eixo x). Aqui, mais uma vez, percebe-se que no cenário progressista, a

insatisfação possui um alto apoio à democracia, o que corrobora com parte da literatura que defende que uma grande insatisfação não gera um automático repúdio à democracia. Porém, importante mencionar que estar satisfeito com a democracia gera mais apoio do que rejeição, nos dois cenários. Dessa forma, tanto em governos neoliberais como progressistas, estar insatisfeito pode gerar uma rejeição à democracia, mas o apoio permanece maior mesmo nessa condição. Aqui, mais uma vez, é importante mencionar o quanto uma insatisfação constante, a longo prazo, pode contribuir para a diminuição do apoio à democracia - algo que é observado nos dois países. Como Easton (1965) e Norris (2011) explicam, longos períodos de insatisfação diminuem a legitimidade democrática, que é representada pelo apoio ao regime.

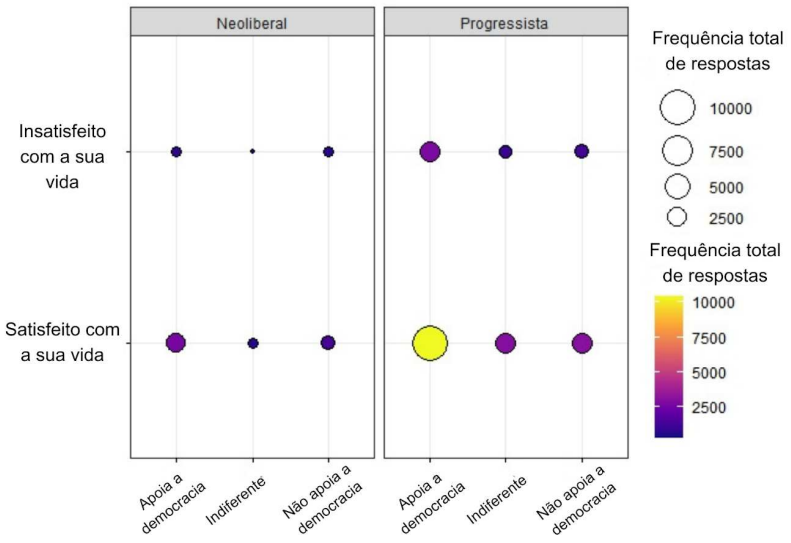
Gráfico 5: Satisfação com a democracia x Apoio à democracia por tipo de governo



Fonte: Elaboração própria no Rstudio. Dados do Latinobarómetro. 2024.

O sexto gráfico contém a variável “satisfação com a vida” (eixo y) e o apoio à democracia (eixo x) por tipo de governo. Como o gráfico demonstra, é mais comum que um indivíduo que está satisfeito com sua vida explicite um apoio à democracia. Porém, as frequências apresentam que, no caso progressista, não é um fator tão determinante, pois temos uma incidência de respostas relativamente alta de pessoas satisfeitas com as suas vidas que declararam indiferença ou rejeição à democracia. O tamanho dos círculos e as cores são iguais, o que demonstra que as frequências para essas respostas foram bem similares.

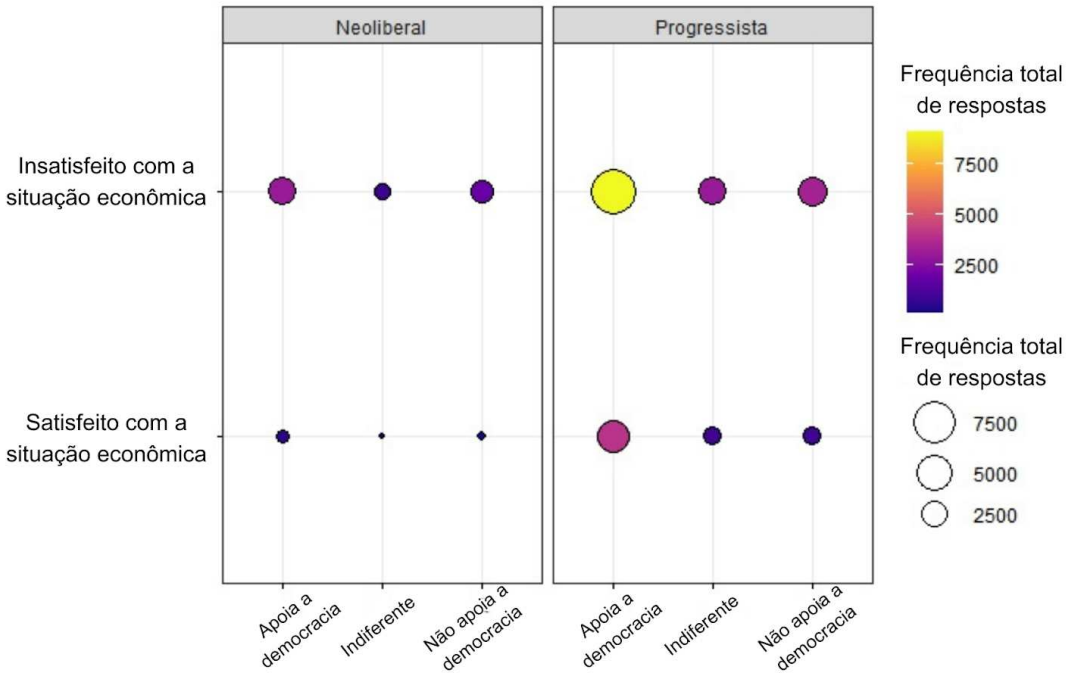
Gráfico 6: Satisfação com a vida x Apoio à democracia por tipo de governo



Fonte: Elaboração própria no Rstudio. Dados coletados através do Latinobarómetro. 2024.

Por fim, o último gráfico apresentado a seguir contém as frequências referentes à satisfação com a economia (eixo y) e o apoio à democracia por tipo de governo (eixo x). É relevante mencionar que, tanto no cenário progressista como no neoliberal, apesar da alta insatisfação com a economia, não gera uma rejeição da democracia. Mesmo com alguma parcela dos indivíduos insatisfeitos com a economia declarando não apoiar o regime, a maior parte dos insatisfeitos com a situação econômica expressa um apoio explícito à democracia. O que contribui para a argumentação realizada neste trabalho, em que a satisfação com a situação econômica não é suficiente para explicar um apoio ou rejeição ao regime. Os dois países convivem há muitos anos com baixos níveis de satisfação com a economia - como vem sendo apresentado desde o segundo capítulo -, e mesmo assim, o apoio à democracia permaneceu estável durante um longo período.

Gráfico 7: Satisfação com a situação econômica x Apoio à democracia por tipo de governo



Fonte: Elaboração própria no Rstudio. Dados coletados através do Latinobarómetro. 2024.

Diante do que foi apresentado até aqui, as avaliações da democracia são dependentes dos resultados sociais do sistema político, pois quanto mais um indivíduo está satisfeito com as respostas do governo, em especial as políticas públicas desenvolvidas, melhor é a sua avaliação da democracia, o que demonstra a importância dos cidadãos estarem satisfeitos, mas mais ainda, a importância das políticas desenvolvidos pelos governos e se elas se adequam às necessidades e expectativas da sociedade (Borba e Cardoso, 2021).

Norris e Inglehart (2019), defendem que existe uma reversão nas expectativas dos cidadãos desde os efeitos da crise econômica global pós-2008. Porém, essa explicação, apesar de relevante, pode ser limitada, em especial para os países aqui em análise. Tanto a Argentina quanto o Brasil, passam por contextos de polarização de suas sociedades, que parecem só se agravar, e como Borba e Cardoso (2021) argumentam, quando os valores sociais e democráticos começam a se tornar polarizados, a situação democrática piora. Se torna mais importante ver o "outro lado" perder do que preservar a democracia no país.

Essa breve apresentação das variáveis utilizadas no modelo é importante para a visualização dos dados, o que contribui para uma melhor compreensão da próxima seção do capítulo. Analisar como se caracterizam as respostas dos indivíduos em cada cenário da

pergunta de pesquisa é um passo fundamental para a realização do modelo de regressão logística.

4.3. Análise dos modelos de regressão logística ordinal

O primeiro passo para a análise dos dados de forma mais aprofundada consistiu na criação de um modelo de regressão logística ordinal simples, que contém as variáveis que foram escolhidas a partir da literatura (Baquero, 2011; Norris, 2011; Linde e Peters, 2018; Monsivais-Carrillo, 2020) e coletados da base de dados do Latinobarómetro referentes aos anos de 2005 a 2020 - importante mencionar que nos anos de 2012, 2014 e 2019 as entrevistas não foram realizadas. Dessa forma, temos: satisfação com a democracia, satisfação com a vida, satisfação com a situação econômica e aprovação do presidente. O tipo de governo ficou de fora desse modelo por ser a principal variável a ser testada. As tabelas a seguir apresentam os valores do modelo, que foi denominado como "simples":

Tabela 3: Valores do modelo simples - variáveis explicativas

	Value	Std. Error	t value
satisdem2	0.59717	0.02620	22.792
satisvida2	0.20042	0.02558	7.834
satiseconomia2	-0.04596	0.02916	-1.576
aprovpresidente2	0.12090	0.02740	4.412

Fonte: Elaboração própria, no Rstudio. Dados do Latinobarómetro, 2024.

Tabela 4: Valores do modelo simples - variável resposta (apoio à democracia)

	Value	Std. Error	t value
1|2	-0.8750	0.0258	-33.9167
2|3	-0.0498	0.0252	-1.9767

Residual Deviance: 70977.68
AIC: 70999.68

Fonte: Elaboração própria, no Rstudio. Dados do Latinobarómetro, 2024.

O *value* indica o parâmetro estimado da variável, o *Std. Error* é a medida de variância do parâmetro, ou seja, o nível de incerteza do que foi estimado em *value*, e o *t value*

representa a significância entre a estimativa e o *Std. Error.* A primeira tabela apresenta as variáveis explicativas: o número 2 aparece ao lado do nome das variáveis, pois a regressão logística sempre compara um nível com o outro. Dessa forma, o nível de satisfação (2) está sendo comparado com o de insatisfeito (1), o de aprovação (2) com o de não aprovação (1), e assim ocorre com todas. A segunda tabela contém os valores referentes ao apoio à democracia, a variável resposta, e como se trata de uma regressão logística, os valores de um nível para o outro estão sendo comparados - por isso a necessidade de estar em uma ordem crescente. Ou seja, a segunda linha da tabela (2|3) refere-se a comparação do nível de não apoio para o nível de indiferentes com a democracia, e a primeira linha (1|2) diz respeito ao nível de indiferentes para o nível de apoio à democracia. O modelo de regressão sempre irá analisar a relação de um nível a outro, por isso é extremamente útil quando se utiliza variáveis categóricas. Os dois valores que encontram-se embaixo da segunda tabela podem ser utilizados como meios de comparar a adequação do modelo.

A seguir, foi elaborado um novo modelo de regressão logística ordinal, incluindo a variável tipo de governo. A criação de um modelo sem a variável principal e outro com a sua inclusão são necessários para a comparação entre os dois modelos. A partir disso, pode-se comparar o quanto o tipo de governo contribui para o modelo de apoio à democracia. As tabelas abaixo seguem a mesma apresentação do modelo simples. O tipo de governo (progressista) está sendo comparado com o tipo de governo neoliberal; a satisfação com a democracia está sendo comparada com a insatisfação; a satisfação com a vida com a insatisfação, a satisfação com a situação econômica com a insatisfação e a aprovação do presidente com a não aprovação. Da mesma forma, os níveis da variável resposta estão sendo analisados e comparados em ordem - não apoio com indiferença, e depois, indiferença com apoio ao regime. O foco da análise é entender quais variáveis contribuem para o indivíduo estar localizado no nível 3, ou seja, o apoio à democracia.

Tabela 5: Valores do modelo completo - variáveis explicativas

	Value	Std. Error	t value
tipogov(progressista)	0.19010	0.02804	6.779
satisdem2	0.59967	0.02621	22.876
satisvida2	0.20214	0.02559	7.898
satiseconomia2	-0.06303	0.02928	-2.153
aprovpresidente2	0.08061	0.02805	2.873

Fonte: Elaboração própria, no Rstudio. Dados do Latinobarómetro, 2024.

Tabela 6: Valores do modelo completo - variável resposta (apoio à democracia)

	Value	Std. Error	t value
1|2	-0.7622	0.0307	-24.8654
2|3	0.0645	0.0303	2.1279

Residual Deviance: 70931.83
AIC: 70955.83

Fonte: Elaboração própria, no Rstudio. Dados do Latinobarómetro, 2024.

Após a criação dos dois modelos de regressão logística, passamos para a fase de comparação. Lembrando que, a única diferença do modelo completo é a variável tipo de governo, que aparece com o nível progressista na tabela porque está sendo comparado com o nível neoliberal - essa variável não está ordenada, a única que necessita seguir esse requisito é a variável resposta. Para comparar modelos de regressão existem diversas formas, mas para o presente trabalho foi escolhida a função anova, que é muito útil para analisar a importância de adicionar a variável tipo de governo ao modelo. A função anova é uma técnica estatística para comparar dados, também chamada de análise de variância, muito utilizada para comparação de modelos de regressão, pois permite a análise de dados complexos. A tabela a seguir contém os resultados da função:

Tabela 7: ANOVA

	Resid. df	Resid. Dev	LR stat.	Pr (Chi)
modelo simples	31291	70977.68		
modelo completo	31290	70931.83	45.85105	0.001

P-valor: 1.25947*10^(-11)[31]

Fonte: Elaboração própria, no Rstudio. Dados do Latinobarómetro, 2024.

Resid. df - Residual degrees of freedom - refere-se ao número de observações subtraído do número de parâmetros estimados no modelo. A *Residual deviance - resid. dev* - indica quanto o modelo adequa os dados analisados. O LR stat é o *Likelihood Ratio statistic*, que também é conhecido como *chi-square statistic*, que compara a adequação do modelo testado (o mais completo) com o modelo base (simples). A última coluna da tabela é o p-valor associado com o *likelihood ratio statistic*. Um baixo p-valor indica que o modelo testado é significativamente mais adequado do que aquele tido como base.

Nesse caso, levando em consideração o valor de significância de 0.05, o modelo completo - com a variável tipo de governo - é significativamente mais adequado para analisar os dados da pesquisa. Dessa forma, os dados apresentados do modelo nas tabelas três e quatro serão analisados em maior profundidade. Porém, um problema dos coeficientes que foram apresentados é que eles estão na escala do logaritmo, o que torna difícil de analisar. Com isso, para facilitar a interpretação, os coeficientes foram convertidos em *odds ratio* - razões de chance. A tabela a seguir contém os dados modificados em *odds ratio*:

Tabela 8: Razões de chance dos coeficientes

Variáveis	Odds ratio
tipogoverno (progressista)	1.209376
satisfação com a democracia (2)	1.821521
satisfação com a vida (2)	1.224015
satisfação com a situação econômica (2)	0.938914

[31] Equivalente a 0.00000000001275947.

aprovação do presidente (2)	1.083947

Fonte: Elaboração própria, no Rstudio. Dados do Latinobarómetro, 2024.

Com isso, podemos afirmar que para pessoas satisfeitas com a democracia, as chances de apoiar à democracia são de 1.8 vezes a mais do que aqueles que encontram-se insatisfeitos com a democracia. Já aqueles que estão satisfeitos com suas vidas, possuem 1.2 vezes a mais de chances de declarar apoio à democracia do que os que estão insatisfeitos. Da mesma forma, os indivíduos que aprovam o presidente em vigor possuem 1.08 vezes a mais de expressar apoio à democracia em comparação com aqueles que não aprovam.

A variável "satisfação com a atual situação econômica" possui a menor razão de chance, o que contribui para a discussão realizada ao longo do presente trabalho, que entende que a satisfação econômica não é suficiente para explicar o apoio à democracia por parte dos cidadãos. Por fim, a hipótese do trabalho é confirmada, pois o cenário de um governo progressista faz com que as chances de apoiar a democracia sejam de 1.2 vezes a mais do que o de um governo neoliberal. A nível individual pode parecer um valor baixo, mas quando ampliamos para a população de um país, isso traz grandes mudanças no apoio ou rejeição da democracia.

4.4. Considerações finais sobre o capítulo

O presente capítulo teve o objetivo de explicar detalhadamente a metodologia empregada no trabalho, assim como apresentar os dados e os resultados de forma a facilitar a compreensão das variáveis e dos modelos de regressão logística ordinal. A pesquisa possui duas hipóteses centrais, são elas: 1) Países com governos progressistas, que procuram combater as desigualdades sociais, contribuiriam para um forte apoio democrático por parte dos cidadãos; 2) Em um contexto de governos neoliberais, existiria maior rejeição à democracia. A partir do modelo elaborado, podemos constatar que em um governo progressista existe mais chance de um indivíduo expressar apoio à democracia.

Após o contexto político e social apresentado no segundo capítulo, percebe-se que existe uma diferença na condução das políticas públicas entre os governos classificados como progressistas e neoliberais. Os primeiros prezam por mais centralidade do Estado para resolver problemas sociais como a redução da pobreza e miséria, assim como a expansão de direitos sociais; enquanto que nos governos neoliberais existe uma postura ativa em reduzir essas mesmas políticas. Esse cenário ficou evidente ao longo dos governos de Macri e Temer,

e seria mais evidente ainda no governo de Bolsonaro se não tivesse surgido a pandemia como um grande obstáculo para a sua política econômica.

Os governos de Lula e Cristina, com altos índices de aprovação e grandes melhorias na vida dos cidadãos, apresentam os maiores índices de apoio à democracia em cada país do período analisado (ver gráfico 1), o que contribui para corroborar o que foi identificado no modelo de regressão logística apresentado. Também é perceptível a diferença entre Argentina e Brasil, em que mesmo no cenário de um governo neoliberal, os argentinos permaneceram com um apoio à democracia bem mais elevado do que os brasileiros - mas é válido ressaltar a constante diminuição do apoio durante o governo de Macri.

Para o Brasil, o ano de 2016 apresenta o nível mais baixo de apoio à democracia, que sobe um pouco durante o governo Temer mas que só volta a crescer com a eleição de Jair Bolsonaro - o que demonstra o grande impacto do *impeachment* para a população brasileira. Tanto Fernández como Bolsonaro começam os seus respectivos mandatos com aumento do apoio, mas por conta do escopo deste trabalho, não conseguimos observar se a tendência se mantém nos anos restantes, mas é importante ressaltar que os dois não conseguem a reeleição.

Ao analisarmos que a satisfação com a democracia é maior durante os governos progressistas, por exemplo, e que ela é a variável que traz mais peso para o apoio à democracia, podemos discutir sobre a importância de políticas sociais que promovam o bem-estar dos cidadãos, e assim, compreender a relevância que um governo progressista possui - em comparação com um neoliberal - quando pensamos sobre o apoio ao regime. Dessa forma, analisar em conjunto os dados e o contexto de cada país é importante para obter maior respaldo nas hipóteses comprovadas. Na próxima seção serão discutidas as considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se propôs a responder às seguintes perguntas: 1) governos progressistas e/ou que priorizam a centralidade do estado contribuem para um maior apoio democrático? 2) governos neoliberais e/ou conservadores contribuem para um menor apoio à democracia por parte dos cidadãos? A partir das perguntas de pesquisa, procura-se desenvolver a argumentação de que o tipo de governo, e em consequência disso, os tipos de políticas desenvolvidos por cada um, são de extrema relevância para um maior apoio democrático. Ao promover a satisfação dos cidadãos, a partir da elaboração de políticas que procuram enfrentar e/ou mitigar os maiores problemas da população, se contribui para uma maior legitimidade democrática. E por esse motivo, observar os dados a partir do tipo de governo traz uma perspectiva nem sempre levada em consideração em pesquisas da área. Apesar de existirem diferenças tanto nos governos classificados como neoliberais como nos progressistas, as políticas econômicas e sociais foram úteis para uma divisão coesa dos governos e que não prejudicasse a análise da pesquisa.

O presente trabalho iniciou com uma discussão sobre a literatura de apoio à democracia, procurando abarcar diferentes perspectivas, às vezes até contraditórias entre si, para ilustrar o grande panorama de pesquisa desta temática. Como as variáveis selecionadas neste trabalho são recorrentes em vários artigos da área - Inglehart (1998), Norris (2011), Linde e Peters (2018), Monsivais-Carrillo (2020), Garetto (2018), Baquero e Santos (2007) -, se fez necessária a apresentação de teorias e pesquisas que embasam a escolha das variáveis aqui testadas. A literatura de apoio à democracia é extensa, e por isso, o primeiro capítulo não conseguiu esgotar toda a discussão, mas é de extrema importância para o maior entendimento dos capítulos seguintes, e da própria proposta deste trabalho.

A teoria levantada entende que, estudar o apoio à democracia é estar atento às diferentes formas em que ele se manifesta, especialmente em relação ao apoio difuso e específico (Easton, 1965), que por mais que sejam independentes entre si, possuem uma relação que dependendo do contexto podem se influenciar. Diante disso, analisar como esse apoio se desenvolve é um desafio, pois a própria literatura não apresenta um consenso em quais variáveis seriam, de fato, as mais relevantes. Para autores como Linz e Lipset (1989), um desempenho favorável do governo frente aos problemas econômicos e sociais contribuem para o desenvolvimento de uma crença ampla na legitimidade da democracia.

Inglehart (1998) defende que a satisfação que os indivíduos têm diante de suas vidas pode ser associada com a própria longevidade da democracia em um país. Já Garetto (2018), argumenta que os cidadãos esperam que o Estado crie políticas que englobam as suas maiores preocupações, como emprego, renda, moradia, educação e segurança. Autores como Booth e Seligson (2009), apontam que quanto mais as pessoas avaliarem a performance de seus governos como boas, mais democracia elas vão acreditar que possuem. De acordo com Baquero e Santos (2007), a variável econômica influencia diretamente na maneira em que os cidadãos percebem o regime democrático, fazendo associações entre a sua qualidade de vida, situação econômica e poder de compra com a eficiência do regime democrático.

Em um trabalho de 2011, Norris defendia que com o passar do tempo, os cidadãos estariam cada vez mais equipados cognitivamente, e assim, seriam mais críticos e participariam mais ativamente da vida democrática. Porém, diante das democracias iliberais, dos populismos e novos autoritarismos, é um desafio explicar como cidadãos no mundo todo estão cada vez mais dispostos a abrir mão da democracia em troca de combate a corrupção ou crescimento econômico, por exemplo (Borba e Cardoso, 2021).

Já em 2019, uma pesquisa realizada por Norris e Inglehart, apontou que estaríamos vivenciando um backlash conservador, e assim, produzindo um reflexo autoritário que seria estimulado pela ascensão dos valores culturais liberais. Dessa forma, grupos conservadores estariam se sentindo ameaçados pelas mudanças das últimas décadas, o que acelerou essa reação, que contribui para um maior apoio a atitudes autoritárias e maior rejeição à democracia. Essas perspectivas são muito relevantes para pensar nos possíveis caminhos dos países analisados aqui, especialmente na Argentina com a eleição de Milei - que surge nessa onda de repúdio a valores democráticos em um país que ainda contém o menor número de indiferentes ao regime em toda a América Latina.

O segundo capítulo se propôs a contextualizar o período analisado, dividido por mandatos dos presidentes, como uma forma de facilitar a organização dos acontecimentos, mas também para estar de acordo com a observação dos dados no capítulo seguinte. O presente trabalho defende a importância de se analisar o contexto político e social em conjunto com os dados, as duas formas de análise se complementam e são fundamentais para explicar a pergunta de pesquisa. Dessa forma, o último capítulo se aprofunda na metodologia de pesquisa e apresenta os dados e modelos de regressão logística elaborados para testar as hipóteses do trabalho.

Os cidadãos estão cada vez mais insatisfeitos com a democracia, e no caso da América Latina, esse declínio acontece de maneira constante há uma década, período marcado por

crises políticas e desaceleração econômica na região (Moreno e Michel, 2022). Além disso, os regimes democráticos estão cada vez mais apresentando dificuldades em responder às demandas da população, especialmente no combate às diversas formas de desigualdades. O que faz sentido com os resultados apresentados, pois no cenário de um governo progressista, as razões de chance de apoiar a democracia aumentam em 1.2 vezes em comparação com um governo neoliberal. Os governos progressistas do período analisado - Néstor Kirchner, Cristina Kirchner e Alberto Fernández, na Argentina; e Lula e Dilma Rousseff, no Brasil - promoveram grandes transformações na vida dos cidadãos, especialmente aqueles mais pobres. Em comparação, os governos neoliberais do período - Mauricio Macri, na Argentina; e Michel Temer e Jair Bolsonaro, no Brasil - promoveram mudanças drásticas após anos de redução dos índices de pobreza e miséria; diminuindo direitos trabalhistas e sociais; e defendendo políticas econômicas que diminuíram a centralidade do Estado.

No modelo apresentado no capítulo final deste trabalho, a maioria das variáveis representam a percepção dos cidadãos diante de suas vidas e de suas experiências vivendo dentro de um regime democrático. Apesar de serem variáveis muito amplas, que não permitem uma racionalização sobre o que significa a democracia para cada indivíduo, elas são de extrema importância para analisar o apoio à democracia. Índices e variáveis que procuram medir valores subjetivos de bem-estar apresentam-se como muito relevantes quando pensamos sobre o apoio à democracia. Pois, como argumenta Viscarra (2010), sentimentos que dizem respeito à satisfação e à felicidade das pessoas com suas vidas englobam o julgamento dos cidadãos sobre as esferas econômica, social, cultural e política, ao mesmo tempo que revela suas expectativas em relação à própria democracia.

Como apontam os relatórios do Latinobarómetro, a última década de contínua deterioração da democracia nos países latino-americanos demonstra a vulnerabilidade das democracias da região, que contam com baixo apoio democrático, aumento no nível da indiferença ao tipo de regime e o aumento da preferência e atitudes a favor do autoritarismo. Essas questões são vitais para a manutenção da democracia, e por isso, é essencial avaliar a nível individual o que impacta o apoio à democracia. Como foi apresentado, governos progressistas, satisfação com a democracia e a satisfação com a vida aumentam as razões de chance da pessoa expressar apoio ao regime democrático.

O modelo neoliberal, que em sua prática concentra a riqueza em poucas mãos, não pode convencer o conjunto da sociedade de que o que está acontecendo é algo bom: então passa a convencê-la que é a única coisa possível (Cerruti, 2018). Como argumenta Mark Fisher (*apud* Cerruti, 2018), o realismo capitalista nos impõe que a redução de nossas

expectativas é um preço relativamente baixo que devemos pagar para nos proteger do terror. E assim, cria-se a noção no imaginário social de que é necessário que a realidade continue a mesma, e que a salvação está no mercado. Dessa forma, a política e o Estado, e em consequência, a democracia, deixam de ser importantes, pois tudo deve ser regulado pelo mercado.

A disputa teórica em torno do conceito de democracia e os seus principais valores traz um desafio, que é acentuado ainda mais nos últimos anos diante do processo de erosão democrática que ocorre não apenas na Argentina e no Brasil, mas no mundo todo. Esse processo atinge as instituições democráticas existentes e a própria ideia de democracia - princípios e valores que a sustentam. Em relação ao Brasil, qualquer perspectiva teórica que procure analisar a democracia e o seu apoio no país, entende que processos de instabilidade e desdemocratização ocorrem desde 2014, com uma piora a partir de 2019 (Mendonça, 2023). Dessa forma, compreende-se que o processo que aflige o Brasil está a mais tempo em decurso do que aquele que ocorre na Argentina, mas não por isso o país seria imune a algo do tipo. E é exatamente o que mostram os dados iniciais do governo de Fernández, o que demonstra que apesar das particularidades, esse fenômeno se faz presente nos dois países analisados. Os governos progressistas aumentam as chances dos indivíduos declararem apoio à democracia - em comparação com governos neoliberais - mas não quer dizer que esse apoio será suficiente e terá a longevidade necessária para proteger a democracia contra ataques autoritários.

No caso brasileiro, a imagem de Jair Bolsonaro se desgastou, em especial por conta de como o presidente lidou com o enfrentamento da pandemia do coronavírus. A derrota de Bolsonaro nas eleições, com a vitória de Lula, em 2022, representa um fortalecimento para a democracia no país, porém, a estreita margem de votos e a atual polarização da população brasileira são desafios para o mandato do atual presidente e para o fortalecimento da democracia. Já na Argentina, temos a eleição de Javier Milei que venceu o candidato do oficialismo - Sergio Massa - com 56% dos votos válidos no segundo turno. Durante a campanha eleitoral, Milei propôs o fechamento do Banco Central e a dolarização da economia argentina. Além disso, declarou que as mudanças climáticas são uma farsa e que a justiça social é uma aberração[32]. Os próximos anos na Argentina podem contribuir para um aprofundamento da diminuição do apoio à democracia no país.

Fatores como eficácia e longevidade são essenciais para o funcionamento do regime democrático. A eficácia diz respeito ao desempenho do sistema econômico, ou seja, como o sistema político responde às expectativas da sociedade, enquanto que a legitimidade

[32] https://diariodasnacoes.wordpress.com/2023/08/20/eleicoes-primarias-na-argentina-javier-milei-lidera/.

constitui-se como a capacidade de manter a crença da população nas instituições políticas existentes (Meneguello, 2023). Por esse motivo, pesquisas de opinião pública, como as analisadas neste trabalho, são de muita importância para entendermos a capacidade da democracia em responder às expectativas e demandas da sociedade, como foi discutido no primeiro capítulo.

As democracias do mundo todo enfrentam consequências dessa distância entre cidadãos e seus representantes eleitos. Porém, para as democracias mais recentes, essas condições potencializam o risco diante das bases frágeis de adesão democrática por parte da população (Meneguello, 2023). Como argumentam Foa e Mounk (*apud* Avritzer e Rennó, 2021), quando os cidadãos deixam de acreditar que a democracia é o *"the only game in town*[33]", começam a aceitar alternativas autoritárias. As duas formas de legitimidade, a difusa e a específica (Easton, 1965), já discutidas neste trabalho, são entendidas como a posição crítica dos indivíduos em relação às ideias gerais de como o sistema político é organizado e às respostas geradas pela performance dos governos. Na presente pesquisa, o foco foi dado às percepções individuais, que remete à dimensão específica da democracia. Enquanto que o apoio à democracia seria uma forma de apoio difuso.

A partir dos dados apresentados aqui, e dos informes disponibilizados pelo Latinobarómetro, podemos afirmar que a Argentina é um dos países mais equipados para resistir aos ataques à democracia, com uma população que contém a menor quantidade de indiferentes à democracia de toda a região latino-americana, com 55% de apoio ao regime em 2020. A situação brasileira é diferente, com um apoio abaixo dos 50% - em 2020 era de 40% - e com mais do dobro de indiferentes à democracia (36%) se comparado com a Argentina, o que faz do país mais suscetível a ataques aos princípios democráticos. Porém, os próximos anos podem apresentar mudanças nesse padrão para os dois países diante dos resultados das eleições em 2022, no Brasil, e em 2023, na Argentina.

A pesquisa procurou demonstrar aspectos que favorecem a construção de um apoio à democracia nos países analisados, reconhecendo que não existe uma receita simples para isso e que outros aspectos, como desigualdade e violência, impactam as formas que os cidadãos avaliam a democracia. A meta de alcançar a igualdade e a melhor maneira de fazer isso é alvo de muitas controvérsias, mas o valor em si é uma das bases fundamentais de qualquer democracia (Mendonça, 2023). Dessa forma, trabalhos futuros podem procurar observar essa e outras dimensões que compõem o conceito de democracia, assim como, a análise de mais

[33] Expressão inglesa, em português seria "o único jogo na cidade".

países para o modelo criado neste trabalho pode contribuir ainda mais para entender como o apoio à democracia é influenciado pelos governos vigentes.

Analisar o tipo de governo e as políticas públicas promovidas por cada um deles é de grande importância para se pensar em como aumentar a reserva de apoio democrático, que possa servir como um obstáculo a alternativas autoritárias. Dessa forma, o presente trabalho aponta que governos progressistas contribuem mais em garantir uma maior satisfação dos cidadãos, e assim, um maior apoio à democracia, a partir de políticas que promovem bem-estar, ampliam direitos sociais, diminuem a desigualdade e garantem cidadania para todos. Ou seja, os governos progressistas exercem uma governança democrática[34] - que é a capacidade dos governos democráticos de implementarem políticas públicas que aumentem o bem-estar político, social e econômico dos cidadãos.

A democratização do poder político não se resolve só com uma reforma política do Estado, mas principalmente com avanços na construção de auto-organização e poder popular, que insiram a sociedade no centro da tomada de decisões (Leite, 2018). A democracia é um desafio que deve ser vivenciado e exercitado pela sociedade como uma experiência cotidiana, sendo constantemente construída por todos (Krenak, 2022), além de ser também, incentivada e compartilhada por aqueles que estão no poder.

[34] Mainwaring e Scully (2008).

\

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mery; SIQUEIRA, Arminda; CARDOSO, Clareci; CAIAFFA, Waleska. Ordinal logistic regression models: application in quality of life studies. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 581-591, 2008. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18797732/. Acesso em: 2 fev. 2024.

ANNUNZIATA, Rocío; MARCH, Valeria; ARIZA, Andrea; TORRES, Sofia. El mensaje electoral en las redes sociales: Alberto Fernández, Mauricio Macri y el retorno de la promesa. **Revista Más Poder Local**, v. 43, p. 28-47, 2021. Disponível em: https://www.maspoderlocal.com/index.php/mpl/article/view/mensaje-electoral-redes-sociales-argentina-mpl43. Acesso em: 12 jan. 2024.

ARI, Erkan; YILDIZ, Zeki. Parallel lines assumption in ordinal logistic regression and analysis approaches. International Interdisciplinary Journal of Scientific Research, v. 1, n. 3, dez. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311903359. Acesso em: 2 fev. 2024.

AVRITZER, Leonardo; RENNÓ, Lucio. The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 13, n. 3, p. 442-457, 2021. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1866802X211022362. Acesso em: 5 fev. 2024.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, MARJORIE (Orgs.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, p. 571, 2021.

BAQUERO, Marcello; SANTOS, E.R. Democracia e Capital Social na América Latina: uma análise comparativa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 1, p. 221-234, 2007. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/12866. Acesso em: 6 ago. 2023.

BAQUERO, Marcello. Desarrollo sostenible, capital social y empoderamiento en América Latina en el siglo XXI. **Otra Economía**, v. 4, p. 1-18, 2011. Disponível em: https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/1655. Acesso em: 6 ago. 2023.

BARBOSA, Sebastián. La incipiente formación de la identidad popular en el primer kirchnerismo en Argentina (2003-2007). **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 10, p. 23-57, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3577. Acesso em: 23 jan. 2024.

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 23, n. 65, p. 76-87, dez. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/42665831/A_rea%C3%A7%C3%A3o_contra_o_g%C3%AAnero_e_a_democracia. Acesso em: 7 ago. 2023.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. **Revista do CESOP**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 333-359, maio-agosto 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-01912021272333. Acesso em: 4 fev. 2024.

BORSANI, H; BARRAGAN, M.; VILLAMAR, MARÍA DEL CARMEN VILLARREAL (Org.) . Anuario 2021. **El mundo poscovid-19**: ¿cambio de paradigma?. 1. ed. Montevideo: KAS-L21, 2021. v. 1. 152p .

BOTELHO, João Carlos Amoroso; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; BONIFÁCIO, Robert. El declive de la democracia en América Latina: diagnóstico y factores explicativos. **Revista de Estudios Sociales**, Goiânia, n. 74, p. 41-57, jul. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/49261511/El_declive_de_la_democracia_en_Am%C3%A9rica_Latina_diagn%C3%B3stico_y_factores_explicativos. Acesso em: 15 out. 2023.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A.. **The legitimacy puzzle in Latin America**: political support and democracy in eight nations. New York: Cambridge University Press, 2009. 377 p.

BROWN, W. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUSSO, Anabella. La política exterior de Alberto Fernández ante las turbulencias internas e internacionales. **Revista de Investigación en Política Exterior Argentina**, v. 2, n. 3, p. 183-199, 2022. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/201790. Acesso em: 14 jan. 2024.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 349 p.

CANTAMUTTO, Francisco; SCHORR, Martín. El gobierno de Alberto Fernández: balance del primer año de gestión.. Una mirada desde la economía política. **Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, vol. 20, núm. 78, 2022. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496469251006. Acesso em: 14 jan. 2024.

CARDOSO JR., José *et al* (Orgs.). **Assédio Institucional no Brasil**: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado. Brasília: EDUEPB, 2022.

CERRUTI, Gabriela. **Big Macri**: del cambio al FMI. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Planeta, 2018.

CIMINI, Fernanda; CABRIA, Juan; SILVA, Roberta (Orgs.). **Elites empresariais, estado e mercado na América Latina**. Belo Horizonte: FACE/UFMG, p. 248, 2018.

CHINCHILLA, Laura (Org.). **Democracia, liderança e cidadania na América Latina.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

COELHO, André Luiz. **Por que caem os presidentes?** : contestação e permanência na América Latina. Rio de Janeiro: Mórula; FAPERJ, 2022.

COELHO, André Luiz. Um novo modelo de destituição de mandatários ou a releitura de velhas práticas? Reflexões sobre a instabilidade presidencial contemporânea na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 113, p. 11-50, 2017. Disponível em: https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/viewFile/448/368. Acesso em: 10 jun. 2023.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 27, p. 107-123, nov. 2006.

DAHL, Robert. **Poliarquia:** participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

EASTON, David. **A Systems Analysis of Political Life**. New York: Wiley, 1965.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta; ARAUJO, Maria; QUADRAT, Samantha (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 396, 2008.

FRANÇA, Luiz Daniel Jatobá. **Democracia, política externa e integração regional**: um estudo comparativo das trajetórias de Argentina e Brasil. 2011. 357 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

FUSER, Igor. Conquistas e fracassos dos governos progressistas: elementos para o balanço de um ciclo político que se recusa a morrer. **Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina**. Contemporânea: Ano 5, N° 8, Córdoba, Junio-Noviembre 2017.

GARETTO, Daniel Zovatto. El estado de las democracias en América Latina a casi cuatro décadas del inicio de la Tercera Ola Democrática. **Derecho Electoral**, San José, v. 25, p. 1-24, maio, 2018. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6273217. Acesso em: 8 ago. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2019.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina. **Temas y Debates**, Rosario, v. 28, n. 18, p. 13-28, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-984X2014000200001. Acesso em: 8 ago. 2023.

HOFFMANN, Fábio (org.). **América Latina em perspectiva:** cultura política, crise da democracia liberal e ressurgimento autoritário. 1 ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, p. 75, 2021. Disponível em:https://doi.org/10.23899/9786589284154. Acesso em: 4 fev. 2024.

INGLEHART, Ronald. "The Renaissance of Political Culture." **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, 1998.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAGOS, Marta. Between stability and crisis in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 12, n. 1, p. 137-145, 2001. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/articles/how-people-view-democracy-between-stability-and-crisis-in-latin-america/. Acesso em: 6 ago. 2023.

LAISNER, Regina. Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316223191. Acesso em: 10 jun. 2023.

LAVALLE, Adrian Gurza. Participação, (des)igualdade política e democracia. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Desigualdades e democracia**: o debate da teoria política. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena. **O eclipse do progressismo:** a esquerda latino-americana em debate. São Paulo: Elefante, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Brasília: Zahar, 2018.

LINDE, J; PETERS, Y. Responsiveness, support, and responsibility: How democratic responsiveness facilitates responsible government. **Party Politics**, vol. 26, no. 3: 291-304, 2018.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia**. A experiência do sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LINZ, J. **The breakdown of democratic regimes**: crisis, breakdown and reequilibration. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

LIPSET, Seymour Martin. The Centrality of political culture. En DIAMOND, Larry y PLATTNER, Marc. F. (eds.). **The Global Resurgence of Democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. **Journal of Democracy**, v. 19, n. 3, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236744196_Latin_America_Eight_Lessons_for_Governance. Acesso em: 10 jun. 2023.

MEDEIROS, Juliano. **A nova esquerda na América Latina:** partidos e movimentos em luta contra o neoliberalismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

MEDEIROS, Josué. Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário. **Revista de Ciências Sociais** (UFC), v. 49, p. 98-113, 2018.

MEDEIROS, Nayara Fátima. Democracia clássica e moderna: discussões sobre o conceito na teoria democrática. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 6, n. 2, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2393. Acesso em: 18 dez. 2023.

MEJÍA, Jordano Sebastián Cilio. **Análisis comparado de la calidad de la democracia en Ecuador durante los periodos de gobierno entre 2017 y 2021**. 2022. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidad Central del Ecuador, Quito, 2022. Disponível em: http://www.dspace.uce.edu.ec/bitstream/25000/26623/1/FCSH-CS-CILIO%20JORDANO.pdf . Acesso em: 29 jul. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Desigualdades e democracia**: o debate da teoria política. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Brasil: Post-democracia o neo-dictadura? **Revista de La Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea**, Córdoba, v. 5, n. 8, p. 77-90, nov. 2018.

MISHLER, William; ROSE, Richard. What are the origins of political trust? Testing institutional and cultural theories in post-communist societies. **Comparative Political Studies**, v. 34, n.1, p. 30-62, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238430635. Acesso em: 22 fev. 2024.

MOISÉS, José; CARNEIRO, Gabriela. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n.1, p. 1-42, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/fYT7WD7VkmLz4ZZ9cXZKtYc/. Acesso em: 20 fev. 2024.

MONSIVAIS-CARRILLO, Alejandro. La indiferencia hacia la democracia en América Latina. **Íconos Revista de Ciencias Sociales**, Tijuana, v. 24, n. 66, p. 151-171, abr. 2020. Disponível em: https://orcid.org/0000-0001-8661-5935. Acesso em: 20 out. 2023.

MOREIRA, Constanza. O longo ciclo do progressismo latinoamericano e sua parada: as mudanças políticas na américa latina da última década (2003-2015). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Montevideo, v. 32, n. 93, p. 01, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/n5PS8xF7SMzYWHzfZ59jnqQ/?format=pdf&lang=es. Acesso em: 15 out. 2023.

MORENO, Daniel; MICHEL, Daniela. ¿Legitimidades fragmentadas? Apoyo a la democracia en la región andina. **Colombia Internacional** 110: 51-88, 2022. Disponível em: https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/colombia-int/article/view/2980. Acesso em: 2 fev. 2024.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NASCIMENTO, Matheus. Opinião pública em tempos de pandemia: a popularidade dos governantes sul-americanos sob análise. **Espirales**, p. 169-177, 2021. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2783. Acesso em: 20 jan. 2024.

NATANSON, José. Argentina, el virus y el presidente. **Nueva Sociedad**, n. 287, p. 62-67, 2020. Disponível em: https://nuso.org/articulo/argentina-el-virus-y-el-presidente/. Acesso em: 14 jan. 2024.

NATANSON, José. Las batallas de Alberto Fernández. **Nueva Sociedad**, n. 292, p. 5-11, 2021. Disponível em: https://nuso.org/articulo/las-batallas-de-alberto-fernandez/. Acesso em: 15 jan. 2024.

NORRIS, Pippa. **Critical Citizens**: Global Support for Democratic Government. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit**: Critical Citizens Revisited. New York: Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. Cultural backlash. : Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6my5CmC5WV4JgtSLrn84rwR/. Acesso em: 20 fev. 2024.

O'DONNEL, G. Transição democrática e políticas sociais. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 9-16, 1987.

OREIRO, José; de PAULA, Luiz. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336147850. Acesso em: 13 jan. 2024.

OVARES-SÁNCHEZ, Carolina. Déficit democrático en Costa Rica (1998-2019). In: DUARTE-RECALDE, Liliana Rocío; COELHO, André Luiz (orgs.). **Nuevas tensiones de las democracias en América Latina**. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2021. 206 p.

PANIZZA, Francisco. La Marea Rosa. **Análise de Conjuntura Opsa**, 2006.

PAPAOIKONOMOU, A. D. Democratic thinking and civic education in Greece: an ordinal logistic regression model. **IMGELEM**, v. 6, n. 10, p. 295-306, 2022. Disponível em: https://dergipark.org.tr/en/pub/imgelem/issue/71259/1079892. Acesso em: 4 fev. 2024.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. El método comparativo y el análisis de configuraciones causales. **Revista Latinoamericana de Política Comparada - CELAEP.** Vol. N. 3, 2010, p. 125-148. Disponível em: http://politicacomparada.com/ediciones_anteriores/Vol.%205,%20Revista%20Lat.%20de%20Política%20Comparada.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

PRATES, Daniela; FRITZ, Barbara; de PAULA, Luiz. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. **IE-UFRJ DISCUSSION PAPER**, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332767622. Acesso em: 12 jan. 2024.

PINTO, Eduardo *et al.* A guerra de todos contra todos e a lava jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 54, p. 107-147, 2019. Disponível em: https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/547. Acesso em: 2 fev. 2024.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

PUCCIARELLI, Alfredo; CASTELLANI, Ana (Orgs.) . **Los años del Kirchnerismo**: la disputa hegemónica tras la crisis del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, p. 416, 2017.

SAINT-PIERRE, Héctor (Org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP, p. 126, 2007.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana** (1998-2016). São Paulo: Elefante, 2018.

SILVA, Fabricio Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do Saber, DependênciaEpistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 68-87, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/36590067/Colonialidade_do_Saber_Depend%C3%AAncia_Epist%C3%AAmica_e_os_Limites_do_Conceito_de_Democracia_na_Am%C3%A9rica_Latina. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVA, Fabricio Pereira da. A "qualidade da democracia" como um problema: que qualidades as nossas democracias deveriam possuir?. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 6-29, 30 abr. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/36549581/A_qualidade_da_democracia_como_um_problema_que_qualidades_as_nossas_democracias_deveriam_possuir. Acesso em: 01 set. 2023.

SILVA, Fabricio Pereira. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. **Observador On-Line**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 12, 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/24574677/Quinze_anos_da_onda_rosa_latino-americana_balan%C3%A7o_e_perspectivas. Acesso em: 03 jun. 2023.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, p. 276, 2012.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, p. 389, 2018.

SOARES DE LIMA, Maria Regina; COUTINHO, Marcelo (orgs.). **A Agenda Sul-Americana**: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

SOTILLOS, Irene Delgado. Nstituciones y satisfacción con la democracia: un estudio comparado de los vínculos representativos en latinoamérica. **Revista Latinoamericana de Política Comparada**, Sevilla, v. 9, n. 1, p. 129-157, jan. 2015. Disponível em: http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Revista-Latinoamericana-de-Politica-Comparada-129-157.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, Giselle; SOARES, Morena. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **SER Social**, v. 21, n. 44, p. 11-28, 2019. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23478. Acesso em: 18 jan. 2024.

VISCARRA, Simone Piletti. **Capital social e bem estar hedonista**: um estudo comparado entre três localidades do Estado do Rio Grande do Sul. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VITULLO, Gabriel E.. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 53-60, nov. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/J3hZhJxc46wNZLXy4n5XZct/abstract/?lang=pt. Acesso em: 5 ago. 2023.